

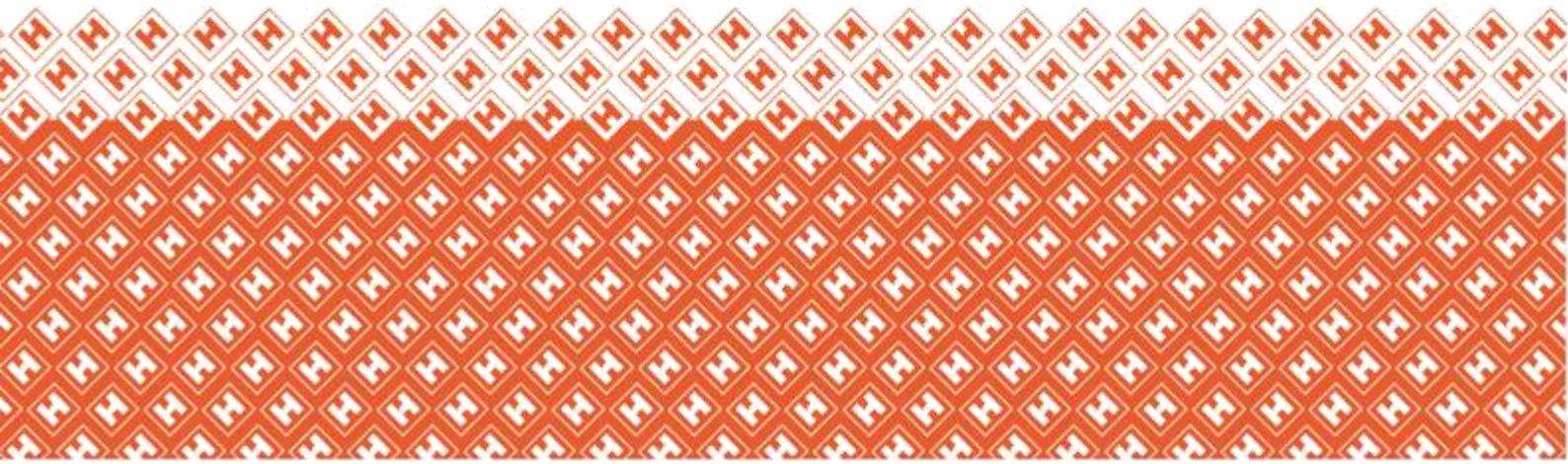


KÁSSIO VINICIUS FONTES DE AZEVEDO

**NEOPENTECOSTALISMO, RAÇA E
ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA:
DISPUTAS DE NARRATIVAS NO
ENSINO BÁSICO DO RIO DE JANEIRO**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maio/2019



**NEOPENTECOSTALISMO, RAÇA E ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA:
DISPUTAS DE NARRATIVAS NO ENSINO BÁSICO DO RIO DE JANEIRO**

KÁSSIO VINICIUS FONTES DE AZEVEDO

Dissertação de mestrado apresentando ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientador: Doutor Fernando Luiz Vale Castro

RIO DE JANEIRO

2019

Ficha Catalográfica
(CIP - Catalogação na Publicação)

F994n AZEVEDO, Kássio Vinicius Fontes. Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África: disputas de narrativas no ensino básico do Rio de Janeiro / Kássio Vinicius Fontes de Azevedo. -- Rio de Janeiro, 2019. 135 f.

Orientador: FERNANDO LUIZ VALE CASTRO. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2019.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

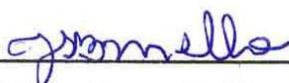
Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África: disputas de narrativas no ensino básico do Rio de Janeiro

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Ensino de História do
Instituto de História da UFRJ como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
mestre em Ensino de História.**

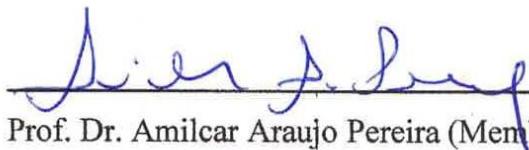
Aprovada por:



Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro (Presidente da banca)



Profª. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello (Membro externo)



Prof. Dr. Amilcar Araujo Pereira (Membro interno)

RESUMO

AZEVEDO, Kássio Vinicius Fontes. Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África: disputas de narrativas no ensino básico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2019.

A presente dissertação de mestrado aborda o tema do Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África: disputas narrativas no ensino básico do Rio de Janeiro. A obrigatoriedade e a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que versam sobre a inclusão no currículo escolar do ensino de História da África e Educação para as relações étnico-raciais têm causado algumas tensões embora exista sintonias do assunto no ambiente escolar. Os professores de História em geral e alunos, em especial, de origem evangélica (neo) pentecostal têm sido desafiados a tratarem de temas sensíveis que se entrelaçam à religião, ao pensamento social brasileiro e ao processo de ensino-aprendizagem desse campo disciplinar. O Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Taquara – Rio de Janeiro serviu para o estudo de caso. No final, há algumas propostas de atividades com os estudantes.

Palavras-chave: Ensino de História, África, Neopentecostalismo, Teologia da Prosperidade, Raça, Evangélicos.

ABSTRACT

AZEVEDO, Kássio Vinicius Fontes. Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África: disputas de narrativas no ensino básico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2019.

The present dissertation will address the theme of Neo-Pentecostalism, Race and Teaching African History: narrative disputes in basic education of Rio de Janeiro. The obligation and the application of laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08, which deal with the inclusion in the school curriculum of the teaching of History of Africa and Education for ethnic-racial relations have caused tensions and, sometimes, in the school environment. History teachers in general and students, especially of evangelical (neo) Pentecostal origin, have been challenged to deal with sensitive issues that intertwine with religion, Brazilian social thought and the teaching-learning process of this discipline field. The Brigadeiro Schorcht State College in Taquara - Rio de Janeiro served as a case study.

Key-words: History Teaching, Africa, Race, Gospel prosperity, Neo Pentecostalism.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Panorama dos Evangélicos brasileiros com relação à raça e a educação na República:	9
1.1 Décadas de 1930 – 1960:	19
1.2 Ditadura Militar, Evangélicos e Ensino de História:	24
1.3 Nova Democracia (1985-2016), política de ações afirmativas e Movimento negro evangélico:	28
2. Raça, Neopentecostalismo e laicidade na sala de aula.	40
2.1 Afinal quem são os neopentecostais?	48
2.2 Origens do pentecostalismo e do fundamentalismo cristão:.....	55
2.3 Conexões emblemáticas de práticas religiosas neopentecostais e Candomblé:	60
2.4 Raça	66
2.5 Laicidade e a escola:	74
3. Estudo de caso:	79
3.1 Alterações no cenário escolar.	81
3.2: Estratégias com alguns procedimentos didáticos:	88
3.2.1 Procedimento Didático 1	92
3.2.2 Procedimento Didático 2.....	94
3.2.3 Procedimento Didático 3.....	97
3.2.4 Procedimento Didático 4.....	100
3.2.5 Procedimento Didático 5	105
Conclusão	108
Referências Bibliográficas:.....	115

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

- ABE – Associação Brasileira de Educação.**
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular.**
- CEB – Confederação Evangélica Brasileira.**
- CEBS – Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht.**
- CCN – Centro de Cultura Negra.**
- CLAI – Conselho Latino-americano de Igrejas.**
- FNB – Frente Negra Brasileira.**
- FPE – Frente Parlamentar Evangélica.**
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação.**
- IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros.**
- MNE – Movimento Negro Evangélico.**
- MNU – Movimento Negro Unificado.**
- OSPB – Organização Social e Política Brasileira.**

À Isa Fontes do Nascimento

AGRADECIMENTOS

A aventura do mestrado não foi fácil, pois tive que equilibrar trabalho, estudo, vida pessoal e outros assuntos para dar conta do desafio. Valeu a pena cada minuto, pois os conhecimentos adquiridos estão sendo aplicados na sala de aula onde leciono. Além disso, a referida experiência acadêmica promoveu um amadurecimento pessoal e abriu novas portas de emprego na área da educação. Como disse Maiakóvski no texto “E então, que quereis?”, “o mar da História é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”. Este trecho resume um pouco desta jornada.

Agradeço primeiramente a Deus. É preciso ter fé, conhecimento e força para ter resiliência e completar o caminho. Ele me deu saúde física e emocional nesta trajetória acadêmica que foi marcada por turbulências. Gosto da palavra “entusiasmo”, pois etimologicamente expressa “Deus dentro do indivíduo”. Obrigado por gerar a paz interior em meio aos meus temores. “Melhor é o fim das coisas do que o início”. Agora é hora de viver uma nova História.

A minha amada mãe e assistente social Isa Fontes do Nascimento. Seu apoio incondicional e seus braços acolhedores me levantaram nos tempos da aflição. Esta nobre mulher negra é a minha heroína!!!! Acreditou e investiu no meu sonho e hoje estou aqui finalizando a etapa profissional do Mestrado. Ela me ensinou a ter esperança. Aprendi a planejar, agir e esperar o tempo oportuno. Gosto do termo “Ubuntu” no mundo africano significa “Eu sou por que nós somos”. Ele orienta o sucesso da nossa convivência.

Agradeço ao PROFHISTORIA-UFRJ, por me proporcionar uma cosmovisão da área do Ensino e contato com excelentes docentes. Conheci profissionais da área que pertenciam a diferentes instituições. Isto permitiu a criação de uma rede de contatos no qual as experiências compartilhadas ao longo do curso aperfeiçoassem a minha prática pedagógica em sala de aula. Sou grato pela ajuda e atenção dada pelas professoras Cinthia Araújo e Alessandra Carvalho que atuam na direção deste programa de pós-graduação.

Agradeço ao meu orientador, Doutor Fernando Vale Castro. Nesta relação, posso dizer que a palavras “empatia” e “coerência” foram fundamentais neste processo. Ouvir o relato que foste trabalhador e aluno nos tempos de mestrado foi essencial para mim, pois compreendeu o meu dilema. A academia é uma “sociedade de cortes” no qual o professor no exercício da atividade intelectual precisa se adaptar ante as demandas institucionais. Tenho gratidão pela compreensão, paciência e ajuda neste processo.

Agradeço aos professores Amilcar Araújo Pereira e Juçara da Silva Barbosa de Mello pelas aulas que ajudaram na ampliação da minha visão sobre o assunto do Ensino de História da África e da raça no Brasil. As aulas eram inspiradoras e as disciplinas possuíam excelentes bibliografias. Fiquei muito feliz quando vocês aceitaram fazer parte da minha banca.

Aos colegas de turma, em especial, Elizete Santos e Evelyn Lucena, que caminharam comigo neste tempo de estudo. São eximias historiadoras e a excelência está presente em Tudo que faz. Vivenciei a experiência de ser representante da turma juntamente com a “zezete” (apelido carinhoso que dei a esta grande amiga e companheira de luta). Foi uma grande honra e sou grato por tudo que vivi nesses dois anos e meio de formação aqui na UFRJ.

Agradeço a Patrícia Fernandes, ao Renan Guimarães e a Hadassa Loth pela parceria nestes “dias lutas e agora dias de glória”. Vocês investiram o tempo, os ouvidos e oraram por mim. A amizade e o cuidado foram fundamentais para concluir esta etapa dos meus estudos. Gente preciosa que me abençoa e eleva a minha vida ao nível da excelência. Obrigado por tudo! Que o Eterno Senhor nos guarde e esteja com todos!

“Não procuremos satisfazer a nossa sede de liberdade bebendo na taça da amargura e do ódio. Precisamos conduzir nossa luta, para sempre, no alto plano da dignidade e da disciplina”.

Pr. Martin Luther King Jr – discurso “Eu tenho um sonho (1963)”.

“Que a pele escura
Não seja escudo para os covardes
Que habitam na senzala
Do silêncio.
Porque nascer negro é consequência.
Ser, é consciência.”

Poeta Sérgio Vaz. Consciência e Atitude (2011).

“Não imitem o comportamento e os costumes deste mundo, mas deixem que Deus transforme por meio de uma mudança no seu modo de pensar, a fim de que experimentem a boa, agradável e perfeita vontade de Deus para vocês.”

Romanos 12:2 (NVT). Bíblia Sagrada.

INTRODUÇÃO

“Se o preto de alma branca pra você/É o exemplo da dignidade/Não nos ajuda, só nos faz sofrer/Nem resgata nossa identidade”. Jorge Aragão

Abordarei o tema do Neopentecostalismo, Raça e Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira: disputas narrativas na sala de aula. O trabalho se insere no campo da História Social dentro da linha de pesquisa do PROFHISTÓRIA: “linguagens e narrativas históricas: produção e difusão”. Descolonizar o pensamento dos alunos para superar o preconceito de cor e a pobreza, equipar docentes e combater a intolerância religiosa e racial constitui o arcabouço deste estudo. A obrigatoriedade e a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que versam sobre a inclusão no currículo escolar do ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e Educação para as relações étnico-raciais têm causado tensões e, às vezes, sintonias no ambiente escolar. Os professores de História em geral e alunos, em especial, de origem evangélica (neo) pentecostal têm sido desafiados a tratarem de temas sensíveis que se entrelaçam à religião, ao pensamento social brasileiro e ao processo de ensino-aprendizagem desse campo disciplinar.

É importante dizer que o autor desta dissertação é um homem negro, carioca formado em Ciência Política (UNIRIO) e em História (UFRJ). Cresci e moro na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Desde a tenra infância professo o Cristianismo Evangélico. Sou membro de uma Igreja Batista, apesar de ter congregado durante onze anos em uma denominação pentecostal. Parte da minha parentela tem formação cristã evangélica, em especial minha mãe – mulher negra com nível superior e aposentada do serviço público -, e outra parte no Catolicismo em sincretismo religioso com Candomblé, particularmente o meu falecido pai – homem branco e militar com nível superior que “se converteu ao Evangelho nos últimos dias de vida”. A coexistência de doutrinas adversas dentro de casa até os últimos anos da adolescência me ensinou o respeito à fé e a opinião alheia. Posso não me identificar com outras práticas religiosas, mas preciso ouvir o discurso do outro, entender seus argumentos, respeitar a sua opinião e amar o indivíduo. Este é um exercício diário que a fé em Cristo Jesus me impulsiona a praticar. Infelizmente não é essa realidade que a sociedade brasileira vivencia hoje, pois a intolerância religiosa e política cresce.

No ano de 2014, eu era aluno de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fui direcionado pela professora Dra. Alessandra Nicodemos para o Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht a fim de vivenciar o meu estágio docêncio. A instituição

está localizada na Taquara, região da Baixada de Jacarepaguá na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao longo dos meses, percebi que havia uma resistência da docente que acompanhei e da discente em relação ao Ensino de História da África e a assuntos religiosos. No que tange ao primeiro item, ela não tinha familiaridade com os materiais propostos pela Lei 10.639/03. Tinha uma visão universalista do racismo, no qual a origem das diferenças raciais e financeiras são frutos do Capitalismo. Logo, todas as bandeiras sociais se resumiriam na luta única contra o referido sistema econômico sem levar em consideração a distinção de interesses. Resgatando Aníbal Quijano, A colonialidade do poder estabelece uma classificação e hierarquização racial a partir da relação capital – trabalho assalariado que inferioriza o indivíduo diante da população branca.

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. (QUIJANO, 2005:120)

Estudar o Brasil e a História da África requer levar em consideração a cor da demanda por direitos e sua condição no mundo do trabalho. A professora comungava com as ideias anarquistas e com o ateísmo. Isso suscitava debates em sala, principalmente com tom evangelizador de alguns alunos evangélicos, em especial, neopentecostais. Os estudantes gostavam da aula, mas tratar de religião era um tema sensível. Este é um assunto de foro íntimo que está presente na sociedade e não podemos silenciar a sua relevância. Alunos em sua maioria cristã versus uma ateia. Lembro-me de uma situação durante a transposição didática sobre a Segunda Guerra Mundial com o terceiro ano daquele colégio público no qual um aluno perguntou: porque somos chamados de cristãos e não de judeus? Ela disse que historicamente os judeus foram perseguidos por causa de sua riqueza em bens e por causa da acusação de terem auxiliado na crucificação de Cristo. Entretanto, começou a negar a existência de Jesus. A tensão

de opiniões estava estabelecida. Levantei a mão e a palavra me foi concedida. Distinguir fato de opinião é um exercício que precisamos fazer com os estudantes a fim de que possam ter uma visão crítica da realidade.

Lembrei-me que havia lido em uma aula de História antiga com o professor André Chevitarese sobre a existência do Jesus histórico e sua relevância na região da Palestina. Resgatei a arqueologia e as narrativas do Mediterrâneo para fundamentar a minha posição. Expus que no Ensino de História, não estamos preocupados se houve ou não milagre, mas era preciso pensar no impacto daquela crença no mundo romano e no atual. O tempo histórico ocidental foi dividido antes e depois de Cristo. Para os que creem, ele ressuscitou, logo não há corpo. Deixei claro que questões de fé não era o foco da aula. Respondi ao aluno que o Apóstolo Paulo foi o indivíduo que fez a separação entre o Judaísmo e o Cristianismo ao registrar o fim da circuncisão no corpo e eliminar/dar outro significado a algumas práticas do Antigo Testamento. No final da resposta, voltei para a questão do Holocausto e passei a palavra para a professora. Depois da minha fala a docente concordou e verificou que sua paixão em negar a existência de Deus, a fez esquecer-se do campo historiográfico que versa sobre o “Jesus histórico”.

Depois da aula os alunos me cercaram antes de ir embora e fizeram um interrogatório. Uma aluna perguntou: “você acredita em Deus?” Respondi: “Para ser ateu, é preciso muita fé. No meu caso, há insuficiência para isto. Logo, creio”. Outro aluno perguntou: “Mas porque você acredita?” “Respondi:” a História e a arqueologia me ajudaram na confirmação da existência de um “Jesus histórico”. Se ele ressuscitou ou não, é uma questão de fé e é algo íntimo. A disciplina História vai te ajudar a refletir sobre os impactos dessa crença na sociedade.” Outra aluna perguntou: “Você é cristão?” Respondi: “Sim. Frequento a Primeira Igreja Batista do Recreio”. As alunas vibraram com a notícia. Outra estudante disse: “Nunca vi um professor de História cristão! Você é o primeiro que tenho contato...” Encerrei o assunto e fomos embora. A posteriori, conversei com a professora e a mesma me relatou a dificuldade em dialogar com evangélicos de maneira geral. É importante pensar o lugar do pensamento religioso na formação do indivíduo e dentro da sala de aula.

Os valores religiosos podem produzir efeitos democratizantes mesmo quando experimentados num ambiente restritivo da liberdade ou teologicamente conservador, e podem produzir efeitos antidemocráticos mesmo quando inspirados em experiências ou práticas que, no nível da comunidade eclesial, reproduzem procedimentos representativos da

democracia ou tendam à igualdade de condições tocquevilleana. Em determinados momentos, os valores religiosos são indiferentes em seus efeitos sobre os compromissos democráticos dos seus portadores, os quais podem estar recebendo da sua inserção extra-eclesial-societária ou política – impulsos mais poderosos no sentido da prática democrática, do que em suas comunidades de fé. Em outros momentos, os valores religiosos estão umbilicalmente ligados ao destino da democracia – quer se opondo a ela, quer interpretando-a como uma decorrência natural e irresistível do compromisso de fé assumido. (BURITY, 2002:30-31)

A religião está presente dentro de sala de aula, embora o Governo brasileiro tenha estabelecido a laicidade do Estado com a adoção do regime republicano. Resgatando a história dos evangélicos no Brasil, pode-se observar que as preocupações nas primeiras décadas do Século XX foram com a evangelização, a manutenção da liberdade religiosa e combate de intolerâncias. Os dois últimos elementos se assemelham a situação vivenciada pelos seguidores de religiões de matrizes africanas, a saber: Candomblé e Umbanda. No Rio de Janeiro, ambas as religiões eram consideradas caso de polícia e seus seguidores com objetos sagrados foram detidos sob alegação de feitiçaria/vodu contra as autoridades. Uma estratégia adotada pelas Igrejas Evangélicas Históricas, Batistas e Presbiterianas, para fugir da perseguição católica no referido tempo, criaram escolas para proteger as crianças seguidoras do credo evangélico e para educar a população pobre.

Muitos colégios foram criados em virtude da perseguição movida contra os filhos de evangélicos nos colégios católicos ou nos poucos colégios públicos existentes. Pela alta qualidade do ensino e pela renovação pedagógica, os colégios evangélicos atraíam filhos de importantes famílias não evangélicas, alguns dos quais viriam a se converter ou a sofrer influência protestante, como foi o caso do escritor Gilberto Freyre, que chegou a se filiar, durante certo tempo, à Primeira Igreja Batista do Recife. Essas instituições educacionais seriam grandemente responsáveis pela mobilidade social ascendente de setores das novas gerações em direção à classe média. (CAVALCANTI, 2009:192-193)

É fundamental destacar que esta dissertação de mestrado focou em um colégio público do Rio de Janeiro. Conquanto o resgate histórico da atuação dos evangélicos na educação brasileira se torna importante para entendermos melhor a contemporaneidade. A criação de escolas religiosas era fundamental para construir a identidade como cristão evangélico e

cidadão brasileiro. Será que essas instituições escolares não foram usadas para consolidar o mito da democracia racial em ambiente eclesiástico? Apesar do avanço democrático a partir de 1945, o Golpe Civil-Militar de 1964 marcou a ruptura do progressismo no campo social dos evangélicos. Setores das lideranças evangélicas nacionais de Igrejas Históricas como apontaram os relatórios da Comissão da Verdade apoavam a Ditadura Militar. A publicação do livro – tese de doutorado “Por uma Teologia da Libertação” (1968), pelo Pastor presbiteriano Rubem Alves, abriu caminho para se pensar uma hermenêutica bíblica latino-americana que dialogava com o Marxismo. A narrativa da saída do povo hebreu do Egito registrado no livro de Éxodo serviu de inspiração para pensar o contexto socioeconômico do Brasil.

Simultaneamente, no final dos anos 1950 e fundamentalmente nas décadas de 1960 e 1970 emergem Igrejas Neopentecostais. O movimento também conhecido como Novo Pentecostalismo. A saber: primeiro, "Deus é Amor" fundado por David Miranda; a posteriori, Edir Macedo fundou a Universal do Reino de Deus e seu cunhado R.R. Soares abriu a Internacional da Graça de Deus. Elas surgem da ruptura com o Pentecostalismo clássico – Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular e Nova Vida – pois enfatizavam curas para sofrimento físico e da alma além de defender a prosperidade financeira em um contexto social de pobreza. As Instituições religiosas neopentecostais passaram a disputar espaço com a Igreja Católica Apostólica Romana no interior do Brasil, devido à linguagem mais acessível. Além disso, a oportunidade de ascensão de líderes locais para multiplicar o Evangelho para outras pessoas. O envio de missionários carismáticos para as praças públicas que outrora saíram da pobreza e ascenderam por meio da religião ou que tenham vivenciado algum milagre físico serviu de atração da gente pobre para esse nicho de fé. É importante destacar a experiência metafísica da confissão a Jesus e o contexto gregário de cuidado e de serviço promovido pelos evangélicos.

Os neopentecostais através dos dízimos e das ofertas dos seus membros - que passaram pelo Batismo - e congregados - frequentadores não batizados - adquiriram terrenos para construir seus prédios luxuosos inspirados na narrativa bíblica de II Crônicas nos capítulos 3 a 7 sobre o “Templo de Salomão” dedicado a Jeová. Os fiéis mensalmente dispõem de dez por cento do salário cumprindo o ritual bíblico de dar as primícias do seu trabalho a Deus. Segue o exemplo da oferta de Abel registrado em Gênesis capítulo 4, as ordenanças mosaicas (Levítico capítulo 27 e versículo 30: “Todos os dízimos da terra, seja dos cereais, seja das frutas, pertencem ao Senhor; são consagrados ao Senhor.”) e do próprio Jesus que pagou o imposto religioso com a moeda que estava dentro de um peixe (Mateus 17:24-27), cumpriu a lei e não

a aboliu (Mateus 5:17-20). O não cumprimento da regra é considerado roubo ao Eterno, conforme o registro de Malaquias capítulo 3, versículo 10. As ofertas são voluntárias. Eles adquiriram espaços nos meios de comunicação, inicialmente em programas de rádio e em alguns casos concomitantemente de televisão. O caso simbólico foi o do Bispo Macedo.

Tematizando a questão do sofrimento, assim como a umbanda e o candomblé, o novo pentecostalismo elegeu exatamente essas religiosidades como “demoníacas”: para os universais, nos terreiros se cultua Satanás. A interface com as religiosidades afro está na origem do novo culto e deixou evidentes marcas da passagem, como a escolha do nome dos seus demônios (pomba-gira, exu-caveira, tranca-rua, etc.), dos tempos fortes do calendário (sexta-feira é o dia do culto da Libertação), nos elementos que são utilizados nos ritos (sal para purificar, óleo e água para ungir, vermelho para luta etc.). Em uma disputa de outras proporções, a mesma belicosidade religiosa foi dirigida contra a Igreja Católica. (MAFRA, 2001:38-39)

As disputas narrativas acerca da religião dentro da escola, em especial a pública, ampliaram ou passaram a ser mais divulgados sobre intolerância religiosa a partir da aprovação da Lei Federal 10.639/03 sobre ensino de História da África e Cultura afro-brasileira. A análise histórica contemporânea mais aprofundada será apresentada ao longo dos capítulos. Quando o professor fala de Orixás nas aulas de História em ambientes não inclusivos inicialmente causam aversão e manifestam o preconceito dos alunos cristãos de forma geral. No que tange propriamente a questão do ensino das heranças africanas no Brasil e a relação com alunos evangélicos, é preciso levar em consideração a predominância de uma hermenêutica bíblica que valoriza a interpretação da população branca anglo-saxã em detrimento da realidade nacional. Marco Davi de Oliveira ao refletir sobre a questão crê que dentro da liturgia da maioria das igrejas evangélicas de origem neopentecostal, quanto mais longe da origem (africana), mais perto de Deus o indivíduo estaria.

O primeiro princípio que notamos na igreja evangélica brasileira é que tudo que vem de matriz africana é coisa demoníaca. Na Igreja brasileira, já se convencionou considerar “do diabo” tudo que tem origem na África. Obviamente, não é um pensamento único, pois há alguns líderes que não se cansam de defender a culinária, a música e outros aspectos da cultura de matriz africana. No entanto, a maioria dos líderes na Igreja do Brasil mostra grande preconceito quanto aos elementos culturais

provenientes da África, que fazem parte direta da história dos negros brasileiros. (OLIVEIRA, 2015:91)

O reconhecimento da auto identificação racial é uma dificuldade no caso de muitos alunos negros e pardos brasileiros e evangélicos, e do outro. A consciência do que é ser negro no Brasil e distanciar-se desta realidade tem sido a intencionalidade discursiva dos neopentecostais. Se entendessem que a identidade negra evangélica é uma contracultura diante de uma narrativa branca teríamos uma realidade progressista em termos de religião e política. Uma dicotomia linguística e social se estabeleceu: o bem e a prosperidade são representados pela cor/raça branca e o mal e a pobreza pela cor/raça preta. Diante do crescimento da “Teologia da Prosperidade”, o estímulo ao empreendedorismo e o acesso a políticas redistributivas dos Governos do Partido dos Trabalhadores, a referida população teve acesso à renda, a bens de consumo e o processo de “embranquecimento mental” foi se aprofundando. Os elementos apresentados sobre a realidade de parte dos alunos evangélicos conduziram ao desenvolvimento e perpetuação de estigmas identitários. Hoje os problemas se aprofundam com apoio de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica – popularmente conhecida como Bancada Evangélica - ao Programa Escola Sem Partido.

Diante da negação e desconhecimento das identidades negras brasileiras, cabem a escola através do Ensino de História da África e as Igrejas Evangélicas por meio das pregações e aulas das Escolas Bíblicas Dominicais construírem pontes a fim de acabar com os preconceitos. No entanto, o trabalho se desenvolverá com ênfase no colégio público em diálogo com a experiência evangélica contemporânea no Brasil. **O título do primeiro capítulo é: “Panorama dos Evangélicos brasileiros com relação à raça e a educação na República”.** Aqui abordei elementos históricos e sociológicos que falam da presença missionária em diálogo com a conjuntura política educacional. Os evangélicos de Igrejas Históricas ajudaram na laicização do Governo no final do século XIX e alguns grupos se posicionaram a favor da Abolição da Escravidão, em especial os presbiterianos. No meio falo do avanço pentecostal e o surgimento das Igrejas Neopentecostais, uma visão geral sobre o assunto. No que tange ao aspecto racial, a fala dos alunos neopentecostais resgata o discurso biológico do Século XIX associado a uma interpretação equivocada da “maldição de Cam”. Resgato textos bíblicos que rompem com preconceitos contra a África e seus descendentes. Por outro lado, aponto a importância do Movimento Negro na sociedade brasileira e seu impacto na formação desse grupo no meio evangélico na segunda metade do século XX.

O segundo capítulo tem o título de Raça, Neopentecostalismo e laicidade na sala de aula. As principais referências para trabalhar os respectivos conceitos serão Achille Mbembe, Boaventura de Souza Santos e Chantal Mouffe. O primeiro autor afirmou que hoje vivemos um “racismo sem raça” a fim de aprimorar a prática da discriminação. A cultura e a religião tomaram o lugar da biologia. Após a aprovação da Lei 10.639/03, a oposição ficou mais evidente em sala de aula. Tudo que remete à África, a religiosidade com matriz no referido continente e políticas públicas para promover a igualdade racial são alvos de questionamentos dos alunos, em especial, evangélicos neopentecostais. Alguns têm dificuldades em reconhecer que algumas práticas do referido credo têm origem afro. Qual é o limite da laicidade dentro da sala? Como lidar estratégicamente com o fundamentalismo cristão e combater o preconceito a partir do currículo escolar? Santos discorre sobre a necessidade de criar uma epistemologia do sul global para refletir acerca de nossos problemas. Apontei a questão da origem e avanço do Fundamentalismo cristão dentro da problemática dos Direitos Humanos com ênfase na religião, na política e na raça. Mouffe traz a questão das religiosidades no espaço público e como isto interfere na democracia.

O terceiro capítulo é um estudo de caso a partir da experiência carioca do Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Zona Oeste. Questionários foram aplicados aos discentes. Em conversas informais com docentes da área de Ciências Humanas da instituição e de outras da rede pública estadual sobre a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, ouvi relatos de resistências epistemológicas e de intolerâncias religiosas que surgem por parte dos alunos. Porém têm casos de êxito diante dos limites curriculares e do público evangélico neopentecostal. O tempo de pesquisa não foi o suficiente para entrevistar formalmente docentes da casa. Aguardei a Comissão de Ética autorizar a realização do meu trabalho. Além disso, o aumento da carga de trabalho em uma das escolas particulares, onde atuo – professor e coordenador de História. Ricardo Mariano (2007:135) afirmou que “em sua literatura, os mais importantes líderes da vertente neopentecostal, Edir Macedo e seu cunhado R. R. Soares depreciam e demonizam abertamente os cultos afro-brasileiros e kardecista”. O diálogo inter-religioso dentro do ambiente escolar é a expressão da democracia e da promoção do respeito diante da alteridade. As sugestões de procedimentos didáticos auxiliarão o professor no exercício de sua função e, em especial, os alunos no processo de ensino-aprendizagem e descolonização do pensamento. Ou seja, constituem tentativas de rompimento com a dominação cultural e religiosa que desqualifica o outro.

1. PANORAMA DOS EVANGÉLICOS BRASILEIROS COM RELAÇÃO À RAÇA E A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA:

Decididamente, a história é um estranho edifício. Passamos o tempo todo refazendo suas fundações sob o risco de derrubar todos os andares de certezas acumulados sobre elas. É uma verdadeira empresa de trabalhos públicos especializada na restauração permanente de ideias antigas. Vamos lá! Uma boa mão de cal sobre as velhas camadas de preconceitos. Apagar e reescrever.

Jean-Yves Loude

A questão racial e religiosa permeou o pensamento social brasileiro ao longo do século XX e o assunto estava presente no imaginário escolar. Lidar com essas questões em sala de aula é desafiador para os docentes de ciências humanas, pois são temas sensíveis em tempos de crescente hegemonia protestante em diversos setores sociais. Ser evangélico, brasileiro e negro poderia ser interpretado como uma grande contradição ou sinal de modernidade no início da República. Os missionários evangélicos vindos especialmente dos EUA e da Europa desenvolveram a obra de evangelização nacional e em alguns casos, com trabalhos de alfabetização por causa da leitura bíblica. Cidadão dos céus em meio a uma cidadania terrena, nominal e excludente. O evangelho se misturava a aspectos da cultura local numa tentativa de apagar a herança escravista e desenvolver um ethos cristão à moda estadunidense. Ou seja, a reprodução de comportamentos e discursos brancos facilitou a dominação sobre os catecúmenos ou os novos convertidos. É importante observar que o catolicismo popular¹ com suas irmandades estava em declínio nas primeiras décadas do referido século.

A Bíblia é a regra de fé e de prática que orienta, em teoria, o comportamento dos alunos evangélicos em geral. A influência iluminista de autonomia do indivíduo na liberdade de expressão e do pensamento associado a interpretação das escrituras foi fundamental para o crescimento das Igrejas protestantes brasileiras no início do século XX. Saber ler a realidade do povo e da cultura associado a aplicação moral dos valores da religião foi fundamental para

¹ Segundo Martin N. Dreher, nessa situação em que o diálogo só podia ser feito entre iguais que tinham em comum a fata de aceitação e a incapacidade de diálogo com o pensamento dominante, desenvolveu-se o que se convencionou designar de catolicismo popular. (DREHER, 2013:341) Ele têm raízes nas religiosidades negra e indígenas; são autônomos, baseia-se em critérios étnicos e sociais para a organização de festa, procissões e irmandades. Além disso, a linguagem popular predomina juntamente com a figura do santo protetor que proporciona experiências aos humanos.

o sucesso dos educadores e educandos que seguiam essa crença. No passado, os missionários americanos de instituições tradicionais ou pentecostais ora eram vistos como símbolos da modernidade religiosa ora como uma ameaça a um projeto de nação brasileira. Os anos se passaram e a partir dos anos 1970, o movimento neopentecostal surgiu e vem se fortalecendo. Têm agregado grande parte da população pobre e de classe média com sua teologia da prosperidade e com o silenciamento da questão racial.

A estratégia inicial foi criar escolas para alfabetizar o povo. Osvaldo Henrique Hack acredita que a implantação de colégios protestantes ajudou na renovação da mentalidade educacional e no processo de ensino no Brasil. Para ele, o que impulsionou essa transformação foi o divórcio entre o Estado e a Igreja Católica a partir da Proclamação da República. As consequências da separação foram favoráveis aos evangélicos, devido à liberdade de culto e de crença e, também, à laicidade da escola pública. (HACK, 2000:68). O incentivo à leitura da Bíblia e a Escola Bíblica Dominical ajudaram na alfabetização da população pobre. As Igrejas históricas – Batista, Presbiteriana, etc. – atuavam em duas frentes para conquistar adeptos. Primeiro, evangelização nas ruas e visitas às casas para oração e consolidação da mensagem. Segundo, ensino religioso no templo e nas residências. A maior barreira era a adaptação à língua portuguesa, ao clima tropical e aos costumes. Para fazer uma distinção identitária, optou-se pela interpretação arminiana das escrituras. Ou seja, um rigor moral na vivência dos conceitos bíblicos. Quem não se adaptava as orientações dos líderes por desvios comportamentais eram excluídos do ambiente eclesiástico, salvo houvesse arrependimento público. Os crentes ou os bíblias era o rótulo social que era dado por aqueles que não pertenciam à fé.

A sala de aula é um espaço no qual se constrói e se reelabora no processo comunicativo. A narrativa histórica penetra o subterrâneo da memória coletiva, no qual valores ou/e preconceitos se manifestam e podem ou não apresentar demonstrações de inquietações. Os alunos evangélicos, em especial os neopentecostais, possuem uma interpretação da sociedade inspiradas em alguns valores bíblicos e no Liberalismo econômico. As tensões raciais geralmente são silenciadas pelo discurso de igualdade de serem filhos de Deus. A ideia do embranquecimento nas relações familiares ainda tem espaço, embora seja anti-bíblica. Moises era casado com uma mulher negra da Etiópia. Mirian, irmã daquele líder, foi castigada por fazer criticar aquele relacionamento inter-racial e disputar a influência sobre o povo a partir do contato com Jeová. A questão é de onde vem e quando surge essa ideologia da branquetude dentro do protestantismo brasileiro?

A geração intelectual que surgiu a partir da década de 1870 no Brasil buscava modernizar a nação pela via da eugenia e da importação de modelos político-econômicos, como as Repúblicas dos EUA e da França. As intensas críticas à escravidão promovidas pelo político Joaquim Nabuco, a atuação dos movimentos republicanos, abolicionistas e de religiosos evangélicos contra o referido sistema de exclusão e de exploração. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), brasileiro, homem branco e Pastor presbiteriano, escreveu “A religião cristã e suas relações com a escravidão” em 1886. Era um Manifesto abolicionista que foi apresentado no Sul de Minas Gerais. Constitui um exemplo de como parte da fé cristã protestante no país questionou o status quo mostrando a incompatibilidade entre escravidão e Cristianismo. Criticou a interpretação de um texto bíblico isolado do Apóstolo Paulo sobre o tema que era usado para manter a submissão do indivíduo a outro. Disse que:

Se a religião, portanto que confessas, condena o captiveiro, escolhe entre ella e os escravos que possues. Ou guarda teus escravos, e continua aproveitar do suor do rosto do teu próximo, e, neste caso, imitando o exemplo dos gadarenos, pede a Jesus que se retire de tua casa; ou então, restituem a teus escravos a liberdade roubada e declara por esse acto que não és um mero hipócrita. (PEREIRA, 1886: 36)

É importante lembrar que os evangélicos eram minoria na população brasileira, visto que até 1890 o Catolicismo era a religião oficial. Os batistas se omitiram na condenação pública da escravidão. Em Santa Bárbara do Oeste fundaram uma colônia americana e excludente. Eles vieram do Sul dos EUA que possuía uma tradição escravista e maçônica. Na década de 1880, o Pastor William Bagby fundou a Primeira Igreja Batista do Brasil na cidade de Salvador. Asa Routhe Cabtree ao escrever sobre a História da referida denominação citou um relatório de Kidder de 1859 sobre a expansão do trabalho missionário. No referido documento dizia: “O Brasil, como os Estados Unidos, têm escravos e os missionários enviados pela Convenção Baptista do Sul não podiam sentir-se constrangidos a combater a escravidão e assim envolver-se em política” (CRABTREE, 1962:37). A Igreja Católica apoiava a escravidão e isso ficou evidenciado com a narrativa de Joaquim Nabuco a favor da Abolição.

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes Igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento

abolitionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusa-los. [...] Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos nem condenou o regime das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz a favor da emancipação. (NABUCO, 2010: 46-47)

A Igreja Católica legitimava o sistema através da associação distorcida do texto bíblico de Gênesis sobre a maldição de Cam. Essa distorção teológica associada ao Darwinismo social que a partir da segunda metade do Século XIX influenciou parte da intelectualidade brasileira e latino-americana de forma geral. Autor de “O Abolicionismo”, Nabuco citou a experiência centenária inglesa ao lembrar-se do cristão calvinista e abolicionista William Wilberforce para justificar a luta pela liberdade. Movido pelo sentimento de humanidade e sob influência de sua fé, o referido parlamentar inglês, conseguiu defender sua ideia e induzir o processo decisório a aprovar a lei que acabava com o trabalho compulsório no Reino Unido. A cidadania no Brasil é um longo caminho, como disse José Murilo de Carvalho. O debate da concessão de direitos civis aos libertos constituiu uns dos pilares das disputas políticas no Poder Legislativo. O Estado do Ceará em 1884 foi o primeiro Estado a acabar com esse tipo de mão de obra. O fato aconteceu na cidade de Redenção, onde hoje funciona a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Resultado de um ato do governo, mas sobretudo da contínua pressão popular e civil, a Lei Áurea, apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam. E por isso o caso é em si exemplar. Ele lembra que atos como esse, não poucas vezes, vinham seguidos de reveses políticos e sociais, os quais começavam a desenhar um projeto de cidadania inconclusa, uma república de valores falhados. (SCHWARCZ E STARLING, 2016:14)

A memória escolar construída acerca da libertação dos escravos foi o Ato administrativo da Princesa-Regente do Brasil, Isabel, com a assinatura da Lei Áurea. Os pedagogos e normalistas que atuam no Ensino Fundamental I geralmente narram a História desta forma e os alunos podem concluir erroneamente que não houve participação popular neste processo.

Quando o historiador no oitavo ano ou no terceiro ano do Ensino Médio aborda o mesmo assunto, algumas resistências aparecem no subterrâneo do pensamento estudantil. Ela não foi a “redentora”, conforme os jornais da época noticiaram ou como ficou registrado na estátua em uma Avenida que leva o nome dela no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro. Entretanto, é preciso apresentar e relembrar a atuação dos escravos, dos libertos, dos quilombolas e políticos que lutaram para que o novo status quo se consolidasse no país.

Joaquim Nabuco nos tempos do Império afirmou que “a escravidão permaneceria por muito como a característica nacional do país”. De fato a previsão dele estava correta. Um país marcado por analfabetismo e pela enraizada presença sincrética da religião cristã Católica, apresentava e ainda apresenta dificuldades para lidar com o reconhecimento da pluralidade étnica e religiosa dentro do ambiente escolar. Políticos e intelectuais, como, por exemplo, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Rui Barbosa, buscavam um projeto de nação que conduzisse o Brasil ao progresso, entretanto as mentes colonizadas deles não conseguiram desenvolver mecanismos políticos que transformassem a realidade socioeconômica do Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho:

As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista que aqui nos interessa – a formação do cidadão -, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. (CARVALHO,2013: 53)

O Estado não incluiu os ex-escravos no processo formal de participação política, visto que analfabetos não votavam. Apesar disso, eles estavam nas ruas lutando por direitos. A presença evangélica na educação a partir da década de 1880 foi fundamental para a laicização do Estado e para a alfabetização da população. A estratégia missionária das Igrejas históricas, a saber, Presbiterianos, Batistas e Metodistas principalmente com a criação de colégios, como o “Internacional”, em Campinas, o “Piracicabano”, em Piracicaba, o Batista Shepard e o Bennett, ambos no Rio de Janeiro e a “Escola Americana”, em São Paulo. Educadores presbiterianos foram fundamentais na reforma da educação de São Paulo em 1890, como por exemplo, o professor Dr. Horace Lane, Diretor do Colégio Mackenzie. A República amplificou o surgimento dessas instituições e colocou a responsabilidade constitucional da instrução

pública sob orientação dos Estados. O discurso sobre educação estava presente no parlamento, nas irmandades de cor, mas não era uma política de Estado.

Os primeiros anos do governo republicano no Brasil foram marcados: primeiro, por um liberalismo político-econômico, promotora da exclusão de grande parte da população da participação política e dificultava o consumo; e segundo, pelo darwinismo social, doutrina pseudocientífica, cujo representante principal é Herbert Spencer, que se utilizava da ideia de miscigenação para gerar a evolução da “raça brasileira”. O objetivo era futuramente embranquecer e modernizar a nação. O médico maranhense Nina Rodrigues escreveu o livro “Africanos no Brasil” (1905), no qual acreditava na promoção da mestiçagem para superar a “inferioridade sociocultural”. Ou seja, através da eugenia era possível fazer progredir a nacionalidade. “Diluir a raça negra com excedente de população branca, que assuma a direção do país: tal é na expressão de sua rigorosa feição prática o aspecto por que, no Brasil, se apresenta o problema o negro”. (RODRIGUES, 1905:264-65) Todavia, os estudos da área da Biologia ao longo do Século XX comprovaram que o gene da melanina é dominante, logo, pode-se perceber uma grande variação de tons de pele.

A mudança da forma de governo – da Monarquia para a República – escancarou o afastamento dos indivíduos negros da política e colocou em curso o projeto da pigmentocracia. Ou seja, a cor da pele era o critério essencial para o acesso ao poder político-econômico. Segundo Thomas E. Skidmore, o ideal do “branqueamento” – assim como o sistema social tradicionalista – ajudou a influir entre homens de pele escura na sua escolha de cruzamento racial e de ter o mesmo ativo papel na reprodução. As fêmeas, por outro lado, movidas por uma forte inclinação na preferência, escolhiam sempre, quando isso era possível, parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976:62). A lógica fenotípica da escolha de relacionamentos sexuais estava associada à questão socioeconômica.

Dois anos após a Abolição da Escravatura, o Governo do General Deodoro da Fonseca estabeleceu o Decreto Federal N.º 528, de 28 de Junho de 1890, que falava sobre a imigração. O artigo 1º do referido documento proibia a imigração de africanos e de asiáticos para o país. Multava quem transportasse esses indivíduos e em caso de reincidência haveria perda de privilégios caso gozassem de algum. Somente com autorização do Congresso Nacional poderiam vir e justificando o motivo da presença. Caso fossem capturados seriam presos e enviados de volta aos seus países. Do ponto de vista da Diplomacia brasileira na Primeira República era de apagamento do contato com a África. Segundo Eli Alves Penha:

A partir do fim do comércio com a África, o Atlântico Sul passa a se constituir num espaço de atuação marginal da política externa do Brasil. Rompia-se a herança da tradição lusitana que havia permanecido a partir da própria ideia de “império brasileiro” que, como se verificou, tinha um forte componente transatlântico, graças às relações com a África. [...] O afastamento da África colocou o Brasil de costas para aquele continente e consequentemente, para a região do Atlântico Sul, com profundas implicações no desenvolvimento de forças navais e mercantes. (PENHA, 2011:62)

Por outro lado, a vinda de brancos europeus era desejada pelos políticos e ocorriam de duas formas. Primeiro, o sistema de parceria entre empresários e os estrangeiros. Os primeiros financiavam a viagem e a moradia e os imigrantes forneciam sua força de trabalho para custear seus gastos de translado e de permanência. A outra modalidade foi o subsídio do Estado. Ou seja, a política pública de branqueamento da nação foi financiada com os impostos. Alemães, italianos e outros grupos vieram voluntariamente, enquanto os africanos foram sequestrados, trazidos à força em navios precários e comercializados nos mercados do Rio de Janeiro, Salvador e de outras cidades. Mesmo após a Lei Eusébio de Queirós (1850) que proibia o tráfico interatlântico de escravos, o escárnio da escravidão e várias práticas de desrespeito aos Direitos Humanos se mantiveram até 1888. O medo do Haitianismo nunca foi esquecido pelos governantes brasileiros e ainda permanecem nos subterrâneos da memória social. Aquela revolução latino-americana de cor preta derrotou o discurso racial de superioridade branca.

O nome negro em particular libertou, durante muito tempo, uma extraordinária energia, ora como veículo de instintos inferiores e de forças caóticas, ora como símbolo luminoso da possibilidade de redenção do mundo e da vida num dia de transfiguração. [...] Produto de uma máquina social e técnica indissociável do Capitalismo, da sua emergência a globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. (MBEMBE, 2014:19)

É importante ensinar e (re) lembrar essas informações sensíveis na escola para estimular a educação racial, combater os privilégios advindos do fenótipo e defender as ações afirmativas na educação e nos concursos públicos. Os alunos tendem a se colocar contra essas questões,

por causa da opinião das elites. As mídias sociais e outros veículos de comunicação invisibilizam a população negra nas novelas, tendem associa-las a imagem do medo, da miséria e da violência. Na luta antirracista, vários periódicos foram criados no início do Século XX que tinha participação de negros e pardos, como por exemplo, O Propugnador (1907), o Patrocínio (1913) e o Clarim da Alvorada (1925). Estes jornais foram citados por Flávio Gomes em sua obra “Negros e Política (1888-1937)”. Os textos versam sobre as vicissitudes desse setor da sociedade, principalmente no mercado de trabalho.

A luta pela participação política da população afrodescendente foi intensa. A luta racial foi camouflada pelas demandas sociais da relação capital-trabalho. Greves operárias na Capital Federal, principalmente na década de 1910 expressam a necessidade de avançar na concessão de direitos sociais. Cláudio H. M. Batalha (2010:164) afirmou que *falar de uma classe operária “branca”, composta em sua maioria de imigrantes europeus, é sem dúvida uma avaliação globalmente correta para os estados de São Paulo e do Sul, mas desconsidera o peso do operariado “nacional”, com significativa participação de negros e mulatos no restante do país.* A mão de obra que outrora estava na escravidão jamais deixou de ser utilizada para o desenvolvimento econômico brasileiro. A educação era um caminho para modernizar o país, porém a letra da lei não correspondia à realidade. Rui Barbosa, redator principal da Constituição de 1891, consolidou a descentralização do ensino dentro do pacto federativo. O Artigo 35 dizia:

Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

2º) animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

A obrigação de criar a instrução básica era do Poder Legislativo. Observe a ligação entre educação e raça no segundo artigo. Subliminarmente o Congresso era o indutor da política de branqueamento. Quanto à presença afrodescendente na escola, em especial no Rio de Janeiro, era relevante seja no corpo discente quanto docente. Maria Lúcia Rodrigues Müller buscou pesquisar sobre docentes e discentes negros na Primeira República. Ela encontrou fotos e documentos públicos que provam essa relação, com destaque especial para o professor maranhense e negro Hemetério dos Santos (1858-1939). Este Homem culto usou a estratégia de resistência racial por meio das palavras.

Ele nasceu em uma Província historicamente marcado pela pobreza e pelo coronelismo. Aos vinte anos de idade (1878), ele integrava a equipe do magistério no Colégio Pedro II. Este fato ocorreu dez anos antes da Abolição da escravidão. Período de efusão de movimentos abolicionistas e republicanos. Hemetério nos primeiros meses da jovem República se tornou o primeiro professor negro do Colégio Militar do Distrito Federal (20 de Abril de 1890). Além de ser docente da Escola Normal. O intelectual Manoel Bonfim foi seu colega de profissão e era defensor da instrução pública.

Educação, raça e religião caminham juntos na História do Brasil. Protestantes de Igrejas históricas ajudaram na alfabetização, no cuidado social com os ex-escravos e na defesa da laicidade. Na primeira década do século XX, os missionários brancos da Suécia, Gunnar Vingren e Daniel Berg foram para o Belém do Pará em 1911 e começaram o trabalho de evangelização com a população pobre e de classe média sem levar em conta critérios raciais. Eles vieram dos EUA, onde tiveram a experiência com o movimento pentecostal que surgiu em Los Angeles no início do século XX. Fundaram a Missão da Fé Apostólica, alterado para Assembleia de Deus em 1918 - hoje a maior denominação pentecostal do Brasil. Segundo o site da Assembleia de Deus no Belém do Pará:

Os irmãos desligados da Igreja Batista passaram a reunir-se em um salão na Rua Siqueira Mendes, 79, Cidade Velha, residência do irmão Henrique de Albuquerque. Como a glória do Senhor se manifestava naquele lugar, houve a necessidade de organizar o movimento. No dia 18 de junho de 1911, por deliberação unânime, foi fundada a Missão de Fé Apostólica, posteriormente denominada de Assembleia de Deus. Supõe-se que o nome escolhido para a nova denominação esteja ligado às igrejas que na América do Norte professavam a mesma doutrina e foram denominados de Assembleia de Deus ou Igreja Pentecostal. (ADBELEM, 2019)

Essa mudança de nome pode estar relacionada com a influência da segregação racial estadunidense. O primeiro nome estava relacionado com o pastor negro estadunidense e filho de ex-escravos W.J. Seymour que participou da experiência religiosa de Avivamento da Rua Azuza – “certidão de nascimento deste movimento”. Todavia o Pastor branco Charles Fox Parham (1873-1929) possuía ligações com o Ku Klux Klan e fundou a Assembleia de Deus. Há um silenciamento sobre o racismo nas igrejas brasileiras, em especial do (neo)pentecostalismo, apesar de ser a religião cristã que mais concentram a população negra no Brasil. Historicamente

os cargos de tomada de decisão nas igrejas eram ocupados por homens brancos em sua grande maioria.

Sobre as práticas litúrgicas dos pentecostais e neopentecostais são: primeiro, enfatizavam em suas orações a busca do Espírito Santo, dos dons espirituais descritos em I Coríntios 12, de milagres e curas de enfermidades. Além disso, valorização da glossolalia (“falar em línguas estranhas” conforme a experiência bíblica do livro de Atos). A lacuna deixada pela Igreja Católica em regiões pobres da Primeira República foi sendo lentamente ocupada pelas denominações evangélicas, em especial, as denominações pentecostais. Entretanto, os católicos eram fundamentais para arbitrar interesses políticos em tempos de crise, vide a ligação do Presidente Washington Luiz com Cardeal Leme. A República oficialmente era laica, mas certas associações não foram cortadas. É fundamental pensarmos que a disputa de poder entre estes dois grupos cristãos – católicos e evangélicos – permanece até hoje. Quais ideologias influenciavam o cenário social do início do século XX e como impactaram a educação?

A idolatria à nação excluente, a difusão do senso de civilidade e a memorização configurava o currículo do ensino de História. A historiografia do país esteve sob influência do Positivismo e do Darwinismo social na virada do Século XIX até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esses paradigmas ideológicos serão abalados na América Latina, pois a Europa, símbolo da civilização ocidental e da “moralidade”, produziu um conflito em proporções nunca antes vista. Oliveira Vianna na obra “Instituições Políticas brasileiras” criticou Rui Barbosa por este querer implantar o modelo político e educacional americano sem levar em consideração a realidade nacional. Ambos reconheciam que um dos problemas do país era a educação. Nesse sentido, é importante pensar o papel da disciplina História na formação do cidadão e de um projeto moderno de nação.

A história do Brasil como disciplina distinta da história da civilização só surgiu em 1895. Era caracterizada pela cronologia política e pelo estudo da biografia de brasileiros ilustres, além de acontecimentos considerados relevantes para a afirmação da nacionalidade. Cabia à história como disciplina escolar: construir a memória da nação como uma unidade indivisível e fornecer os marcos de referência para pensar o passado, o presente e o futuro do país. (MAGALHÃES, 2003:169)

Na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1924, educadores criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE). Era um movimento que buscava transformar sistema de instrução tendo como arcabouço as experiências estadunidenses e europeias. Destacam-se no grupo a participação de Antônio Carneiro Leão e Anísio Teixeira. Esse grupo auxiliou na reforma da educação do Distrito Federal – Rio de Janeiro – na década de 1920 e foram responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932). Com a Revolução de 1930, o Presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo Ministro era Francisco Campos. Esta instituição buscava centralizar e fiscalizar a aplicação do currículo escolar comum para os estabelecimentos de ensino públicos e particulares de toda nação. Todavia, o silêncio sobre as histórias africanas permanecia. Veja como educação, raça e religião foram tratadas no período da década de 1930 a 1960.

1.1 Décadas de 1930 – 1960:

O Presidente Getúlio Vargas (1930-45) visando modernizar o país adotou um projeto político autoritário no campo da educação, embora tenha valorizado o legado da diáspora africana no país. Esta mudança influenciou os púlpitos e a formação dos jovens evangélicos, pois representação étnica pode gerar maior identificação religiosa. A entrada efetiva de deputados evangélicos na década de 1930 é uma resposta à demanda política das igrejas. A publicação em 1933 do livro “Casa Grande e Senzala” do autor pernambucano Gilberto Freyre ajudou a mudar a concepção raça negra e educação. Ele teve formação familiar católica, mas durante a adolescência e parte da juventude (1917- 33) estudou no Colégio Batista Americano, tornou-se membro da Primeira Igreja Batista do Recife e estudou nos EUA em uma faculdade batista – Baylor University. Ao estudar sobre a cultura brasileira, observou um “equilíbrio de antagonismo” na elaboração da nação.

A formação brasileira tem sido, na verdade, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre

todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 2006:116)

Há um processo de reconhecimento da relevância da mestiçagem, apesar da violência. Freyre crê a mistura de raças e culturas aponta para um mundo moderno que assimila e se adapta as vicissitudes do Ocidente. Essa naturalização e romantização de práticas de dominação social feito com o coração ou paixão têm problemas. O mundo criado pelo português na América explorou a mão de obra escrava africana e indígena levando a um estado deplorável de desumanidade, pois nega a igualdade de que todos são humanos. A ausência de Direito de proteção ao corpo do negro origina-se de diversas violências promovidas por instituições estatais e pelos cidadãos; a imposição por decreto da fé Cristã promovida pela Igreja Católica e pelo governo tentaram destruir práticas religiosas de matrizes africanas. Como forma de proteção adotaram o sincretismo para resistir. Achille Mbembe (2017:21) afirmou que o colonialismo dividiu, classificou, hierarquizou e diferenciou os indivíduos. A raça camufla a luta de classes. Neste sentido Aníbal Quijano disse que:

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. (QUIJANO, 2005:121)

Africanos foram capturados e trazidos contra a vontade em navios pelo Oceano Atlântico. Famílias foram apartadas por causa de interesses econômicos escusos; estupros de homens brancos contra mulheres negras aconteceram a fim de dominar sexualmente e

politicamente o outro; suicídios em alto mar e abortos de gente negra para não sofrer as agruras da escravidão; venda de carne preta, nomes retirados e batizados conforme o interesse dos proprietários, etc. São heranças negativas da mestiçagem luso-tropical que fazem parte do passado-presente nacional. A reparação por meio de políticas públicas na atualidade visa atenuar exílio econômico imposto a população negra, parda e indígena que foram condenados a inexistência pela elite. A História é fundamental para instrumentalizar os excluídos contra os abusos dos poderosos.

O amalgama cultural que é o Brasil reflete na liturgia dos cultos evangélicos que seguia padrões europeus e estadunidenses. Entre as décadas de 1920 e 1940, há um fortalecimento das convenções nacionais das diversas igrejas evangélicas, por exemplo: Batista Brasileira e Assembleia de Deus – Ministério de Madureira, em especial. Esta última denominação absorveu grande parte daqueles que outrora seguia o catolicismo popular e religiões de matrizes africanas e se converteram ao Cristianismo Evangélico, principalmente negros e pardos. Eis os efeitos do pensamento de Gilberto Freyre na religiosidade evangélica deste período. Neste processo, livros com louvores estrangeiros e nacionais ao Senhor foram criados – Cantor e Hinário Cristão; habilitação do pandeiro e o violão nos cultos; ordenação pastoral de negros como protagonistas da evangelização, em especial, do educador e político José de Souza Marques – Presidente dos batistas brasileiros. Criou um colégio técnico que leva o nome dele e uma Fundação de Ensino Superior no bairro do Campinho na Zona Oeste do Rio de Janeiro que concedia bolsas de estudos aos pobres da região. Segundo Paulo Baía, Souza Marques é o “pai da política de ação afirmativa no Brasil”. Nos anos 1940, o religioso apresentou na Câmara dos Deputados projetos para financiar os estudos da população pobre, mas não foi aprovado pelos seus pares.

Na luta antirracista, a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB) no final da década de 1920 e em meados da década de 1930 constituiu um marco relevante na luta antirracista na República. Ela foi fundada em 16 de setembro de 1931 em São Paulo com a missão de batalhar pelos direitos civis dos negros. Homens e mulheres da raça negra com diferentes formações profissionais se uniram para mudar a realidade de racismo no país. A estratégia de criar o jornal ‘A Voz da Raça’ foi importante para difundir os ideais do grupo e ser um instrumento político para influenciar a tomada de decisão governamental. Usar a imprensa como meio de ensino e divulgação de ideias que mobilizassem a população em favor da inclusão social dos afrodescendentes. Em 1936, a FNB se tornou um partido político, que inspirou os movimentos negros estadunidenses na luta antirracista. Todavia foi fechado pela Ditadura varguista. De

acordo com Flávio Gomes (2005:53), “a expectativa da FNB era não só incluir o tema do racismo na pauta política como promover melhores condições de vida, saúde, educação e empregos”. Havia oposição a esta ideias e articulação de alguns membros com AIB, vide o poeta negro e católico Arlindo Veiga dos Santos.

Nos anos 1930, a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) liderado por Plínio Salgado enaltecia a experiência fascista, embora “inclusse indivíduos negros”. A referida instituição tinha apoio de católicos como Dom Helder Câmara. Gomes (2005:53) afirmou que “o discurso integralista tinha forte penetração popular, misturando-se com xenofobia. Além de sua propaganda ideológica e da atuação de lideranças como Gustavo Barroso e Plínio Salgado, ainda sabemos pouco sobre a penetração do integralismo junto a setores pobres e negros”. Havia críticas protestantes ao Integralismo, pois a Igreja Católica era considerada essencial para direcionar o povo e a família sob a orientação de Deus. Isto não eliminaria a prática de sincretismos no campo da fé e mistura de classes sociais que não participava de processo decisório na política, desde que haja um equilíbrio de antagonismos. Essas oposições sintetizadas deveriam gerar uma perigosa homogeneidade.

Segundo René E. Gertz (2010: 29), “Plínio Salgado fazia questão de dizer que a religiosidade era condição essencial para um militante do integralismo, ainda que não houvesse preferência por uma doutrina específica”. Mas isso não passava de teoria. Na prática, não dava para negar que havia uma simpatia pelo catolicismo, e sua influência estava subentendida em toda a doutrina integralista”. O Protestantismo era visto pela extrema direita católica integralista como agressão à unidade nacional e o progresso da pátria. O sentimento de ameaça à existência da cristandade evangélica impeliu as igrejas se unirem politicamente e condenarem o integralismo. O medo de uma educação confessional católica foi somado nesta oposição. Não necessariamente por causa do racismo, porém pelo entrelaçamento de interesses católicos na retomada do poder e prestígio perdido junto ao Estado na Proclamação da República. Os evangélicos históricos e pentecostais cresceram no período varguista, apesar da hegemonia católica. Frente Negra e Integralismo foram extintos em 1937 com o Golpe do Estado Novo, embora o último agisse na clandestidez.

A questão da educação foi tratada pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB) criada na década de 1930 para pensar a atuação interdenominacional na política brasileira e reagir a aproximação de Vargas à Igreja Católica por meio da inauguração do Cristo Redentor (1931). Era o compromisso eclesiástico com os problemas sociais do país, visto que a mensagem do Evangelho dialoga com a cultura. A linguagem acessível e palavra de conforto por meio fé em

Cristo - nação que foi colonizada pelo Catolicismo – facilitou o sucesso da evangelização. A ausência da questão racial permanecia, mas a eleição do Pastor metodista, branco e socialista cristão Guaracy Silveira (PSB-SP) em 1933 como Deputado constituinte trouxe a questão da laicidade da educação e do Estado – bandeira histórica do protestantismo brasileiro do século XIX. O medo do retrocesso religioso e político impulsionaram evangélicos de Igrejas históricas a se unirem contra o avanço católico. No entanto, a Liga Eleitoral Católica que desejava resgatar a obrigatoriedade da fé católica nas escolas públicas. A mobilização da confederação começou em 1934 e durou até 1964 com o Golpe Civil-Militar-Empresarial.

A CEB e os evangélicos que a compunham demonstravam o quanto acompanhavam os processos de transformação da sociedade brasileira. Da Conferência do Nordeste, participaram Gilberto Freyre, Paul Singer e Celso Furtado, juntamente com pastores, como o metodista Almir dos Santos e os presbiterianos Joaquim Beato e João Dias de Araújo. Eram os evangélicos conclamando a nação para uma reconstrução. (RAMOS & ZACARIAS, 2010)

Durante a década de 1940, Igrejas migratórias se estabeleceram no Sul do Brasil, principalmente de origem germânica e afinados com o nazismo. Os imigrantes alemães se recusavam aprender a Língua Portuguesa, no entanto o Estado Novo varguista criou o Decreto-Lei n 406, 04 de Maio de 1938 que obrigava a aprendizagem do referido idioma. O fato é que havia uns 2900 nazistas, mais de 100 mil cidadãos alemães e algumas centenas de milhares de descendentes espalhados por todo território brasileiro. E isso poderia representar um problema. (GERTZ, 2010:29) Logo, o racismo se refletiu na formação de parte desse pequeno grupo de evangélicos migratórios. Ou seja, os imigrantes e excluíam aqueles que já habitavam as terras do Sul do Brasil, no caso negros, pardos e indígenas. Enquanto isso, as denominações pentecostais atendiam essas populações e se fortaleciam.

O fim da Ditadura Varguista e da Segunda Guerra Mundial representam o início de um novo começo em favor da pluralidade de pensamentos e de representação religiosa na política. Robinson Cavalcanti afirmou que com a Constituição de 1946, a Igreja Católica Romana não perdeu nenhuma das conquistas obtidas com Vargas e consagradas na Constituição de 1934 (verbas, casamento religioso, proibição do divórcio, ensino religioso etc.). A Igreja oficial se compatibilizava com o pluralismo. (2002: 199). Os cultos de matrizes africanas deixaram de ser reprimidos pelo Estado e o pentecostalismo cresceu com a chegada nos anos 1950 e 1960

das Igrejas de origem americanas: do Evangelho Quadrangular e de Nova Vida. Usavam o rádio para compartilhar a mensagem de cura de divina através do rádio com linguagem simples.

No início da década de 1960, durante a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, ocorreu uma reaproximação com as narrativas sobre o continente africano. Criação da divisão da África dentro do Itamaraty auxiliou na fundação de embaixadas na Gana e Senegal, por exemplo, e cooperação na área educacional. A criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (1961) e do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (1965) é considerada embriões dos estudos africanos e suas heranças na América do Sul. O Pan-Africanismo de Patrice Lumumba e Kwame Nkrumah tiveram reflexos no Brasil. Entretanto, o ocaso da democracia em 1964 dificultou as pesquisas na área e as informações produzidas não eram suficientes para fortalecer o campo de estudos afro-brasileiros e ensino na rede básica. Vejamos como se deu a relação dos evangélicos com a Ditadura Civil-Militar e a questão do ensino de História.

1.2 Ditadura Militar, Evangélicos e Ensino de História:

O medo do comunismo orientou grande parte das lideranças evangélicas no país. Apoiaram o Golpe e a Ditadura Civil-Militar-Empresarial. Membros de diversas Igrejas foram considerados subversivos e delatados aos militares. O sociólogo branco e presbiteriano Paulo Stuart Wright, líder da Ação Popular, Manoel da Conceição Santos, camponês pardo e assembleiano são exemplos de cristãos evangélicos perseguidos pelos militares. A CEB e o Seminário Presbiteriano do Norte haviam sido fechados. Em termos educacionais, a disciplina História foi transformada em “Estudos Sociais” cuja composição originou duas disciplinas: Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Os alunos eram obrigados a memorizar datas e fatos via repetição, enaltecer a nação através do canto semanal do Hino Nacional e silenciar diante da realidade sociopolítica e econômica.

Os anos 1970 foram marcados pela repressão. A liberdade de pensamento e de interpretação (hermenêutica) das escrituras bíblicas era um ato de subversão eclesiástica. O país tinha um Presidente da República evangélico – o luterano e assassino Ernesto Geisel, embora não tenha sido o primeiro na história do país – Café Filho, era presbiteriano e assumiu o governo após o suicídio de Vargas. Dentro do Congresso Nacional existia a oposição evangélica ao governo, apesar de grande parte dos parlamentares evangélicos e de igrejas apoiarem o regime.

Lysaneas Maciel, líder do MDB na Câmara, teve o mandato cassado, pois foi acusado de proteger “terroristas”. Em seu discurso cujo título era “O grito da Igreja – D. Pedro de Casaldáliga” em 1972, afirmou que:

Uma das maiores tragédias da Igreja foi a sua alienação e sua omissão com referência aos problemas políticos e sociais. É curioso observar que, na defesa dessa abstenção, se consorciam em estranho conúbio as filosofias materialistas (para Marx, “religião é questão privada”) e religiosos que se refugiaram em torres de marfim para gozar o conforto do cristianismo sem aceitar o desafio que sua autêntica adoção representa. A omissão é condenável, porque contraria os ensinos do Mestre, sobretudo se implica em acomodação a quaisquer regimes políticos nos quais exista patente ou latente, o pecado humano em sua dimensão social. (MACIEL, 1972:121)

Ao longo do texto ele defendeu o Católico, D. Pedro de Casaldáliga, que sofria ameaças de latifundiários por promover a justiça social. O compromisso com os Direitos Humanos não poderia ter sido negligenciado pelos cristãos. Jesus foi assassinado pelo Estado, pois defendia a verdade, ação correta, o amor ao próximo. Neste fragmento, Maciel resgatou a ideia que a igreja precisa participar da política e que não pode se calar diante da injustiça. Ele destacou três atitudes que o cristão deveria ter diante do Estado. Ao longo da Ditadura Militar, criou-se o mito que “crente não participa da política”, pois a corrupção domina. Os evangélicos de denominações históricas não se abstiveram da participação política seja por meio da escolha de representantes ou da luta armada. Os neopentecostais e pentecostais incorporaram parcialmente esse discurso de afastamento da política, embora em todas as legislaturas após o golpe existia evangélicos. Desde 1986, a Frente Parlamentar Evangélica cresce em proporção geométrica.

Primeiro, atitude do cristão é, apoiar a presença do Estado. Apesar da oposição do uso da força e seu aparato, temos de levar em consideração a norma bíblica de que a ordem é melhor que a desordem. Segundo, há outra atitude neste relacionamento: é a de tensão ou vigilância. Faz parte da missão profética do cristão estar vigilante em relação ao Estado e seus governantes. Nenhuma ordem se mantém se não for justa. E a ponta de lança da desordem e do próprio terrorismo é a injustiça, é a subjugação dos mais fracos, é a opressão. Ser cristão é estar vigilante política e socialmente. Mas há uma terceira atitude: inconformismo absoluto diante dos desmandos do Estado (MACIEL, 1972:121-2).

A nação viveu o impacto da crise capitalista internacional de 1973 e de 1979. Diante de uma conjuntura de adversidades econômicas, questionamentos ao status quo se intensificaram. Torturas, desemprego, racismo, intolerância religiosa emergiram como temas da agenda política da sociedade civil, principalmente a violência policial na periferia. O exemplo disso aconteceu com o jovem negro, músico e na época morador da Cruzada São Sebastião, Macau, que passou por discriminação ao ser preso pela polícia. Ele escreveu na década de 1970 “olhos coloridos”, considerado hino da resistência negra eternizado na voz de Sandra de Sá (1982). Em entrevista ao portal G1 no ano de 2015, fez a seguinte narrativa:

“Ele disse: ‘Você mora naquela lama ali, cheia de bandido’. Eu disse que bandido não, ali não tem bandido. Eles são moradores da Cruzada São Sebastião. E ele: ‘É isso mesmo. Tudo pobre, tudo favelado, essa coisa toda, tudo negro’. Eu disse que ele estava com preconceito, com discriminação. E falei ‘O sangue que corre na sua veia, corre na minha veia também. É vermelho. Você está com preconceito’,” relata o compositor. (BOECKEL; MACAU, 2015)

Valorizar a ontologia e o ethos da raça negra sem folclorizar e sem comercializar constituía um dos objetivos da carta de princípios do Movimento Negro Unificado (MNU) fundado em 1978, no Estado de São Paulo. Houve uma mobilização popular em apoio aos quatro negros que eram jogadores de vôlei impedidos de participar do clube Tietê devido à cor da pele. O grupo denunciava o “mito da democracia racial” que era reificado pela Ditadura Militar - contraditoriamente ocorreu a elevação do jogador negro da Seleção brasileira Pelé a “rei do futebol”. Na ocasião, houve uma mudança nas celebrações da resistência negra no país. Houve uma reflexão coletiva e decidiram que para positivar a imagem do negro na História nacional era importante resgatar uma liderança que resistiu à opressão. Zumbi dos Palmares foi escolhido. Ele juntamente com sua esposa Dandara haviam sido assassinados no dia 20 de novembro de 1695. Então, esta data passou a ser comemorada ao invés do dia 13 de Maio, data da Abolição da Escravidão. É importante refletir sobre a definição de Movimento Negro.

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o Movimento Negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são usadas não só

como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007:102; apud GOMES, 2018:22)

Era necessário se libertarem da opressão histórica legitimada pelo Estado brasileiro. Mudar as estruturas da sociedade e pensar na unidade e solidariedade da raça em prol do bem-estar, da igualdade e da justiça. Existiam outros grupos que já se articulavam contra o racismo antes do ocorrido, porém o fato proporcionou uma nova atitude dos movimentos negros de diferentes estados. Os privilégios da cor branca foram questionados publicamente por meio de textos acadêmicos, exemplo de Lélia Gonzalez, discursos de Abdias do Nascimento que denunciavam o genocídio da população negra, música, “Coisa de pele” – Jorge Aragão etc. A crítica ao currículo escolar estava presente nos discursos antirracistas, pois se não mudar a educação perpetuaremos o preconceito. Outras organizações surgiram ao longo dos anos 1980, a saber: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) e o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão.

Essa mudança engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e pode provocar objetivamente uma reavaliação sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que propõe deslocar propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a tradicional imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. (PEREIRA, 2012:113)

O regime começou a se liberalizar no final da Década de 1970. Greves sindicais, povo nas ruas querendo participar das eleições “Diretas já”. A entrada da Teologia da Prosperidade² nos anos 1980/90 afastou grande parte da igreja evangélica do papel de promotora da justiça

² Interpretação teológica dos evangélicos neopentecostais que valorizam demasiadamente o aspecto material como símbolo da bênção de Deus na vida de um cristão. Há um esquecimento do conceito de graça (favor imerecido para a salvação) e o que prevalece é a barganha com o Eterno. O uso de apelos emocionais para garantir os recursos necessários à manutenção das igrejas e da liderança associado a exorcismos e curas fazem parte desta crença. Ex: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, etc. Veja os livros de Kenneth Hagin.

social. No entanto, a Teologia da Missão Integral³ foi à resposta aberração eclesiástica da valorização exacerbada da riqueza material. Estabeleceu uma práxis social descolonizada no ensino da fé e no serviço à comunidade, a partir das demandas da periferia das e nas grandes cidades. A transição para a democracia foi lenta, gradual e segura para os militares. Nesse sentido, o país se enquadrou na Terceira Onda de Democratização (1974 -). A experiência da luta comum contra e a favor ao Regime Militar aproximaram as igrejas cristãs católicas e evangélicas. O diálogo foi aberto, mas as identidades e as confissões de fé procuraram manter suas características principais nesse mundo globalizado apesar dos intercâmbios teológicos, via livros e seminários. Vejamos como os evangélicos na Nova Democracia (1985-2016) lidaram com a questão da raça e da educação, em especial com o ensino de História.

1.3 Nova Democracia (1985-2016), política de ações afirmativas e Movimento negro evangélico:

“Será que já raiou a liberdade/Ou se foi tudo ilusão/Será, oh, será/Que a lei áurea tão sonhada/Há tanto tempo assinada/Não foi o fim da escravidão”. O questionamento do samba-enredo da G.R.E. S Primeira Estação da Mangueira (1988) era representava demandas dessa grande parcela da população brasileira explorada pelas péssimas condições de vida e trabalho. Diante da herança de exclusão sócio espacial e econômica, a população negra e indígena pressionou o governo Sarney e os constituintes a colocarem a reparação três séculos de trabalho forçado na agenda de políticas públicas nacionais. O debate também atingiu o ambiente eclesiástico, principalmente nas Igrejas Históricas – procurava as omissões dos missionários quanto a escravidão. De maneira geral, havia uma necessidade em pensar o papel negro dentro das instituições evangélicas. O centenário da Abolição foi tema abordado no Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI) em 1988.

³ É um movimento latino-americano que resgatou a responsabilidade social das Igrejas cristãs e da evangelização após o surgimento da Teologia da Libertação. Teve influência de uma reunião de igrejas na década de 1970 em Lausanne, Suíça no qual inspiraram seus princípios. É visto como uma reação às opressões e se opõem a Teologia da Prosperidade. Segundo René Padilha, “na verdade, uma aproximação à fé cristã que tenta relacionar a revelação do Deus trino com a totalidade da criação e com todo aspecto da vida humana, e tem como propósito a obediência da fé para a glória de Deus”. Para maiores informações: Disponível em: <https://www.ultimo.com.br/conteudo/10-perguntas-fundamentais-sobre-missao-integral>. Acesso em: 20/11/2018.

No centenário da Abolição da Escravatura, lebramo-nos dos nossos irmãos negros, da humilhação sofrida e do sangue derramado. Protestamos não somente pelo passado, mas pelo presente que para esses irmãos ainda continua amargo, com o preconceito e a discriminação, ainda bem vivos. Além da questão racial uma outra nos leva a refletir: a questão do trabalho. Se a Abolição pretendeu dar liberdade àqueles que eram explorados com a escravidão, protestamos hoje, não somente por esse passado injusto, mas também pelo presente que continua, sob o poder do "capitalismo selvagem", explorando aqueles que vendem sua força de trabalho e até escravizando, como revelam as denúncias de janeiro passado. Fica então transparente que a Abolição da Escravatura permanece um desafio, para que uma nova Páscoa/passagem aconteça e traga liberdade para os negros e os trabalhadores, e o Reino de Deus venha logo. (CLAI, 1988:6)

Neste processo, igrejas progressistas com discursos ecumênicos vinculadas a CLAI criaram pastorais de negritude e/ou de combate ao racismo e promoção da igualdade racial nas convenções denominacionais. Por exemplo, a Igreja Metodista possui uma pastoral para combater o racismo. A igreja episcopal anglicana do Brasil tem a Comissão de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo. A ausência da população negra evangélica em posições de liderança e de tomada de decisão nas diversas denominações era evidente. Era e em alguns casos continuam sendo um assunto silenciado entre os "crentes", pois pode parecer rebeldia perante o pastor-presidente. Será que o Eterno escolheu somente brancos e pardos para orientar o "rebanho"? Claro que não. O questionamento das estruturas eclesiásticas feitas pelos membros que se auto identificavam como negros se intensificaram. Eram as demandas da sociedade em movimento. A instituição que não responde as perguntas dela tende ao declínio com o tempo.

Os trabalhos de serviço exercido pelos diáconos, atividades musicais (louvor) e outras funções eram ocupados por pessoas negras principalmente em igrejas históricas e pentecostais. No caso da última, é muito comum encontrarmos pastores negros e pardos. Houve uma mudança de postura em alguns casos e uma valorização da cultura afro-brasileira e principalmente afro-americana se fortaleceu nas liturgias. Representatividade e afetividade são essenciais para as crianças. Essa herança de fé fortalece a identidade do indivíduo juntamente com sua posição econômica. A célula do Movimento negro evangélico começou a surgir no final da década de 1980, mesmo que de forma desorganizada. Somente na primeira década do século XXI foi possível ver o surgimento institucionalizado, como veremos a seguir.

A transição lenta e gradual para a democracia nos anos 1980 foi marcada pelo retorno da disciplina para o currículo, proposta curricular da Secretaria Municipal de São Paulo que trabalhava com a abordagem temática e depois pela aprovação da Constituição de 1988 o ensino se transformou. A primeira vitória foi a inclusão dos artigos 215 e 216 que versam a defesa e a valorização dos bens culturais indígenas e afro-brasileiros. O governante deve criar políticas públicas a fim de cumprir a demanda de reparação a exploração de outrora para que não se repita, além de destacar a diversidade étnica e regional que compõem a identidade nacional. O artigo 3º do referido documento apresenta uma obrigação legal da República Federativa do Brasil: “reduzir as desigualdades sociais e regionais; além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior:

A história está nos currículos escolares não mais para ensinar o amor à pátria e a seus heróis, embora o compromisso de cidadania com seu país deva ser um tema a ser tratado, não mais para formar quadros para a revolução, embora uma das tarefas mais importantes do professor de história, ainda mais nesses tempos em que vivemos, é o de preparar o aluno para conviver com o diferente, com o distante, com o estranho, com a alteridade, com a descontinuidade, com a mudança. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016:25)

O Movimento Negro ao longo da década de 1990 se mobilizou para a inclusão de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas a fim de orientar o indivíduo no exercício político da cidadania. A “Marcha nacional Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida⁴” no ano de 1995 em Brasília reuniu mais de 30 mil manifestantes durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Eles lutavam pela inclusão social mediante políticas públicas de ações afirmativas e mudanças curriculares, principalmente nos livros didáticos construtores de memória para os estudantes do Ensino básico. A criação da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) em 1996 serviu de referência para modificação do currículo de História e inserção temática das práticas culturais afro-indígenas brasileiras. O país estava passando por uma violenta crise econômica e constantes desvalorizações do real atingiram a camada mais pobre da população - essencialmente negra e parda.

⁴ Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>. Acesso em 20/11/2018.

A raça volta a ser tema prioritário de politização e coloca o Movimento negro como ator que rompe visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história e cultura consoante ao pensamento de Nilma Lino Gomes. Em resposta ao ato do povo nas ruas Fernando Henrique criou o “programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”. Posteriormente o país participou da III Conferência de combate ao racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância promovida pela ONU em Durban – África do Sul. Neste evento, oficialmente o governo brasileiro reconhece os males da escravidão e do preconceito de cor e de religião presentes na sociedade. Apesar do reconhecimento histórico, resistências dos herdeiros da casa grande e pobres brancos se opuseram a emergência incipiente da negritude no poder.

A eleição do popular Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 consolidou uma nova fase da aproximação do Estado com os movimentos negros e com os países africanos. Líder proeminente do sul global⁵, Lula foi o chefe do Poder Executivo que mais viajou à África – 12 vezes - a fim de estabelecer ações de cooperação internacional para o desenvolvimento. Como disse o ex-Chanceler Celso Amorim na palestra para turma 2010-12 do Instituto Rio Branco e para os bolsistas do Programa de Ação Afirmativa da referida instituição (16/11/2010): “A África tem sede de Brasil”. As empresas nacionais, as igrejas e a mídia divulgam a cultura brasileira do outro lado do Atlântico e naquela ocasião, o Estado brasileiro se reconciliava com o seu passado-presente. Entretanto, existia oposição à política de Estado que visava promover a igualdade racial. Por ocasião da instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003), o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse:

Se a gente não começar na pré-escola a contar a história do Brasil diferente para nossas crianças, elas crescerão achando que os negros sempre foram escravos, que são uma raça inferior. Se não mudarmos, meu amigo Cristovam [Buarque], na cartilha em que a criança aprende o beabá, nunca mudaremos isso. Vamos continuar achando que a mulher negra e o homem negro são bons para dançar, jogar futebol ou disputar as Olimpíadas, mas para outras atividades, como gerente de banco, advogado, dentista, médico ou chefe de repartição pública, tem de ser o branco. (LULA, 2003:5)

⁵ Termo usado nas Relações Internacionais para indicar os países que estão buscando o desenvolvimento econômico e os que são emergentes dentro da periferia do sistema capitalista. Não é um ponto cardeal usado na Geografia, mas uma condição financeira, tecnológica, política e social alijada pelos europeus que historicamente dominam e exploram os outros povos.

Os professores de História têm sede de África para reconhecer e reparar as desigualdades sociais advindas da escravidão. Além de procurar estratégias para aproximar os alunos evangélicos, em especial os neopentecostais com a herança cultural originada do outro lado do Atlântico e ressignificadas aqui. A criação da política de cotas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) inspirou o Governo Federal a adotar posteriormente a referida prática em concursos públicos e no acesso à educação superior. Concomitantemente verbas foram disponibilizadas para melhorar a qualidade do ensino básico via Fundo de Manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB). Todavia, os desvios financeiros praticados por algumas prefeituras e governadores enfraquecem a formação dos alunos das redes municipal e estadual e os desqualificam para o mercado de trabalho. Além de amputar a consciência dos seus direitos como cidadão brasileiro.

Os alunos do Ensino básico na contemporaneidade precisam dialogar com outras áreas de conhecimento, desenvolver o respeito às diferentes identidades e compreender a constante mudança no tempo presente ante a globalização. Em tempos de intolerância religiosa, política e de gênero, os saberes históricos ajudam os discentes a ampliarem a consciência dos indivíduos e seu papel na sociedade. A aprovação da lei 10.639/03 contribuiu com o aumento da produção historiográfica sobre a África, a escravidão e o pós-abolição no Brasil. Entretanto, há resistências de professores que não buscaram informação sobre o assunto e de certos grupos de alunos, em especial os evangélicos neopentecostais. Entender que há uma herança ancestral africana constituinte da identidade nacional e desenvolver práticas e saberes descolonizados a fim de melhorar a convivência e a diversidade étnica-religiosa tem sido a missão dos profissionais da educação comprometidos na execução da referida legislação. É fundamental recuperar os conhecimentos ancestrais dos indígenas e dos africanos para solucionar os problemas sociais do país. Importar modelos educacionais e valores estranhos à realidade popular não proporcionará avanço no combate aos preconceitos citados anteriormente.

A ideia de Movimento negro evangélico mostra a necessidade de se pensar os desafios raciais para cristãos que sofrem discriminações por causa da cor de sua pele. A epistemologia bíblica acaba sendo interpretada de acordo com a cultura e estética artística europeia e sufoca a alteridade classificando equivocadamente os outros elementos culturais como profanos. As vicissitudes da população negra evangélica mexem com as dores da alma e do corpo físico, pois o capital não tem nada de humano e a eterna esperança de uma vida melhor aqui e principalmente na eternidade guiam este grupo social. Parte dos dízimos e ofertas auxiliam na

manutenção da estrutura eclesiástica – templo e serviços à comunidade local. O espírito de ajuda recíproca é pregado e é vivida dentro das limitações das denominações. Ele mantém a sobrevivência dos membros e congregados dependentes economicamente. O convertido recebe o alimento para a sua alma e principalmente para o seu corpo. Soma-se a isso, a valorização do trabalho, pois um procura ajudar o outro a atenuar o seu sofrimento material. No entanto, as igrejas que adotaram a teologia da prosperidade não se incluem totalmente neste perfil, pois defendem princípios do (neo) liberalismo econômico como a ideia da livre-iniciativa, hoje conhecido como empreendedorismo.

O Reino de Deus não é nem a tese do empreendimento individual nem a antítese do empreendimento coletivo, mas uma síntese que concilia as duas verdades, disse o pastor negro Martin Luther King (2014:37). Ele soube interpretar a Bíblia de acordo com a realidade. Ele afirmou ter lido Marx e viu que a verdade não estava nem no Marxismo tampouco no Capitalismo. Se o primeiro critica ação individual o outro nega a relevância do empreendimento coletivo. Apreendeu que a irmã gêmea inseparável da injustiça social era a injustiça econômica. (KING, 2014:24). A segregação racial produziu uma desqualificação ontológica da população negra motivada por acumulação de capital e o sentimento de inexistência do outro. A realidade americana se assemelhava ao do Brasil no que tange a exclusão econômica. O Movimento Negro Evangélico vai surgir nos EUA na década 1950 e se consagrou na figura de King e outros expoentes negros – Rosa Parks. A leitura da Bíblia por um viés racial foi essencial para o combate ao racismo. Um Jesus com aparência negra se encaixava na descrição de Isaías 53. Um Deus que sofreu, mas proclamou a liberdade.

A luta pacífica do Pastor King serve de bandeira para a luta antirracista cristã no Brasil. Ele entendia o pacifismo era uma resistência não violenta ao mal pelo poder do amor. Isso produziria uma desobediência civil que impactaria na tomada de decisão política dos governantes. Assim como Jesus que foi preso pelo Estado romano e torturado por causa de sua mensagem de paz, de amor e de justiça. A culpa de violação dos direitos humanos recaiu sobre o agressor. É melhor ser objeto do que sujeito da violência, já que este só multiplica a existência da violência e do amargor, enquanto aquele pode desenvolver no oponente um sentimento de vergonha, e assim produzir uma transformação e uma mudança de disposição. (KING, 2014:42)

O Movimento negro evangélico brasileiro tem como expoente o pastor batista e negro do Rio de Janeiro Marco Davi de Oliveira. Outrora ele estudou no Seminário Batista do Sul do Brasil e observou a branquitude local e as práticas teológicas. Ao final do curso escreveu uma obra de referência histórica entre raça e igreja evangélica no país chamado “A religião mais

negra do Brasil – Por que os negros fazem opção pelo Neopentecostalismo?”¹⁷ Ele trouxe dados sociológicos para explicar a adesão a essa religiosidade na qual havia uma ligação intrínseca com o batuque, a dança, os ritmos e a linguagem simples que tornam a liturgia mais leve. No que tange a música, há letras que tratam da dor e dos problemas cotidianos associados com uma mensagem bíblica. Para mim, há uma forte herança e referência dos spirituals songs dos escravos estadunidenses. Essas características eram rejeitadas até recentemente por igrejas históricas. A influência da música gospel norte-americana a partir dos anos 1990, inspirou na modernização das liturgias nas denominações brasileiras. Os expoentes negros deste estilo de canção estadunidense são: Ron Kenoly, Kirk Franklin, Yolanda Adams, etc. Neste período, cantores que se autodeclaravam pretos com ligação evangélica apareceu, por exemplo: Kleber Lucas e Marquinhos Gomes. O resgate do samba, do sertanejo, do funk entre outros tipos influenciavam os louvores que tratavam do Eterno, mas também da dor dos indivíduos.

Oliveira apontou algumas contribuições das igrejas evangélicas para a população negra brasileira a serem aplicadas: primeiro, uma educação religiosa que não enfatize que o negro é inferior ou tem a cor do pecado, mas que são protagonistas de histórias bíblicas. Que traga a consciência dos membros das igrejas sobre a vida de um Jesus que mais se parecia fisicamente com eles (os negros) do que com a figura produzida na mente de racistas, com olhos azuis, traços europeus e trajando vestes brancas. (OLIVEIRA, 2015:107). É importante apresentar elementos históricos e científicos para falar acerca da população do Oriente Médio que possuíam outras características fenotípicas. Na minha visão é essencial desconstruir estereótipos que reforçados por novelas religiosas que tornam invisíveis ou quase inexistentes pessoas negras naquela região. A Bíblia cita as trocas entre os israelitas e os povos africanos do Egito, de Cuxe, da Etiópia e da Núbia.

Segundo, resgatar a história dos negros a fim de se autoconhecerem, pois há muitos perdidos em sua própria identidade. (OLIVEIRA, 2015:107) Há uma dúvida sobre o que e como se comportar com a pluralidade de identidades de um indivíduo: negra, cristã evangélica e brasileira na contemporaneidade? É possível valorizar a origem africana, suas práticas e epistemologias que podem coadunar a fé cristã. Os três elementos identitários citados anteriormente para mim estão intrinsecamente ligados à narrativa do sofrimento e a busca por uma esperança de modificar a realidade decadente no qual se insere uma massa de excluídos do sistema capitalista que afeta diretamente a elaboração corporal e comportamental da população negra. O Cristianismo dialoga com a cultura e pode absorver as influências que não são danosas as principais doutrinas – salvação pela fé, autoridade das escrituras, Trindade,

divindade e humanidade de Jesus Cristo, etc. No caso, a mensagem de Cristo Jesus por meio dos evangelhos recupera a identidade daqueles que viviam e vivem a margem do poder político e religioso. A palavra bíblica inspira os convertidos a combaterem as opressões do mundo real e do mundo sensível – resgatando Platão. O pensamento colonizado pelas “maldades do pecado” segregam indivíduos. Porém, a proposta de mudança da mente habilitam a autoimagem e a autoestima dos seguidores dessa crença. Todos os seres humanos são criaturas de Deus e o mesmo não estabeleceu um padrão de beleza física a ser seguido.

Terceiro, instruir brancos e negros sobre as injustiças sofridas nos tempos da escravidão e depois dela. (OLIVEIRA, 2015:108). O conhecimento sobre a luta pela libertação racial com a participação de evangélicos pela justiça social no passado e no presente se encaixa com a mensagem do Evangelho. Isto facilita o rompimento das resistências contra as políticas de ações afirmativas. Infelizmente há um discurso leviano no qual acham erroneamente que essas medidas são privilégios e não reparação por anos de exploração e desigualdade. Quarto, inclusão social dos negros que dela participam quando valoriza os ritmos de origem africana. (OLIVEIRA, 2015:108). A estética musical eurocêntrica ou norte-americana e australiana são valorizados em detimentos da musicalidade nacional em alguns casos consideradas profanas – samba, funk, etc. As medidas citadas por ele se forem adotadas poderá modificar comportamentos destrutivos que atinge parte do público evangélico nacional.

Se a igreja evangélica brasileira se abrir para ser instituição transformadora, deve olhar para a população negra como objetivo a ser alcançado, como manifestação da restauração social. Pois, por causa destes pensamentos racistas que foram postulados durante anos no Brasil, a igreja evangélica brasileira precisa agir em direção a uma reparação histórica. (OLIVEIRA, 2016:96)

Diante deste fato, Marco Davi fundou no ano 2018 uma organização eclesiástica chamada “Nossa Igreja Brasileira” na região da Pequena África, hoje Cais do Porto, no centro do Rio de Janeiro comprometido bíblicamente com as origens afrodescendentes. A liturgia é bastante livre e valoriza os ritmos brasileiros como o samba para exaltar a Deus. Ele juntamente com a sua esposa e jornalista negra da Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito Nilza Valéria dão cursos para ampliar o conhecimento sobre os desafios da negritude na contemporaneidade relacionando diversos campos do conhecimento acadêmico – Teologia,

História, Comunicação, etc. Há uma diversidade de indivíduos negros que tem organizado grupos paraeclesiásticos⁶ que tratam da questão racial.

Na Baixada Fluminense, a jovem negra, produtora cultural e cristã batista Fabiola Oliveira lidera um grupo chamada Odarah Cultura & missão. Um projeto que trata da moda, educação e gastronomia para afro empreendedor. As oficinas e palestras com convidados tem sido um referencial para a juventude periférica e evangélica. Embora a ênfase do trabalho realizado não fica restrito aos convertidos, mas é para todos querem descolonizar a mente. Ou seja, há uma preocupação eminentemente com a realidade da população excluída do processo de tomada de decisão política e suas consequências no campo racial e de gênero. Nobilita a importância da herança africana, seja na estética, no pensamento, na apresentação de atores sociais do passado e do presente que comungam com a referida origem. São vertentes no Rio de Janeiro do Movimento negro evangélico. É possível que haja outros grupos, porém essas são as principais referências relevantes para auxiliar profissionais da educação no combate ao racismo e a intolerância religiosa.

O docente de História tem o dever de combater preconceitos diversos e promover a valorização da diferença e da alteridade. Todavia, existe outro problema que diz respeito à qualificação e formação de professores de escolas bíblicas dominicais, quando existe esse espaço institucional e, no caso, das lideranças neopentecostais. Geralmente nessas Igrejas não possuem uma formação teológica adequada, pois a ordenação ao pastorado depende do reconhecimento da liderança e dos membros. Alguns cursos teológicos são avaliados pelo Ministério da Educação aperfeiçoando os profissionais da Teologia e das Ciências da Religião. Segundo os dados de 2010 da IBGE, a população negra que possui religião, geralmente seguem o Pentecostalismo ou Neopentecostalismo. Entretanto, os seguidores adotam uma epistemologia europeia para interpretar a realidade nacional ao invés de uma “teologia negra” que concebe a ligação metafísica do indivíduo com o Eterno em suas diversas dimensões – materiais, físicas e espirituais – para superar a pobreza e a dor.

É uma teologia visceral, baseada nas preocupações reais, nos assuntos vitais para o negro. (...) Quando praticamos a teologia negra,

⁶ São grupos cristãos que não tem necessariamente uma vinculação com denominações, embora os seus membros possam fazer parte de alguma igreja como membro via batismo ou congregado (que não participa efetivamente das atividades ou não é batizado, mas frequenta o local). Raça, justiça social, gênero e evangelismo não-denominacional estão entre os principais temas abordados por eles e os mesmos agem com independência institucional.

deixamos de usar o termo 'negro' com mero epíteto étnico. Ele se refere a todos os que são oprimidos de alguma maneira e que estão dispostos a se apropriar à medida que ela se faz relevante em uma situação de vida particular.

(TUTU, 2011:134-35)

Os traumas da escravidão e da exclusão social no pós-abolição são silêncios latentes. Enquanto, líderes religiosos neopentecostais não fizerem uma leitura correta da realidade brasileira com relação ao racismo e a intolerância religiosa e política na contemporaneidade prevalecerá os fundamentalismos de todas as cores ideológicas dentro das igrejas e das famílias. Por outro lado, a escola precisa estar aberta para conversar sobre fé e ciência respeitando o princípio da laicidade, arcabouço da República Federativa do Brasil, pois ambos fazem parte da cultura dos estudantes. Caso contrário, movimentos autoritários como Escola sem Partido silenciarão os educadores encerrando quaisquer perspectivas de transformação comportamental da sociedade em relação à luta pela representatividade afro-brasileira nos serviços públicos, na mídia e na política.

Se é verdade que a religião está na escola, independente do ensino religioso, é também verdade que ela tem sido motivo de perseguições e humilhações para muitas crianças, adolescentes e jovens que professam uma fé diferente da maioria ou que não professam uma fé religiosa. (ANDRADE, 2016: 406)

O presentismo da invisibilidade do negro na mídia, nos altos cargos públicos e na liderança de grandes empresas é uma realidade nacional que lentamente vem sendo desconstruída no início do Século XXI durante os Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff através de políticas públicas de ações afirmativas e cotas nas Universidades Federais. A Lei 10.639/03 que instituiu o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira foi aperfeiçoada pela Lei 11.645/08 que incluiu o estudo da história indígena. A partir dessas ações normativas, vários livros sobre o assunto vem sendo elaborados e podem auxiliar na ampliação da consciência. No que tange a Teologia Negra, “Deus liberta o seu povo e o convida para entrar na Terra Prometida nesta vida, não apenas em algum futuro vago e celestial. Ela clama que Deus está sempre trabalhando para perturbar o atual estado das coisas”. (TUTU, 2011:135). O eterno conhece o sofrimento por entregar seu filho único na Cruz a fim de perdoar pecados.

Aproveito para resgatar a ideia de UBUNTU nas tradições africanas. Minha humanidade só é completa quando me relaciono com o outro. Eu existo porque pertenço ao grupo dos humanos. Conhecer a narrativa dos e sobre os negros e índios no Brasil é essencial para combater o racismo no país.

A Lei Federal n 12.519, de 10 de Novembro de 2011 instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra durante o Primeiro Governo de Dilma Rousseff. Mas nunca entrou no calendário oficial do Ministério do Planejamento. Já no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 296/2015 (autoria Valmir Assunção/PT-BA) que versa sobre o assunto foi aprovado na comissão de cultura da Câmara dos Deputados. Aguarda apreciação conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Ainda temos uma longa jornada para ampliação da cidadania desta importante parcela da população. Valorizar o dia da Consciência Negra é um ato de afirmação da relevância histórica, econômica e política dos afrodescendentes e dos indígenas que lutam por mais democracia. A injustiça racial de outrora associado à negação do conhecimento ancestral dos africanos por décadas e seus descendentes têm consequências diretas na reprodução da pobreza desta parcela da população. Só conseguiremos nos emanciparmos das intolerâncias religiosas e raciais se recuperarmos os saberes que nos conduza a relevância do indivíduo negro dentro da sociedade. Isto se faz por meio da lei e por meio da educação, pois uma legitima a outra.

Não se limita a um grupo étnico, mas reflete a necessidade de ajudar aqueles que estão desprovidos do alcance da justiça; é lembrar dos atos desumanizadores da escravidão para que nunca mais se repitam; é valorizar diferentes perspectivas e heranças históricas; desmistificar qualquer concepção que afirme que o mal e o Diabo estão no Continente africano ou na pele negra; é lembrar do casal negro que lideravam o Quilombo de Palmares que foram assassinados; é apoiar as políticas afirmativas de reparação histórica, como por exemplo, as cotas. Resgatando a ideia de Achille Mbembe hoje a “necropolítica” ou a política de morte da população negra tem sido a marca nas periferias do Capitalismo. O Estado associado ao capital privado criou um sistema de identificação, vigilância e repressão neste mundo “tecnotrópico”. As ações policiais nas favelas causam grande letalidade e atingem diretamente os pobres que racialmente são pretos e pardos em sua grande maioria. O Brasil se inclui nesta realidade de exclusão econômica e política aprofundada pelas deficiências de acesso e formação educacional existentes no país. O perfil racial nas cadeias confirma o referido pensamento.

Conhecer para ampliar o respeito sobre quem pensa diferente. As aulas de História são espaços nos quais o indivíduo poderá ter uma cosmovisão da realidade. Poderá desenvolver a

consciência crítica das suas convicções religiosas, políticas e econômicas. As perguntas podem mover as pessoas fazendo com que elas repensem seus paradigmas e seus atos, pois crer é pensar. O professor precisa promover a ética e ter comportamento correspondente, principalmente nesses temas sensíveis da religião, do legado da escravidão e da África no Brasil. Não é aceitável depreciações da opinião alheia, pois isso traz sérias consequências para os alunos, vide a prática do bullying. Procurei brevemente mostrar uma trajetória do ensino de História da África e sua relação com os evangélicos na República. Não quero esgotar as possibilidades didáticas de abordagem do tema, mas as reflexões são resultados dos questionamentos recebidos em sala no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Pré-Vestibular ao longo dos poucos anos de magistério que tenho. No próximo capítulo, conheceremos o debate sobre Raça, Neopentecostalismo e laicidade na sala de aula a partir de uma leitura decolonial.

2. RAÇA, NEOPENTECOSTALISMO E LAICIDADE NA SALA DE AULA.

Raça, educação e religião são elementos que fazem parte do arcabouço intelectual brasileiro no século XX. Estes temas estão presentes direta e indiretamente nas salas de aula do Ensino básico e as mesmas podem orientar o comportamento do indivíduo em formação. A escola é o espaço no qual o Estado difunde seus valores para preparar novos cidadãos. Essa é a lógica institucional que deve orientar os profissionais da educação. Entretanto é preciso pensar na cultura familiar no qual o aluno está inserido? Quais princípios eles trazem de casa e como isso impacta a dinâmica institucional? Desde a aprovação da Lei 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade no currículo o Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira, novos desafios têm surgido com a ascensão do Cristianismo Evangélico, em especial Neopentecostal, nas escolas públicas. Pensar sobre os paradigmas que orientam esses estudantes e nas estratégias pedagógicas do ponto de vista teórico constitui um objetivo fundamental deste capítulo. Boaventura de Sousa Santos afirmou que:

Epistemologia é toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. (SANTOS,2009:9)

Torna-se fundamental descolonizar a mente dos alunos a partir de novos conhecimentos. É preciso pensar a questão racial e religiosa no Brasil numa perspectiva decolonial. Há várias formas de ser negro e de exercer a espiritualidade. Todavia essas apreensões da realidade foram estigmatizadas e em alguns casos reprimidas pela Polícia, vide o Candomblé no início do século XX. Diante do aumento crescente de radicalismos ideológicos e da manutenção de preconceitos com o outro, a História tem o papel fundamental de promover abalos sísmicos no pensamento coletivo. Nesse sentido, Stuart Hall crê na fragmentação do indivíduo moderno, pois gera múltiplas identidades. Por exemplo, um indivíduo pode se autodeclarar negro, pode ser cristão evangélico, além de afinidade política de esquerda. Há uma unidade na diversidade de características que não se excluem necessariamente. Todavia, a identidade se manifesta de acordo com o contexto político.

Hall destacou três tipos de identidades que podem ajudar na compreensão do comportamento dos alunos neopentecostais. Primeiro, sujeito do Iluminismo. A filosofia do

Século XVIII de forma geral apresentava a razão como a qualidade essencial da humanidade. O homem possuía uma essência única, individual e o seu comportamento deveria se incluir numa história universal. Segundo, sujeito sociológico. Mostra a interação entre o “eu” e a sociedade criando assim uma identidade. “O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 1998:11-12).

O caso dos alunos que seguem essa corrente cristã evangélica constrói sua identidade a partir da oposição a outras religiões, em especial o Catolicismo, o Espiritismo, o Candomblé e a Umbanda. O terceiro é o sujeito pós-moderno. “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 1998:12). Ou seja, é a persona em crise que vai ressignificando a sua identidade.

É importante refletir como se comportam os alunos neopentecostais; quem são e suas demandas dentro do Ensino de História, em especial, quando os docentes abordam a África, cultura afro-brasileira e educação racial. Identificar os motivos pelos quais alunos neopentecostais tendem a manutenção de estereótipos no que diz respeito ao currículo de História da África e seus descendentes no Brasil; Equipar professores com estratégias pedagógicas para transformar o pensamento social escolar acerca de raça, de religião e cultura afro-brasileira na sala de aula. Para isso, Mancur Olson nos ajuda com a sua teoria da ação coletiva. Os indivíduos são movidos por interesses, principalmente econômicos. A dificuldade dos alunos de se reconhecerem como negros perpassa a questão financeira. Historicamente a população de baixa renda é fundamentalmente negra e por isso, muitos usam variações linguísticas para falar de sua etnia. Por exemplo: morena e mulata.

A ideia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual. Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicasse a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses e em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas. (OLSON, 1999:13-14)

Os atores que participam do espaço escola precisam encontrar caminhos para estabelecer o respeito racial e religioso. Que elementos da crença cristã evangélica auxilia no combate a intolerância étnico-religiosa? Quais são os interesses econômicos e sociais desse grupo discente? Para isso, O Estado deve promover o conhecimento por meio dos professores e de materiais que os alcancem, pois memória, história e religião estão conectadas. Definir os sentidos dos conceitos e estimular a visão crítica dos alunos sobre o mundo que disputam discursos, estes são elementos norteadores do ensino de História atual. O professor ao fazer sua transposição didática é o narrador que recria a história por meio da linguagem. No atual regime de historicidade presentista, Henry Rousso fez uma observação interessante: “O passado tornou-se assim uma matéria sobre a qual se pode, ou mesmo se deve, constantemente agir para adaptá-lo às necessidades do presente. Ele é doravante um campo da ação pública”. (ROUSSO, 2016: 30). Hoje temos a figura da testemunha que debate o historiador pela legitimidade da narrativa sobre fatos do passado recente. Esse antagonismo pode se manifestar dentro do indivíduo que segue a crença cristã evangélica e o passado-presente das identidades africanas no Brasil.

O assunto da África e as heranças da diáspora na América do Sul durante grande parte do Século XX ficou restrito à escravidão e a raça na produção das Ciências Sociais e da História. A religião está presente no cotidiano da maioria das pessoas e o docente pode abordar a questão sobre as ações e as omissões das instituições sagradas no processo de tomada de decisão política em diferentes temporalidades. Aspectos doutrinários ficam restritos a disciplina facultativa de educação religiosa. Quando tratamos dentro de sala de aula com alunos da educação básica sobre temas relacionados às religiosidades de matrizes africanas diferentes experiências pessoais podem emergir nas intervenções que os mesmos realizam – seja de reconhecimento ou de negação das consequências dos processos históricos no cotidiano. Somente um tipo de memória tende a ser valorizado pelos alunos devido aos conceitos da cultura familiar vigente principalmente no campo da religião cristã neopentecostal.

(...) Toda construção de interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (de linguagem, conceituais, materiais etc.) de que dispõem os que a produzem. Essa construção discursiva remete, portanto necessariamente às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os

diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social.
(CHARTIER, 1994:102)

Os evangélicos são cristãos que têm liturgias e costumes plurais. Apesar de sua diversidade estão unidos por causa da mensagem de Jesus Cristo presente na Bíblia. Generalizações nos levam a erros de análise e a estereótipos negativos, pois a memória construída sobre este grupo está baseada pela presença midiática na Televisão. Do ponto de vista da organização e condução do culto, a presença do ethos afro-brasileiro se revela nos cultos neopentecostais do que nas Igrejas Evangélicas Históricas, como Batista e Presbiteriana. Embora haja unidade na fé em meio à diversidade de igrejas, existe um silenciamento sobre a questão racial na hierarquia eclesiástica, pois são vistas como assuntos mundanos. A separação entre o que é secular e o sagrado faz parte da interpretação moderna que muitos cristãos evangélicos brasileiros possuem atualmente. Esta característica era inexistente por ocasião do advento e expansão do Cristianismo a partir do século I d. C. Os assuntos sociais faziam parte da agenda religiosa, pois essa fé interage com a cultura a fim de transformá-la. Não havia preocupação racial na formação desta religião monoteísta na antiguidade, mas hoje é um tema importante. John Burdick afirmou que:

O discurso étnico também está em conflito com a perspectiva do pentecostalismo fortemente voltada para o outro mundo. Falar de identidade étnica significa falar de uma preocupação com este mundo como se ele fosse realmente importante. Mas, se a única coisa realmente importante no universo é a salvação, falar de etnicidade é uma expressão de imaturidade espiritual. (BURDICK, 2002: 192)

A questão étnica é percebida pelos alunos adeptos desse seguimento do Cristianismo, porém poucos refletiram sobre suas realidades dentro do contexto religioso. As produções nas áreas de História e de Ciências Sociais versam sobre religiões de matrizes africanas em sala de aula e as suas tensões e; abordam o aspecto da participação política dos neopentecostais no país analisando o comportamento de igrejas específicas – Igreja Universal do Reino de Deus, Nova Vida e Internacional da Graça de Deus. No entanto, não há reflexão sobre neopentecostais e ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. O historiador e teólogo batista Marco Davi de Oliveira escreveu a primeira edição em 2004 e reeditou em 2015 o livro “A religião

mais negra do Brasil – Por que os negros fazem opção pelo Neopentecostalismo”? Constitui um importante marco para refletir sobre o tema.

A posteriori, Luiz Fernandes de Oliveira publicou em 2012 “Histórias da África e dos africanos na escola”. O autor mostrou o percurso da lei 10.639/03, os desafios políticos, identitários e epistemológicos que envolvem a formação do docente de História. Mostrou a importância da relação História, epistemologia e interculturalidade a fim de construir uma pedagogia decolonial que valorize os desafios e o conhecimento produzido no Sul global. O estudo de caso foi a experiência carioca de docentes que lecionam História da África e a formação intelectual do docente. Ele destacou que existiam tensões teóricas nas práticas de ensino dos professores diante de possíveis conflitos étnico-raciais na escola e na sala de aula. Além da suposta dicotomia entre igualdade e diferença. Nesse contexto, torna-se fundamental a construção de uma educação intercultural crítica que valorize diferentes perspectivas de visão de mundo a fim de promover o conhecimento e o respeito inter-racial e religioso. Ou seja, estabelecer ações pedagógicas que tenham como cerne a equidade em meio à diferença étnica e de credo e a redução dos preconceitos diante de múltiplas trocas culturais.

Dentro do Mestrado Profissional em Ensino de História, dois trabalhos no estado do Rio de Janeiro se destacam no que tange ao dialogo da lei 10.639/03 e os neopentecostais. Nelson Lopes Santiago defendeu a dissertação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob o “Guia crítico para docentes sobre os impasses do preconceito (racial) religioso em ambiente público e laico de ensino escolar: choques entre Neopentecostalismo e a lei 10.639/03 na educação básica do Rio de Janeiro” e a Fernanda Pereira de Moura na Universidade Federal do Rio de Janeiro apresentou o trabalho: “Escola Sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no ensino de História. Ele fez um estudo de caso em uma escola pública de Macaé, onde foi apresentado aos alunos a lenda de Exu. O trabalho de Santiago faz um histórico do Neopentecostalismo brasileiro, aborda a questão da intolerância religiosa e racial além de resgatar os valores da afro religiosidade. O foco está nos desafios das religiões de matrizes africanas na aplicação do currículo de ensino de História da África frente a agenda política desse grupo religioso cristão.

No caso da Fernanda, há uma análise sobre o Movimento Escola Sem Partido criado por Miguel Nagib. Este grupo adotou um discurso conservador que tem amplo apoio de grande parte dos evangélicos, em especial (neo)pentecostais. Ela buscou apresentar um panorama dos programas e projetos de lei Escola Sem Partido e apontou a relação histórica entre religião e educação. Todavia o diferencial do trabalho dela foi a questão da identidade de gênero ante ao

fundamentalismo cristão e os desafios da laicidade do Estado. Relatou a criação e o fortalecimento do ensino religioso como componente curricular da escola estadual no Rio de Janeiro. A ênfase do meu trabalho são os evangélicos (neo)pentecostais, a questão racial e a aplicação da referida lei no currículo escolar da rede pública. Busco apresentar uma visão centrada na religião mais negra do Brasil – cristãos evangélicos neopentecostais – mostro a sua relação com a questão racial e o ensino de História. Outrora, evangélicos eram minorias, porém, hoje crescem em progressões geométricas com cerca de 42,3 milhões de adeptos segundo o censo do IBGE de 2010.

Há um projeto de poder da Frente Parlamentar Evangélica criada em 1986 que tem influência nos processos de tomada de decisão. Desde a redemocratização o referido grupo cresce a cada legislatura no Congresso Nacional, entretanto a ausência de projetos de lei relevantes para combater as desigualdades sociais. Metaforicamente falando não se comportam como “o sal da terra”, tampouco tem atitudes que comunguem com a “luz do mundo”, isto é, com a mensagem cristã. Cada político representa uma denominação eclesiástica ou tem afinidades que o conduzem a promover trocas de favores nem sempre éticos. Dizia Eduardo Cunha (MDB-RJ) em propaganda de rádio e TV que “o povo merecia respeito”. No entanto, ele violava as regras como Presidente da Câmara dos Deputados cassado por causa de atuação em organizações criminosas. O discurso tem como arcabouço a manutenção da “família tradicional”, mas o poder econômico apoiado no discurso (neo)liberal conduzem o grupo. O “perfume de Cristo” em muitos casos, perdeu-se e o “enxofre” prevalece alimentando a corrupção e alianças com a Bancada do Boi e da Bala. Segundo Andrea Dip:

O ano é 2017. Assistimos a uma onda reacionária se erguer no mundo. [...]. No Brasil, essa reação tem características próprias. Uma delas vem da aproximação de uma direita orgulhosa de si e a Igreja evangélica, unidas pelo medo de um inimigo que vem para “destruir a família tradicional”, os “valores cristãos”, o status quo e que, por vezes, sem lastro com a realidade, toma rosto no comunismo, no feminismo, no movimento negro, na comunidade LGBTQ e em qualquer participação social que peça por igualdade de direitos e por uma discussão mais profunda sobre seus papéis na sociedade. (DIP, 2018:18-19)

A pseudodemocracia racial dentro das igrejas e com reflexos na sala de aula não se encaixa na realidade. O escamoteamento do problema não será resolvido com canções, mas

com ações que promovam o dialogo inter-racial e religioso. O trabalho realizado pela Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito que surgiu em 2016 durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff tem feito a diferença na luta por justiça social, diálogo inter-religioso e na luta contra a violação dos Direitos Humanos. A jornalista negra Nilza Valeria Zacharias Nascimento e o pastor pardo Ariovaldo Ramos, expoente da Teologia da Missão Integral e do referido movimento social, juntamente com evangélicos progressistas de diferentes denominações e até desigrejados⁷ fazem oposição à agenda conservadora da “Bancada Evangélica”. “Fé não se impõe por decreto” e “o amor vence o ódio” eram frases de cartazes do grupo nas ruas e nas redes sociais.

O evento acadêmico “O Direito nosso de cada dia: uma conversa sobre evangélicos, justiça e democracia” organizado no salão nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ) no dia 31 de Agosto de 2017, trouxe alguns convidados para debater o tema. O teólogo Ariovaldo Ramos falou sobre os direitos humanos e os evangélicos; a socióloga Regina Novaes apresentou um panorama da relação de interesses entre evangélicos e a política brasileira; e o sociólogo Alexandre Brasil (NUTES-UFRJ) fez um diagnóstico da conjuntura política e o poder de negociação e influência dos evangélicos na política doméstica. Fiz parte da organização deste encontro a fim de mostrar outra visão sobre o assunto e romper com os preconceitos. Pessoas de diferentes religiões prestigiaram o encontro e viram que nem todos coadunam com o pensamento hegemônico representado pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional. Durante as perguntas, o Babalaô negro e doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Ivanir dos Santos fez o convite para participar da Caminhada contra a intolerância religiosa na Praia de Copacabana e o grupo participou.

⁷ Cristãos que se decepcionaram com as igrejas e com os seus membros e hoje não congregam em nenhum lugar. Amam a Deus, mas não querem compromissos com as instituições eclesiásticas formais. Segundo Augustus Nicodemos, os desigrejados defendem os seguintes pontos: primeiro, Cristo não deixou qualquer forma de igreja organizada e institucional. Segundo, [...] Com a influência da filosofia grega na teologia e a oficialização do cristianismo por Constantino, a igreja corrompeu-se completamente. Terceiro, Apesar da Reforma ter se levantado contra esta corrupção, os protestantes e evangélicos acabaram caindo nos mesmíssimos erros, ao criarem denominações organizadas, sistemas interligados de hierarquia e processos de manutenção do sistema, como a disciplina e a exclusão dos dissidentes, e ao elaborarem confissões de fé, catecismos e declarações de fé, que engessaram a mensagem de Jesus e impediram o livre pensamento teológico. Para maiores informações, leia o texto “desigrejados” no site da Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em: <https://www.ipb.org.br/informativo/os-desigrejados-1495>. Acesso em 20/05/2019.

Uma parte das lideranças evangélicas usa o discurso do medo “esquerdista” para não promover a equidade racial. Isto levanta a discussão de qual o papel dos religiosos na política? Em teoria e em consonância com a ética cristã deveriam promover a justiça e a redistribuição de renda inspirados minimamente no modelo bíblico “ano do jubileu” – exemplo de justiça e flexibilização da propriedade privada. Os bens perdidos em dívidas eram restituídos às famílias, as dívidas perdoadas e as necessidades da comunidade saciadas – livro de Deuteronômio, capítulo 15. Isto é uma utopia no mundo capitalista, a vida humana pouco ou nada vale diante do capital. “A carne mais barata do mercado é a negra” parafraseando Elza Soares. No entanto, o “deus dinheiro” (mamon) norteiam a ação dos parlamentares apoiados por pastores. Quem sofre nas periferias das grandes cidades é essencialmente a população negra e parda, em alguns casos seguidoras do clientelismo das igrejas evangélicas associadas a políticos. Em teoria, irmão vota em irmão ou em pessoas cujos os pastores apoiam.

O discurso bíblico de justiça é negligenciado e a prática política dos parlamentares mostram incongruências. A maioria dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é (neo)pentecostal – para fins didáticos coloquei pentecostais e neopentecostais no mesmo grupo. Mais a frente farei a distinção. Dip (2018:43) mostrou quantitativamente usando dados do TSE que em setembro de 2016, trinta políticos eram da Assembleia de Deus, doze da Igreja Universal do Reino de Deus, três da Mundial do Poder de Deus e dois da Sara nossa Terra e da Internacional da Graça de Deus. É importante saber o perfil desses representantes, pois eles receberam votos de um grupo social que tem sido desvalorizado no seu poder de compra e adere momentaneamente ao discurso da Direita. A frustração de grande parte dos evangélicos é decorrente dos desvios de verbas públicas que ampliaram a degradação das condições de vida e de consumo, a aversão ao projeto de lei federal 122 sobre estudos de gênero na escola e a massificação midiática da ausência de ética de parte dos políticos petistas e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

É essencial resgatarmos os homens e as mulheres negras e pardas que contribuíram para a luta antirracista na nação brasileira. Descolonizar as mentes e os discursos por meio da construção de novas epistemologias a partir da experiência da periferia do sistema capitalista proporcionará as futuras gerações uma sociedade que valoriza e respeita a diversidade étnica e religiosa. Lula da Silva foi o Presidente da República Federativa do Brasil que mais visitou o continente africano (doze vezes e vinte três países visitados) e estabeleceu profundas relações econômicas de cooperação para o desenvolvimento. Isto proporcionou maior troca de experiências e a busca de estratégias para a superação do racismo, da pobreza e da fome. Do

ponto de vista da fé, exportamos novelas religiosas da Record e as igrejas neopentecostais ganham adeptos devido à teologia da prosperidade dentro do mercado da pobreza brasileira e dos países africanos. Veja a seguir, quem são os neopentecostais?

2.1 Afinal quem são os neopentecostais?

São grupos religiosos que surgiram no Brasil no início dos anos 1970 como dissidência das igrejas pentecostais de origem estadunidense a saber: Igreja de Nova Vida ligada ao falecido Bispo Robert McAlister, Assembleia de Deus e a Igreja Evangelho Quadrangular fundada por Aimée McPherson. Hoje temos a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Mundial e a Igreja Internacional da Graça como expoentes dessa corrente eclesiástica. Elas enfatizam em suas orações a busca pelo Espírito Santo através de milagres e curas de enfermidades, valorização da glossolalia (“falar em línguas em estranhas” conforme a experiência bíblica do livro de Atos) e a adoção da “teologia da prosperidade” (valorização do aspecto material como símbolo da bênção de Deus). Em suma, abandonaram alguns princípios da Reforma Protestante inaugurada por Martinho Lutero há 500 anos.⁸ Segundo Orivaldo Pimentel Lopes Júnior:

O termo neopentecostal, apesar de consagrado, dá margem a certas confusões. Nem todas as centenas de novas denominações pentecostais que surgem são neopentecostais. O “neo” se refere à forma de ser pentecostal, e não ao tempo em que surgiu a Igreja. Devido ao sucesso, ao profissionalismo de sua aplicação e, especialmente, à crise da modernidade, práticas neopentecostais, como “declaração” de vitória e prosperidade, cânticos triunfalistas, segmentação de “mercado”, especialização litúrgica em torno de determinados temas como casamento, trabalho e doenças, estão presentes em qualquer tipo de igreja evangélica, e até mesmo em algumas católicas. (LOPES JÚNIOR, 2012: 37)

Nas décadas de 1950 e 1970, a “Segunda onda Pentecostal” trouxe novos grupos missionários pentecostais para o país. A Igreja do Evangelho Quadrangular fundada pela pastora americana e branca, Aimée Mcperson, se estabeleceu em São Paulo. Esta organização

⁸ (Só a fé, só a graça, só a escritura! Práticas como oração com copo d’água, fitas e anéis usados em campanhas de oração seriam criticadas por Lutero).

eclesiástica foi pioneira no uso do rádio para anunciar e transmitir os cultos no qual ocorriam curas divinas. Outro destaque importante é a criação da Igreja Cristã de Nova Vida na cidade do Rio de Janeiro criado pelo Bispo canadense e branco, Roberto McAlister. Ele foi considerado “o pai do Neopentecostalismo”, pois na antiga sede da denominação em Botafogo, Edir Macedo, R.R. Soares e Miguel Ângelo observaram o comportamento do Bispo e posteriormente, fundaram suas instituições religiosas. Walter Mcalister, filho do referido bispo, escreveu um livro sobre assunto e procurou preservar a imagem do progenitor dizendo que o pode ter sido o “pai espiritual” de muitos líderes, mas que não permaneceram na denominação ao desenvolverem suas missões. Outros aspectos desse segmento cristão foram apontados ele:

Pregam apenas vitória e prosperidade, seus líderes usam campanhas anti-bíblicas para arrancar dinheiro do povo e comprar aviões particulares, buscam poder político ao tentar eleger parentes cargos legislativos, inserem-se na mídia não para glorificar a Deus com testemunhos, mas sim para vender produtos e defender agendas pessoais, adotam modelos empresariais e abraçam sem pudor a Teologia da Prosperidade, com “unções financeiras” e abominações do gênero. (MCALISTER, 2012: 46)

É fundamental compreender a identidade cristã neopentecostal como aquela que enfatiza a “teologia da prosperidade” difundida a partir da década de 1970 no Brasil. Caracteriza-se pela barganha financeira com o Eterno. O dízimo é um princípio bíblico que foi mantido nos evangelhos. Entretanto, o trio de líderes dão ênfases nos cultos ao dinheiro – “vil metal”, na linguagem bíblica – para receber as bênçãos divinas. É um projeto de poder em curso, cujo alcance agrupa muitas pessoas que “determinam curas” em nome de Jesus e promovem espetáculos midiáticos com entrevistas a demônios a fim de impactar o público. Segundo Boaventura de Souza Santos,

A teologia da prosperidade (“Gospel prosperity”) constitui outra forma de legitimar religiosamente a economia capitalista e as desigualdades sociais daí resultantes. Partindo do pressuposto de que Deus quer que o ser humano seja próspero, considera que este é incapaz de o ser por si próprio, sendo Deus o princípio legitimador da riqueza e do enriquecimento. (SANTOS 2013,68)

Nos cultos ocorrem exorcismos, orações por cura e libertação dos vícios, uso de símbolos populares para a materialização da fé – rosa e óleo ungido, sal grosso, fitas de amuletos, etc. É uma identidade cristã repleta de sincretismos construída na negação de outras religiões, em especial o Catolicismo, a Umbanda e o Candomblé. Ela é exportada para outras nações através de mensagens de televangelistas, como Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, e por instituições religiosas que surgiram a posteriori, que utilizam o mesmo discurso, a saber: Igreja Mundial do Poder de Deus liderada por Valdomiro Santiago e Igreja Plenitude do Trono de Deus ligada ao Apóstolo Agenor Duque. As ofertas e os dízimos financiam a expansão dos ministérios em outros lugares. Ricardo Mariano fez crítica a essa corrente religiosa, classificada como cristã.

A teologia da prosperidade subverte radicalmente o velho ascetismo pentecostal. Promete prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida. Ademais, segundo ela, a pobreza significa falta de fé, algo que desqualifica qualquer postulante à salvação. Seus defensores dizem que Jesus veio ao mundo pregar o Evangelho aos pobres justamente para eles deixarem de ser pobres. (MARIANO, 1999: 159)

Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, a religião mais negra do Brasil é a Cristã Evangélica Neopentecostal (Somatório de Igrejas Pentecostais Clássicas e Neopentecostais). São 14.545.768 pessoas que se autodeclararam negras ou pretas e que seguem esse ramo do protestantismo. O Candomblé e a Umbanda juntos têm 588.797 adeptos ativos e destes 305.728 são pessoas de cor preta. O crescimento dos evangélicos na primeira década do Século XXI na nação tem gerado mudanças nas práticas culturais e isso se reflete dentro da sala de aula. Embora não tenham conseguido promover transformação no mundo da política nacional. Precisamos refletir sobre qual é o papel do Cristianismo Evangélico na renovação da cultura escolar carioca? Quais os motivos dos negros neopentecostais tenderem ao conservadorismo político no que diz respeito ao currículo do ensino básico? A religião está dentro da sala de aula.

Os valores religiosos podem produzir efeitos democratizantes mesmo quando experimentados num ambiente restritivo da liberdade ou teologicamente conservador, e podem produzir efeitos antidemocráticos mesmo quando inspirados em experiências ou práticas que, no nível da comunidade eclesial, reproduzem procedimentos representativos da democracia ou tendam à igualdade de condições tocquevilleana. Em

determinados momentos, os valores religiosos são indiferentes em seus efeitos sobre os compromissos democráticos dos seus portadores, os quais podem estar recebendo da sua inserção extra-eclesial-societária ou política – impulsos mais poderosos no sentido da prática democrática, do que em suas comunidades de fé. Em outros momentos, os valores religiosos estão umbilicalmente ligados ao destino da democracia – quer se opondo a ela, quer interpretando-a como uma decorrência natural e irresistível do compromisso de fé assumido. (BURITY, 2002:30-31)

No que tange propriamente a questão do ensino das heranças africanas no Brasil e a relação com alunos evangélicos, é preciso levar em consideração a predominância de uma hermenêutica bíblica que valoriza a interpretação da população branca anglo-saxã em detrimento da realidade nacional. A colonização mental é reforçada com as novelas religiosas da TV Record ligada à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), onde a maioria dos atores são pardos ou brancos. Poucos artistas negros aparecem nas cenas. O caso emblemático foi da novela e depois filme “Dez Mandamentos”. Grande parte da narrativa se passava no Egito, no entanto, somente duas pessoas negras apareceram nas cenas. O imaginário coletivo dos alunos sobre personagens da Bíblia são europeus brancos que habitavam o Oriente Médio. No entanto, esquecem das circulações de pessoas de diferentes fenótipos entre a África, a Ásia e a Europa. Marco Davi de Oliveira ao refletir sobre a questão crê que dentro da liturgia da maioria das igrejas evangélicas de origem neopentecostal, quanto mais longe da origem (africana), mais perto de Deus o indivíduo estaria.

O primeiro princípio que notamos na igreja evangélica brasileira é que tudo que vem de matriz africana é coisa demoníaca. Na Igreja brasileira, já se convencionou considerar “do diabo” tudo que tem origem na África. Obviamente, não é um pensamento único, pois há alguns líderes que não se cansam de defender a culinária, a música e outros aspectos da cultura de matriz africana. No entanto, a maioria dos líderes na Igreja do Brasil mostra grande preconceito quanto aos elementos culturais provenientes da África, que fazem parte direta da história dos negros brasileiros. (OLIVEIRA, 2015:91)

Há uma dificuldade para reconhecimento de si mesmo, no caso de muitos negros brasileiros evangélicos, e do outro. Uma dicotomia linguística e social se estabeleceu: o bem e a prosperidade são representados pela cor/raça branca e o mal e a pobreza pela cor/raça preta.

Todavia, dentro das Igrejas Evangélicas Neopentecostais há um silenciamento do assunto racial, pois todos os que creem são iguais perante a sua divindade. O racismo no ambiente eclesiástico se manifesta em relação a namoros e casamentos inter-raciais e, às vezes, na resistência à ordenação pastoral. A mídia brasileira expôs em 2012 uma crítica forte ao livro ‘O Perfil do Homem de Deus’ escrito pelo Bispo Macedo, como por exemplo, o artigo de Heloisa Tolipan no Jornal do Brasil. Embora o autor não se oponha diretamente a esse modelo de casamento, pois há vários membros nesta condição, recomenda que o casal deve refletir sobre os problemas de discriminação que os filhos poderão sofrer e possíveis traumas ou complexos em período escolar⁹. Um discurso silencioso, porém crescente tem sido o medo de preconceito contra os descendentes de pessoas de diferentes raças. Ou camuflagem linguística contra casamentos miscigenados?

Se de fato houvesse uma preocupação ao combate ao racismo, nas novelas de cunho religioso da Rede Record mostrariam mais personagens negros dentro do povo de Israel. O caso mais emblemático foi “Os Dez Mandamentos” dirigido por Ricardo Avancini. A narrativa mostra um Egito com pouca presença de população negra reafirmando a tese de Jean-François Champollion no Século XIX de um branqueamento de uma das maiores civilizações do mundo antigo. Uma das poucas personagens negras que apareceu foi a de uma Princesa Núbia chamada Radina, papel interpretado por Aisha Jambo que na ficção se interessou por Moisés representado pelo ator Guilherme Winter. Outra era Karoma (Roberta Santiago) que fazia a dama de honra da rainha. Geralmente as funções desempenhadas na trama por negros era de subalternidade. A polêmica maior ficou em torno da escolha da atriz branca Gisele Itié para o papel de Zípora, esposa do líder do êxodo hebreu e filha do sacerdote de Miriã. O texto bíblico de Números 12 diz que:

Miriã e Arão começaram a criticar Moisés porque ele havia se casado com uma mulher etíope. “Será que o Senhor tem falado apenas por Moisés”? perguntaram. “Também não tem falado por meio de nós”? E o Senhor ouviu isso. Ora, Moisés era um homem muito paciente, mais do que qualquer outro na terra. Imediatamente o Senhor disse a Moisés, a Arão

⁹ Disponível em: <http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/07/18/famosos-criticam-declaracoes-polemicas-de-edir-macedo-sobre-casamento/> Acessado em 17/01/2016.

e a Miriã: “Dirijam-se à Tenda do Encontro, vocês três”. E os três foram para lá. (Números 12:1-4.)

A dupla criticou Moisés por sua escolha matrimonial e pelo exercício de poder dentro do acampamento hebreu. Se o texto diz que era etíope, logo era uma mulher negra. Não há nenhuma comprovação teológica que ele teve um segundo casamento. Na dramaturgia televisiva ‘Dez Mandamentos’ pode-se observar o apagamento histórico da relevância e representatividade afro-brasileira. O contato íntimo com o Eterno legitimava a liderança mosaica e a crítica Miriã foi punida com lepra e isolada durante sete dias conforme os versículos dez a quinze. Preconceito contra estrangeiro e falta de senso de justiça era considerado pecado. Outras passagens do Antigo Testamento, mostra o intenso contato dos israelitas no período monárquico com o Egito e a Etiópia, também chamada de Cuxe. O Rei Salomão se casou com a filha de Faraó por interesse político (I Reis 11:1) e outros trechos citam a relação de Israel com essas nações africanas (II Crônicas 12:3; 14:9-13; II Reis 19:9, Salmo 105:23; Isaías 11:11, 18:1;20:3-5). O resgate da África na Bíblia é o caminho para alcançar o público evangélico.

No Novo Testamento, há outras referências à África e personagens daquele continente. Diante da alteridade e em tempos de intolerância religiosa, outro texto interessante para combater o preconceito é a Parábola do Bom Samaritano apresentado no Evangelho de Lucas 10:30-37. A lição tirada é amar o próximo independente de sua origem etnia ou condição econômica. Outro momento marcante dentro da narrativa bíblica que valoriza indivíduos africanos é quando Simão da cidade de Cirene, Norte da África, e pai de Alexandre e Rufo, foi obrigado a carregar a cruz de Cristo (Marcos 15:21-22). A posteriori, seu filho tornou-se um líder da Igreja (Romanos 16:13). Em Atos 13:1, figuras como Simeão, chamado Níger ou negro e Lúcio de Cirene eram mestres da Igreja de Antioquia. Ou seja, homens africanos ensinam os preceitos de Cristo Jesus aos novos convertidos – neófitos.

Na carta do Apóstolo Paulo à Filemom, observa-se uma semente de oposição à escravidão e igualdade de relacionamento perante o senhor e o escravo. Os alunos precisam ter a ideia que a escravidão na Antiguidade não tinha a ver com o fenótipo dos indivíduos. Todavia, havia critérios importantes para se tornarem cativos. Presos de guerra, nascimento nesta condição ou dívida com credores. Os usos e as distorções que cristãos católicos europeus fizeram ao longo dos séculos para justificar a dominação de outros povos baseados na raça fundamentalmente entre os Séculos XVI e XIX constitui um afastamento das escrituras sagradas. A justificativa era uma interpretação equivocada de Gênesis 9:18-29, no qual Noé

lançou a maldição da escravidão sobre Canaã, porque este viu sua nudez. A leitura correta é que essa dominação seria feita pelos hebreus descendentes de Sem aos habitantes da terra de Canaã e não há ligação com os outros povos originados por Cam – Cuxe (Etiópia), Mizraim (Egito) e Pute (Líbia) – tampouco a raça negra. O historiador Elikia M'Bokolo ao comentar essa questão disse:

Respeitando o modo “científico”, o conceito “raça” deu origem à famosa teoria “hamítica” da qual a África atual continua, desafortunadamente, a suportar as consequências políticas. “Hamita” ou “Camita” foi a princípio um termo sem nenhum conteúdo científico, derivado das diferentes transcrições da palavra Cam do Gênesis, sendo este o fundador de uma linhagem maldita, erradamente identificada com os negros da África tropical. Durante o Século XIX, devido a uma derivação cujas modalidades e etapas continuam a ser obscuras, a palavra “hamita” ou “camita” chegou a designar não mais os negros da África (sempre considerados apesar disso uma “raça” maldita), mas os africanos “não negros”, uma espécie de “raça de contacto” (Jean-Pierre Chrétien), na qual participavam tanto brancos como negros, só possuindo naturalmente qualidades dos brancos e defeitos dos negros. (M’BOLOKO, 2009:51)

A hermenêutica aplicada ao texto bíblico de maneira errônea proporcionou a pseudo-relação entre a cor preta com o pecado ou o mal e a pobreza no continente. A ideologia do Darwinismo social apropriou-se também desse argumento religioso presente no entre meados dos Séculos XIX e meados do XX serviu para atrocidades imperialistas europeias traumatizando povos africanos e assombrando a memória dos seus descendentes na diáspora. A ideia de raça são elementos constitutivos da História da América Latina. Cento e vinte nove anos depois da Abolição da escravidão no Brasil, há um conservadorismo na sociedade que se opõe as políticas de reparação, como as cotas raciais e para alunos oriundos da rede pública de ensino. A rejeição se origina na desinformação que a mídia transmite ao público. Há grande ausência de análise atenta dos ouvintes e isso é reflexo da baixa qualidade da educação, principalmente nos estabelecimentos de ensino público. Os alunos muitas vezes estão inseridos em uma cultura escolar que não os estimulam a crítica e reproduzem os discursos da elite, principalmente em relação a essas ações governamentais.

Mas, se não há raça, se não existe de fato o branco nem o negro como essências antropológicas, por que políticas afirmativas, por que

cotas? É que continua a existir a relação racial, como resquício da forma social escravagista. E na luta concreta por direitos civis as marcações discriminatórias da “relação racial” impedem a assimilação democrática dos códigos republicanos. Há um abismo entre o reconhecimento abstrato ou sentimental do outro e a prática existencial de aceitação de outras possibilidades humanas. Sem essa prática, ideias grandiosas podem omitir-se diante de realidades desumanas como os gulags e os genocídios. Sem ela, toda e qualquer democracia vai pelo ralo. (SODRÉ, 2017:7)

O estigma pode afetar a autoestima dos alunos negros e neopentecostais, entretanto algumas medidas precisam ser tomadas com apoio das escolas, das famílias e das entidades religiosas. Promover o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas associado a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar o pensamento, a arte e o saber é cumprir o artigo 206 da Constituição Federal. A criação no espaço escolar de diálogo com representantes de diferentes religiões a fim de promoverem o respeito das crenças. Não é promover a “catequização” de discentes, pois é proibido estabelecer um pensamento religioso oficial, salvo em instituições escolares cuja orientação filosófica tem como arcabouço alguma fenomenologia religiosa. Nesse caso, é facultativa a participação dos alunos e constitui uma preocupação do ensino religioso e não necessariamente do ensino de História. Agora vou apresentar a origem do pentecostalismo e do fundamentalismo cristão e seus impactos na educação e na vida cristã brasileira.

2.2 Origens do pentecostalismo e do fundamentalismo cristão:

O termo pentecostal resgata a experiência da Festa de Pentecostes que estava acontecendo em Jerusalém registrada no livro bíblico de Atos, capítulo dois. A narrativa diz que judeus religiosos estavam reunidos numa casa em oração naquela cidade quando de repente ouviram um som do céu e começaram a falar em outras línguas terrenas no qual não possuíam conhecimento. Cerca de três mil pessoas se converteram a Cristo. No que tange a fenomenologia da religião, a manifestação do “dom de línguas” não é necessariamente de idiomas conhecidos pela humanidade e precisam ser interpretados por alguém inspirado a fim de que os fieis compreendam a mensagem. Isso era a recomendação do Apóstolo Paulo na Epístola aos Coríntios, no capítulo 14. As primeiras Igrejas Pentecostais tem origem afro-estadunidense. A “certidão de nascimento do pentecostalismo” é a Rua Azuza na cidade de Los

Angeles (1905). William J. Seymour, homem negro e cristão protestante, teve acesso ao estudo das doutrinas bíblicas do Espírito Santo com manifestação de dons espirituais, como por exemplo: a glossolalia e dom de cura de enfermidade. Ele fundou a Igreja Missão da Fé Apostólica.

Filho de ex-escravos, Seymour nasceu em Centerville, Louisiana. Autodidata no tocante a ler e a escrever, frequentou por certo tempo, a Escola bíblica de Charles Fox Parham (1873-1929), Localizada em Topeka, no Kansas. Parham simpatizava com a Ku – Klux – Klan e por isso excluiu Seymour de suas aulas. Seymour só pode assistir aulas através da porta entreaberta. Apesar dessa exclusão, o negro aceitou os ensinamentos do branco que falava que falava do batismo com o Espírito Santo e passou a pregá-los numa igreja de santificação em Los Angeles. (DREHER, 2013: 473)

A sociedade americana do início do século XX vivenciava a segregação racial e espacial. O racismo era institucionalizado e afetava o ambiente eclesiástico. A liturgia do culto era africana. A música expressava adoração a Jesus, mas também manifestava o sofrimento humano, principalmente da exploração do negro, exclusão material e emocional promovida pelo sistema capitalista desde o século XVI. O canto contrito da alma e o uso do corpo como instrumento de adoração são marcas importantes do pentecostalismo negro americano. O impacto cultural negro dentro desta dinâmica religiosa gerou “o spiritual, o jazz e o blues”. Dreher acredita que a Igreja criada por William J. Seymour foi revolucionária. O motivo era que na Los Angeles pós – Rua Azuza, havia a busca pela igualdade entre brancos e negros independente da condição profissional. A estratégia antirracista foi à pregação do amor ao próximo independente do seu fenótipo ou classe social e da salvação por Evangelho. A Missão da Fé Apostólica era inclusiva, pois recebia asiáticos e latino-americanos em sua membresia. Todavia, a pressão das igrejas evangélicas históricas e da imprensa local não ajudaram na transformação do status quo discriminatório. Sendo assim, os pentecostais brancos fundaram a Assembleia de Deus.

Após a Primeira Guerra Mundial, os sólidos paradigmas bíblicos (verdade e justiça, por exemplo) foram questionados pela opinião pública diante da liquidez moral e epistemológica da (Pós)-Modernidade. Como resposta a essa situação foi criado o fundamentalismo cristão nos EUA. Era uma reação ao Liberalismo e constitui uma interpretação rigorosa da Bíblia. Os textos “Os Fundamentais – um Testemunho em favor da Verdade (“The Fundamentals – a

Testimonium to the Truth”) publicados entre 1909 e 1915 pelos estadunidenses inspiraram missionários que vieram para o Brasil, em especial da Assembleia de Deus. É importante pensar sobre o conceito de Fundamentalismo.

Martin N. Dreher afirmou que os fundamentalistas viam-se como contraofensiva a um modernismo que, assim diziam, havia se apossado do mundo protestante/evangélico. Particularmente, esse fundamentalismo primeiro entendia-se como contraofensiva a uma Teologia orientada pelo método histórico-crítico, que estava interpretando os conteúdos da fé, especialmente os textos bíblicos, a partir de uma perspectiva histórico-crítica. O protestantismo, esse o seu pecado, estava se aliando à ciência moderna. Frente a esse modernismo. [...] Fundamentals eram os conteúdos de fé, verdades absolutas e intocáveis, que deveriam ficar imunes à ciência e à relativização por meio do método histórico. (2014:58-59)

Boaventura de Souza Santos diz que: segundo as teologias fundamentalistas, a revelação é o discurso divino eterno, criado e, como tal, a interpretação humana não pode ser mais do que uma redução sacrílega. (SANTOS, 2014:39) Santos (2014:38) citou Ancelmo Borges no qual define fundamentalismo, em geral como uma forma de pensamento baseada numa determinada concepção de verdade baseada “numa determinada concepção de verdade, que se confunde com a posse do fundamento”. Almond, Appleby e Sivan, por sua vez, oferece a seguinte definição de fundamentalismo: “refere”-se a um padrão discernível de militância religiosa com que os autodenominados ‘verdadeiros crentes’ tentam travar a erosão da identidade religiosa, fortificar as fronteiras das comunidades religiosas e criar alternativas viáveis às instituições e comportamentos seculares. (SANTOS, 2014:38)

Eu creio que o fundamentalismo cristão tem como referência a imposição da interpretação radical da Bíblia no qual o indivíduo participa da “renovação da mente” através da oração e leitura constante do livro sagrado – inquestionável fonte de verdade – e a noção exacerbada que há uma guerra espiritual que o “crente” precisa combater. Usam a metáfora da “armadura de Deus” descrito em Efésios 6:10-20 para se criar um exército no qual resistirá as “ciladas do Diabo” existentes no sistema social e político. Para isto, impõe uma evangelização e, se necessário, destruição de espaços de outras religiões a fim dominar física e espiritualmente um território em nome do Reino de Deus. A livre e equivocada interpretação do texto suscita confusões, pois a luta não deve ser contra as pessoas. A verdadeira batalha é contra o sistema pecaminoso que afasta os humanos do Eterno.

A procura pela essência dos valores cristãos e a aplicação de maneira ortodoxa na vida constituem o arcabouço da ética cristã de acordo com as pessoas seguidoras dessa corrente

teológica que orientam vários setores das igrejas pentecostais e as neopentecostais brasileiras. As características principais do Fundamentalismo Cristão são: primeiro, a Bíblia é a fonte da verdade. A fé se sobrepõe à Ciência, pois creem que as escrituras são palavras de cura e de vida eterna para o crente. A partir do retorno de Cristo à Terra, os cristãos mortos ressuscitarão para reinar com o Messias. Segundo, Jesus foi crucificado para perdoar os pecados, ressuscitou com o corpo físico após três dias, subiu aos céus em Jerusalém e um dia indeterminado voltará para buscar a Igreja – indivíduos fiéis no comprimento dos mandamentos do livro sagrado. Terceiro, o Eterno é o criador do universo e de todos os seres vivos. Nesse sentido, defendem uma visão monogênica no qual a humanidade surgiu com Adão e Eva na região do Oriente Médio e do Norte da África. A partir deles outros povos e raças surgiram. Quarto, rigor na aplicação literal da Bíblia na realidade, pois não há separação entre mundo secular e o espiritual. Logo, os costumes se confundem com doutrinas.

Concomitantemente, a expansão missionária no Brasil, havia duas correntes teológicas disputando influência ao longo do século XX e que atingem diretamente a formação discente neopentecostal em especial: Liberalismo e Fundamentalismo teológico. Eles têm sido atores do campo de batalha ideológica na tomada de decisão dos discentes evangélicos brasileiros ao longo do século XX e nos dias atuais. O primeiro buscava aplicar os valores bíblicos em diálogo com a Modernidade e as demandas sociais. Ela tem origem na teologia alemã do século XIX que segundo Martin N. Dreher (2013:445) “centrou-se na temática da fé e da história”. Seus efeitos no Brasil são perceptíveis no comportamento de alunos membros de Igrejas Históricas que tiveram maior acesso a escolaridade e a renda. Tendem a ser mais críticos as regras religiosas e tendem ao diálogo com a cultura nacional. Isto explica o processo de exclusão constante de membros que não se adequavam aos princípios eclesiásticos registrados em atas de diferentes Igrejas, em especial Batistas na cidade do Rio de Janeiro no referido período.

O movimento pentecostal chegou ao Brasil com os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren na cidade de Belém do Pará (1911). Eles fundaram a Igreja Missão da Fé Apostólica e em 1918 trocaram o nome da denominação para Assembleia de Deus. O objetivo era anunciar “as boas novas do evangelho” para o povo. Não há uma explicação explícita para a alteração do nome da instituição religiosa. Não sabemos até que ponto a dupla de missionários coadunava com as teorias raciais do início do século XX, mas o fato é que a expansão dessa instituição agrupa um grupo substancial de negros (1.047.167) e de pardos (6.500.792) segundo os dados do IBGE de 2010. A implantação da Igreja Congregação Cristã no Brasil pelo italiano Luigi

Francescon no Estado de São Paulo mostra outra vertente do pentecostalismo. Segundo Gedeon Freire de Alencar:

Desde as primeiras décadas teremos dois pentecostalismos distintos. Originalmente, o pentecostalismo italiano é uma igreja étnica, predominante no Sudeste, de origem presbiteriana, homogênea, ultracalvinista, episcopal, oral, apolítica, chamada de Congregação Cristã no Brasil; e também o pentecostalismo sueco, predominante no Nordeste, de origem batista, congregacional, arminianista, abrasileirado das Assembleias de Deus. (ALENCAR, 2014:170)

A questão racial estava e ainda está presente nas igrejas evangélicas. Inserção no processo de tomada de decisão de negros e indígenas dentro das denominações, não demonização do ethos africano nas liturgias, releitura da Bíblia com viés de classe e raça, etc. O último ponto foi silenciado diante de um triunfalismo de prosperidade econômica e cura anunciado pela liderança pentecostal brasileira. O preconceito de cor era mascarado, pois o que importava eram as conversões. Este constitui um diferencial para a conjuntura social e protestante nos EUA nas décadas de 1950-60. Martin N. Dreher apontou que líderes negros do Pentecostalismo estadunidense, por exemplo, resgataram a herança da negritude para pensar um reavivamento das instituições cristãs. Não era possível um pentecostes sem o fim da segregação étnica. No Brasil, o silenciamento foi facilitado pelos efeitos do mito da democracia racial.

Nos anos 1950-1960, o pentecostalismo brasileiro cresceu com a chegada das Igrejas: do Evangelho Quadrangular e Nova Vida. Esta última instituição fundada pelo Bispo Roberto Mcalister deu origem ao Neopentecostalismo brasileiro. Os concunhados R.R. Soares e Edir Macedo foram membros da Nova Vida de Botafogo e, posteriormente fundaram duas grandes denominações neopentecostais respectivamente: Igreja Internacional da Graça de Deus e Universal do Reino de Deus. Elas possuem discursos fundamentalistas que afetam os alunos desse segmento cristão e a questão e os projetos de lei da Bancada Evangélica ou que interessam este segmento, sobretudo, na área da família, da educação – questão de gênero – e Direitos Humanos. Será que há alguma ligação entre práticas religiosas neopentecostais e Candomblé? Como tratar das semelhanças e diferenças religiosas em sala de aula?

2.3 Conexões emblemáticas de práticas religiosas neopentecostais e Candomblé:

Valores, símbolos, gestos e práticas rituais são elementos estruturantes de qualquer segmento fenomenológico da fé. A identidade neopentecostal se fortalece na negação do outro e na incorporação de alguns costumes e linguagens de outras crenças. Rubem Alves crê que “a religião nasce com o poder que os homens têm de dar nomes às coisas, fazendo uma discriminação entre coisas de importância secundária e coisas nas quais seu destino, sua vida e sua morte se dependuram”. (ALVES, 2014:25) Dizer que certos comportamentos de alguns membros e congregados dessas igrejas evangélicas neopentecostais remetem a experiência das religiões de matrizes africanas causa estranhamento durante a aula de História.

Dentro dos limites do mundo profano tratamos de coisas concretas e visíveis.[...] Quando entramos no mundo sagrado, entretanto, descobrimos que uma transformação se processou: agora a linguagem se refere a coisas invisíveis, coisas para além de nossos sentidos comuns, as quais, segundo a explicação, somente os olhos da fé podem contemplar. [...] O sagrado se instaura ao poder do invisível. (ALVES, 2014:26-27)

Na minha experiência pedagógica, busco evitar entrar em doutrinas religiosas, mas preciso dar um panorama geral sobre o que cada crença fala para auxiliar na compreensão dos fatos históricos. Diante dos rótulos que tudo é “macumba”, é necessário lembrar essa expressão genérica possui uma dupla significação na mente dos estudantes: primeiro, o aspecto mágico de qualquer ritual não-cristão é rotulado com o referido termo. Isto demonstra o desconhecimento das tradições africanas que levam ao medo e à fantasia. Citar o nome de Ogum, Iansã, Iemanjá produz horror e resistência aos ouvintes colonizados com a estética e a religiosidade europeia, pois para os evangélicos em geral são “espíritos malignos”. Todavia, para os seguidores do Candomblé, os Orixás são deuses de origem iorubá e estão ligados aos elementos da natureza. Eles acompanham e dão força aos humanos.

É importante questionar respeitosamente o porquê tudo é demônio? O docente precisa tomar cuidado para não promover o rebaixamento dos Orixás a mito, principalmente ao fazer associações com a mitologia grega. Nossa função não é comprovar a existência metafísica ou não desses seres, mas pensar nas conexões entre práticas e saberes coexistentes entre as teologias na sociedade brasileira. Posso não comungar com o pensamento alheio sobre o

assunto, mas devo ter cuidado para evitar o estigma religioso devido a alteridade de interpretações do mundo.

Se os evangélicos identificam as entidades da umbanda, os deuses do candomblé e os espíritos do kardecismo com os demônios, os neopentecostais vão bem mais longe ao vê-los como responsáveis direto por uma infinidade de males, infortúnios e sofrimentos. A partir disso, o combate à macumba, aos exus, guias, pretos-velhos e orixás tornou-se um de seus principais pilares doutrinários. Mas para que esse diálogo contrastivo com os adversários fosse possível, além de se basearem na dogmática pentecostal tradicional, aproveitaram tanto o medo da macumba, da feitiçaria, da magia negra e de certos preconceitos presentes no imaginário e na memória popular quanto a própria expansão, visibilidade pública e influência cultural dos cultos afro-brasileiros. (MARIANO, 1999: 115-116)

A péssima interpretação de Efésios 6:10-20 sobre a armadura de Deus tem causado graves transtornos religiosos, pois o inimigo não são pessoas, mas sistemas políticos e estruturas que promovem o mal na sociedade. Para os cristãos evangélicos de modo geral existe uma “batalha espiritual” para combater o Diabo, muitas vezes materializada nas ações de pessoas não praticantes do referido credo e da demonização dos hábitos religiosos de outros grupos. Essa característica é exaustivamente trabalhada pelos neopentecostais, em especial da Igreja Universal do Reino de Deus, provocando o avanço da intolerância religiosa no ambiente escolar, visto que essa identidade específica se constrói na negação do outro. Isso tem impacto direto no âmbito racial, pois a herança africana é associada a ideia de negritude. A classificação generalista do imaginário coletivo dos alunos que negros são envolvidos com a “magia negra” ou vodu causam espanto e terror na sala. Romper com a distorção do discurso da maldição de Cam é um imperativo contra o preconceito.

Segundo, toda oferenda aos Orixás nas esquinas recebem equivocadamente o este nome – “macumba.” No entanto, o verdadeiro significado é um instrumento musical, especificamente um tipo de tambor. O ritmo conduz o indivíduo a usar o corpo como objeto de adoração, seja para entrar no “transe” ou “incorporação da entidade” no Candomblé ou inspirar na efervescência do culto (neo)pentecostal o exercício dos “dons de línguas” e o “de profecia”. Exemplos eclesiásticos que remetem ao diálogo com as Áfricas: primeiro quando o pregador enfatiza uma busca na oração pelo “batismo no Espírito Santo” na manifestação dos dons de

línguas (estranhas), também conhecido como glossolalia. O indivíduo ao falar na “linguagem celestial” estreita o seu relacionamento com o eterno. Quando ele se dirige à congregação naquela linguagem o faz por meio de tradução ao português dada pela terceira pessoa da trindade. A mensagem deve ter como arcabouço à Bíblia, caso contrário é uma heresia.

Tudo que se refere à luta do cristão contra o Diabo pode ser chamada de Teologia do Domínio. Esta batalha é feita contra demônios específicos, espíritos territoriais e hereditários, e, no caso do Brasil, identificado com os santos católicos. O nome desse movimento advém da crença de que demônios dominam os seres humanos pertencentes a esses grupos sociais e que também estão presentes nestas mesmas regiões onde se encontram (igrejas, terreiros, centros) e, dessa forma, precisam ser libertos por meio de oração, guerra espiritual e em alguns casos até pela força física. (DIP, 2018:89)

A destruição de espaços religiosos de matrizes africanas no subúrbio carioca e agressões verbais e físicas não se encaixam a mensagem de paz, de amor e de justiça anunciada pelos evangelhos. A religião de maneira geral estimulam os humanos ao exercício do amor e do cuidado. A intolerância desumaniza o indivíduo e este ao observar o outro é movido por ódio destruidor que visa assimilar algum “aspecto positivo” e aniquilar os antagonismos profundos de crença e existência. Apesar dos radicalismos criminosos e distorções comportamentais de alguns evangélicos, é possível observar algumas ações na contramão das referidas práticas. No ano de 2017, evangélicos com uma visão progressista doaram R\$11mil para a recuperação do terreiro de Candomblé¹⁰ - Kwe Cejá Gbé de Nação Djeje Mahin Kwe Cejá Gbé de Nação Djeje Mahin - em Duque de Caxias com apoio do Conselho de Igrejas Cristãs do Estado do Rio (CONIC-RIO). O Cantor e Pastor negro da Igreja Batista Soul, Kleber Lucas, foi alvo de perseguição no meio cristão por causa desta visita.

Eu sabia o desafio que representava participar de um evento dessa natureza, em um terreiro. O espaço foi escolhido exatamente para ser um demarcador, para mostrar que somos contra a intolerância. Não fui lá para prestar um culto, mas para participar de um ato solidário. Quando a coisa foi para a mídia, tomou proporções muito grandes. Mas se você se propõe a ler essas coisas, você adoece. Não posso me propor a ler essas coisas

¹⁰ <https://extra.globo.com/noticias/rio/cantor-gospel-kleber-lucas-chamado-de-endemoniado-apos-evento-em-terreiro-22147168.html>

aterradores, mas, para mim, é sintomático ver a reação negativa partindo de tantas pessoas — diz. (LUCAS; ZUAZO, 2017)

A presença de evangélicos naquele terreiro na companhia do Babalaô Ivanir dos Santos pode ser considerado uma inflexão histórica, após tantos casos de agressão por causa de religião e de racismo. No Candomblé, os seguidores falam e cantam com os orixás em ioruba e há um processo de tradução para o português. Não há um livro que sistematize os dogmas. Os “Eleguns” movimentam o transe (“ekedi”). São iniciados na fé que recebem ordens de alguma entidade para dançar e cantar enaltecendo os feitos das divindades. Mas qual é a diferença para o Neopentecostalismo? Quando ocorre uma incorporação de um espírito nesta religião de matriz africana, a pessoa entra um transe e perde a consciência de seus atos. Não cabe ao historiador julgar aspectos psicológicos que envolvem as duas religiões, porém devemos compreendê-las dentro do contexto de formação da sociedade brasileira. Os educandos que não me conhecem geralmente perguntam no primeiro dia de aula se acredito em Deus? Costumo responder que não tenho fé suficiente para ser ateu e como profissional devo promover o respeito às diferentes crenças e explicar a influência da religião dentro da sociedade sem entrar em polêmicas doutrinárias.

Outra questão diz respeito à prática de sacrifícios de animais. O sangue é a representação da vida no corpo em diferentes religiões. Os cristãos entendem que a morte na cruz de Jesus Cristo representa um ato de expiação pelos pecados da humanidade, logo não há mais necessidade de realizar àquele ato de culto citado anteriormente. A Santa Ceia é o memorial da entrega do salvador no madeiro para perdoar pecados da humanidade. Os rituais religiosos são dinâmicos e podem se modificar ao longo do tempo. Quando o professor narra que havia a prática do sacrifício no Judaísmo presente no texto bíblico e compara com esse comportamento no Candomblé o preconceito tende a se dissipar. Os alunos neste caso terão a oportunidade de observar a continuidade ou ruptura de tradições ao longo do tempo dentro do espaço geográfico. Todavia, alguns discentes se posicionam contra a manutenção do ato religioso do sacrifício por causa de uma “consciência dos direitos dos animais” e de condições insalubres que os despachos podem produzir nas ruas. Mais especificamente proliferação de ratos. Segundo Ricardo Mariano, “Por propagar valores cristãos (a ética da caridade) e elementos da doutrina kardecista, por não ser exclusiva de negros nem sacrificar animais ou promover mortificações corporais, a Umbanda mostrou-se palatável à opinião pública do que o candomblé”. (MARIANO, 1999: 118) Ainda assim, para os evangélicos em geral há uma aversão às

informações sobre essas crenças, a não ser no âmbito da evangelização ou do “exorcismo de demônios”.

A religião pode ser um instrumento para produzir um saber ensinável que auxilie os seus seguidores a promover o respeito à diversidade étnico-racial. Como homem negro, de formação cristã batista e professor de História na rede particular do ensino básico na Zona Oeste do Rio de Janeiro, observo um caminho para dialogar com os estudantes sobre racismo, História e fé cristã. Em relação ao último item, o objetivo não é promover crença em detrimento de outra. Todavia, é preciso conhecê-la a fim de identificar elementos para combater a intolerância racial. As tradições cristãs são múltiplas e elas foram usadas no passado para justificar a dominação europeia sob a América, a África e a Ásia em nome de uma missão civilizadora. Conversei com os meus pares que atuam nesta região da cidade e os mesmos afirmam que têm dificuldades para interagir com esse público. No contexto social, onde atuo como docente há grande presença de população negra evangélica de origem (neo)pentecostal.

A reivindicação da religião como elemento constitutivo da vida pública é um fenômeno que tem vindo a ganhar relevância nas últimas décadas em todo mundo. Trata-se de um fenômeno multifacetado, tanto no que respeita às denominações envolvidas como no tocante às orientações políticas e culturais. (SANTOS, 2014:29)

O colégio é laico, porém a religião está presente na vida da comunidade escolar. Há um conjunto de valores cristãos que orientam a política pedagógica. Docentes costumam silenciar ou relatar o constrangimento que já vivenciaram e/ou presenciaram com relação ao sagrado no referido ambiente. Uma ação comum é a prática da “oração do Pai Nossa”, feita pela coordenação pedagógica antes de reuniões com professores e/ou eventos discentes. Os argumentos usados são: primeiro, constitui uma “atitude universal que não fere os princípios de ninguém”. Essa interpretação é problemática, visto que constitui uma tirania da maioria sobre o pensamento do outro. Segundo, solicitam a bênção divina para as atividades que serão realizadas. No entanto, se alguém clamar aos Orixás poderá ser reprimido. Diante do preconceito religioso, outra marca se manifesta: o racismo. Segundo Stuart Hall,

Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática

discursiva o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003:69)

No campo de ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, tratar da ancestralidade africana no campo do sobrenatural causa incômodos aos alunos cristãos nominais ou não. Geralmente relacionam tudo à macumba negligenciando o Candomblé e a Umbanda. É importante destacar que macumba é um instrumento de percussão, mas também genericamente se tornou um ritual fruto do sincretismo religioso do Cristianismo, com religiões africanas e indígenas. O racismo se manifesta na rejeição por parte de alguns estudantes dos elementos culturais africanos dentro da liturgia do Cristianismo evangélico, em especial (neo)pentecostal. Quais os motivos que os levam a negar a herança da população negra na religião que mais cresce em número de adeptos no Brasil? Como foi construída a identidade (neo)pentecostal no Brasil e qual o seu impacto no processo de ensino-aprendizagem?

Boaventura de Souza Santos defende a necessidade de resgatar e/ou criar uma epistemologia a partir do sul global. Ou seja, o conhecimento precisa ser construído e valorizado a partir da periferia do sistema capitalista em oposição ao saber dominante. Neste sentido, há algumas observações fundamentais: entender que existe o “sul”; aprender a ir para o “sul” e; aprender a partir e com o “sul”. O processo de ensino-aprendizagem resgata a importância da experiência local dos indivíduos para construir e aplicar os saberes. No caso do Rio de Janeiro, a cultura da favela que os alunos, em especial evangélicos, trazem de casa para sala de aula pode dialogar com as informações técnicas, ou melhor, o conhecimento formal obtido na escola. Isso ajuda a descolonizar a mente e faz oposição a universalidade da ciência moderna que procura estabelecer uma percepção única da realidade. É possível ser negro(a) e seguir o Cristianismo Evangélico no Brasil? Mas afinal quem são os alunos neopentecostais? Será que os alunos evangélicos de uma forma geral se reconhecem como negros? Quais são os seus interesses?

O “epistemicídio” tem sido a marca dos aparelhos ideológicos do Estado para consolidar o apagamento da negritude e suas contribuições à sociedade no país. A mídia tem sido um meio eficiente para promover esse silenciamento. A partir do pensamento de Boaventura, podemos afirmar que a referida ação política retira a credibilidade de práticas sociais contrárias aos interesses dos dominantes. O ethos da população negra brasileira evangélica ao longo do século XX foi ressignificando e em alguns casos rechaçados pelas instituições religiosas. As Igrejas

protestantes históricas que se instalaram no país a partir do final do século XIX em sua liturgia resistiram durante muito tempo à inclusão de ritmos brasileiros, alguns instrumentos, como o pandeiro, o violão, o tambor entre outros. Além da dificuldade de ordenar ao pastorado indivíduos negros. Realidade diferente das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais, onde os cargos de liderança têm expressiva presença de afrodescendentes.

Os alunos evangélicos tendem a rejeitar o falso antagonismo entre o sagrado e o secular apresentado pela Modernidade, pois creem que sua regra de fé e prática assim como o sentido de sua existência no mundo baseia-se somente na Bíblia. Entretanto, há um desconhecimento e/ou esquecimento de que fé e identidade cultural interagem e isso condiciona sua visão de mundo, principalmente em um país multicultural como o Brasil. As seletividades memorialísticas se manifestaram quando os estudantes falavam da musicalidade dentro da liturgia dos cultos neopentecostais, a saber: o uso do samba e de instrumentos musicais como pandeiros e atabaques nos louvores, os corais que resgatam a espiritualidade negra estadunidense etc. Eles tiveram uma tomada de consciência sobre elementos que compõem a ação coletiva dentro da religião. Os ritmos com letras evangelísticas são utilizadas como estratégias de aproximação dos não convertidos. Outro aspecto é a participação de todas as faixas etária no culto, essencialmente da Assembleia de Deus. A seguir, tratará da questão da raça e do ensino de História.

2.4 Raça

Os Movimentos negros que emergiram durante a década de 1970 no Brasil lutaram ao longo de décadas pela promoção da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, da política e da memória registrada nos livros didáticos. Após mobilização pública e pressão popular, o Governo Federal aprovou a Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais. E a posteriori, aprovou a Lei 11.645/08 que incluiu o Ensino de História e Cultura indígena. Trabalhar as alteridades culturais e fenotípicas dos indivíduos em sala de aula valorizando a diferença ajuda a combater o preconceito e a difundir o respeito. Todavia vários desafios ficaram evidenciados com a mudança curricular e sua aplicação no ambiente escolar. Desde a formação docente deficitária até a resistência dos alunos aos conteúdos que versam sobre

religiosidades de matriz africana. A reflexão válida a ser feito acerca da raça é pensar o que é ser negro? Qual é o papel da África na formação identitária negra?

Existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. (APPIAH, 1997:33)

Anthony Appiah, filósofo africano, considerou que a espécie humana é única e tem origens poligênicas. Ou seja, Existem diversos centros de multiplicação da raça humana no Planeta Terra. Ele procurou fazer uma “genealogia” do conceito de raça, sua aplicação na modernidade e a reação antirracista. Nesse sentido, fez uma classificação acerca do racismo que é fundamental: primeiro, existe o racismo intrínseco. Está relacionado às questões genéticas e fenotípicas dos indivíduos visando afirmar uma identidade, em especial, da raça branca. Isto foi usado para justificar uma pseudo-superioridade branca e de origem europeia. O segundo é o racismo extrínseco. A partir da alteridade cultural e física busca inferiorizar a outra pessoa ou outro povo. Ou seja, estabelecem distinções morais a partir da cor da pele e isso teoricamente justificaria o tratamento diferenciado entre as pessoas. As duas foram aplicadas no Brasil, no continente africano e nos Estados Unidos da América nos Séculos XIX e XX. Quem anda pelo comércio carioca com roupas simples usando chinelo é associado a um descendente de “ex-escravo” e poderá ser perseguido visualmente pelos seguranças das lojas. A diferença de tratamento dos policiais se manifesta numa averiguação de quem é pobre branco e de quem pobre negro. O medo coletivo de perder a vida é compartilhado por todos aqueles que historicamente foram estigmatizados pela sociedade e pelo Estado.

No Século XIX, teorias raciais baseados na biologia foram desenvolvidas para justificar a dominação branca europeia sobre os povos de outros continentes. O principal arcabouço teórico era o Darwinismo social. A cor da pele e o clima do território promovia a seleção natural dos indivíduos. Uns eram aptos para a dominação – no caso, africanos, asiáticos e latino-americanos - e outros eram superiores, no caso a população ariana (branca). Todavia, essa superioridade era falsa, pois estava baseado em pseudo estudos científicos misturando ciências sociais a medicina. Outra empiria teórica que impactou o final do Século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial (1945) era a eugenia desenvolvida por Francis Galton. Ele queria

esterilizar raças consideradas inferiores tampouco permitir casamento inter-racial visando assim o estabelecimento de uma boa geração. Entretanto, é importante ressaltar que havia resistência ideológica ao racismo europeu. Destacamos a atuação do afro-americano WEB Du Bois, pai do pan-africanismo.

Amílcar Araújo Pereira (2013:49) afirmou que

Du Bois, inserindo nas discussões sobre “raça” uma noção mais sócio histórica do que biológica, e questionando o caráter “científico” da ideia de raça ainda no final do Século XIX, embora identificasse e reconhecesse as características físicas – como cor da pele, os cabelos, o sangue etc. -, afirmava que seriam as “diferenças – por mais sutis, delicadas e elusivas que sejam – que, de maneira silenciosa, mas definitiva, separaram os homens em grupos”.

Segundo Appiah (1997:36) o que Du Bois está tentando, apesar de suas afirmações em contrário, não é transcender a concepção científica do século XIX sobre raça – como veremos, ele confia nela -, mas antes, como exige a dialética, revalorizar a raça negra frente às ciências da inferioridade racial.

Relembrar o contexto social norte-americano no qual o Doutor Du Bois estava inserido é importante. O país tinha abolido a escravidão através da décima terceira emenda na Constituição após a Guerra de Secesão (1861-65). A população negra apesar de livre estava sofrendo com a segregação sócio-espacial e perseguição de uma organização criminosa chamada Ku Klux Klan (KKK) que assassinava os afro-americanos. As Leis Jim Crow (1881) promoveu o racismo institucional. O indivíduo liberto não poderia votar se fosse analfabeto e entre outras medidas restritivas e punitivas foram adotadas. Era preciso pensar as vicissitudes desse grupo marginalizado naquela sociedade, visto que a desigualdade racial estruturava o Capitalismo norte-americano. Ou seja, o racismo tem conexões com a condição fenotípica, mas também se baseia na situação financeira do indivíduo. É importante pensar qual o papel dos indivíduos negros dentro do sistema econômico. A consequência direta da opressão é a pobreza da coletividade que se encaixa nas condições étnicas citadas anteriormente.

É importante refletir sobre o que é ser negro? Falar de África é lembrar da população negra, embora existam indivíduos com outras classificações raciais – branco, por exemplo. Achille Mbembe afirmou se África tem um corpo e se ela é um corpo, um isto, é o Negro que

o concede – pouco importa onde ele se encontra no mundo. E se Negro é uma alcunha, se ele é aquilo, é por causa de África (2017:75). Pensar os dois conceitos – África e negro – no Brasil que majoritariamente é preta, pardo e indígena constitui um caminho para rompermos as intolerâncias religiosas e raciais. Ele crê que historicamente o termo negro conduz a um lugar de fantasmagoria. Isso se reflete no mundo real na criação de estereótipos que mascaram o ethos do indivíduo negro. Do ponto de vista das cores e suas tonalidades que a população negra ganhou com o processo de “branqueamento” via miscigenação, temos realidade das aparências e as aparências da realidade. O autor escreveu sobre o mundo africano e ser negro e o discurso dele se encaixa nas salas de aula carioca. Há um sentimento de inexistência que paira sobre aqueles que não ascendem socialmente e vivem nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. Isto afeta a saúde emocional dos estudantes e gera a diminuição da autoestima.

E o processo de transformação das pessoas de origem africana em negros, isto é, em corpo de exploração e em sujeitos de raça, obedece, em vários aspectos, a uma tripla lógica de ossificar, envenenar e calcificar. O Negro não é apenas o protótipo do sujeito envenenado e carbonizado. É aquele cuja vida é feita de restos calcinados. (MBEMBE, 2017:78)

A depreciação do ser negro tem origem na escravidão. A resistência a esta identificação racial por parte dos alunos é compreensível, pois durante anos ser negro é sinônimo de sofrimento, de trabalho forçado, de humilhação perante o Estado. Como diz o título clássico de Frantz Fanon, “Pele negra, máscaras brancas” é a realidade da negritude no Brasil. Superar esta mentalidade colonizada constitui uma das inúmeras funções do Ensino de História. De acordo com Mbembe, o substantivo negro é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal. Esta é a sua dupla função metamórfica e econômica. (MBEMBE, 2017:78). Na modernidade, a população negra tornou-se objeto de negociação econômica outrora na escravidão e hoje a cultura africana e suas práticas são as novas mercadorias.

A construção moderna dos conceitos de raça e de racialismo tem origem na Europa do século XIX no qual o fenótipo dos indivíduos era o marcador da moralidade e da assimetria entre os povos. O racialismo se desenvolveu a partir da análise genética e do ethos racial hierarquizando as pessoas. No Brasil, discursos eugenistas e higienistas estiveram presentes na tomada de decisão dos políticos até a primeira metade do século XX. A inexistência de políticas públicas para atender a população negra no campo da saúde e da educação aprofundou o abismo entre as classes sociais. A desigualdade racial é estruturante no país. A violência sobre a

população pobre negra das grandes cidades causa grande extermínio da juventude. Outra marca importante é a exclusão sócio espacial, porquanto a divisão da riqueza, do poder e de oportunidades permanecem sob domínio da elite branca. Segundo Amilcar Araujo Pereira:

A moderna ideia de raça – que associa as diferenças culturais e morais às características biológicas, genotípicas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos – é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano, que surge apenas em meados do século XVIII e se consolida a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortalecia. (PEREIRA, 2013: 48)

É importante definir o que é racismo e como ele se manifesta na educação. Analisando etimologicamente o referido conceito, o sufixo “ismo” indica a existência de ideologia(s) que estruturam teorias, no caso acerca da raça. Henrique Cunha Junior (1996:148) afirmou que *racismos são formas de dominação criminosas, violentas, tal como o escravismo, baseadas nas diferenças étnicas. São criadoras de estruturas simbólicas e de ações responsáveis pela exclusão dos direitos da cidadania de um grupo social.* Os racisados ou racializados são as pessoas vítima do racismo que tem a sua existência negada. Hoje sabemos que a cor é uma construção social, embora na biologia exista somente uma raça, no caso, a humana. Contudo, outrora o pensamento predominante era outro. Os estudos genéticos e da antropologia biológica desenvolvidos nos últimos 70 anos tem ajudado a ampliar o entendimento sobre as diferenças físicas e as variações étnicas.

Joaquim Nabuco (2010:167) afirmou que “a escravidão na América é sempre o crime da raça branca, elemento predominante da civilização nacional, e esse miserável estado, a que se vê reduzida a sociedade brasileira, não é senão o cortejo da Nêmesis africana que visita, por fim, o túmulo de tantas gerações”. O legado da dor permanece e a citada população ainda busca reparação política e econômica do Estado. O incentivo a imigração branca europeia e dos EUA foi uma política pública dos anos iniciais da República que visava miscigenar a população brasileira. A finalidade era “apagar o passado escravista” essencialmente africano rumo à modernidade e o progresso socioeconômico na Constituição de 1891. A proibição da imigração de africanos e asiáticos estava registrada no referido documento. Ainda sobre efeitos de ruptura com o legado negro na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, reformas urbanas aprofundaram a segregação socioespacial dos afrodescendentes.

Queria ser tipicamente negro – mas isso não era mais possível. Queria ser branco – era melhor rir. E, quando tentava, no plano das ideias e da atividade intelectual, reivindicar minha negritude, arrancavam-na de mim. Demonstravam-me que minha iniciativa era apenas um polo na dialética. (FANON, 2008: 120)

As tradições e a religiosidade de resistência africana foram ressignificadas. A cultura possui uma dinâmica na qual os hábitos precisam ser passadas de geração em geração. Caso contrário, elas acabam. O Governo promoveu um apagamento das origens escravistas por meio da repressão policial da religiosidade e da música de matrizes afro-brasileiras no início do século XX. Modernizar o país significava promover reformas na área da economia adotando o Liberalismo e no ensino público laico a fim de instruir um povo analfabeto, cujos direitos à saúde, a educação e a moradia não existia perante a lei. Pensar a negritude no país após a Abolição e os retrocessos da República era essencial para saber agir diante do racismo que permanecia no cotidiano. Não houve uma política pública de indenização e de redistribuição de renda para resolver a permanente desigualdade entre negros, pardos, indígenas e brancos. A cidadania no Brasil era nominal e possui um longo caminho para percorrer. Neste sentido, Achille Mbembe afirma que:

No Ocidente, a realidade é a de um grupo composto por escravos e homens de cor livres que vivem, na maior parte dos casos, nas zonas cinzentas de uma cidadania nominal, no meio de um estado que apesar de celebrar a liberdade e a democracia, é fundamentalmente um estado esclavagista. (MBEMBE, 2017:60)

Os ex-escravos tiveram seus direitos políticos e sociais negligenciados na Primeira república, apesar da constante luta dos grupos da população negra. A ausência de reparação aprofundou as desigualdades. Os alunos devido à reprodução de discursos conservadores tem se colocado em oposição às políticas de ação afirmativa. Tornar-se o opressor e seguir um liberalismo excludente no qual a ilusão de empreendedorismo orienta muitos jovens estudantes. A Descolonização da mente é um processo longo e contínuo principalmente quando falamos da Educação básica. Reconhecer as diferenças e promover equidade nas oportunidades à educação, ao emprego, à saúde, à moradia são princípios presentes no artigo 6º da Constituição e devem

ser resgatados pela escola. Muitos alunos negros da Zona Oeste do Rio de Janeiro têm baixa autoestima e péssimo desempenho escolar devido ao estigma racial e a naturalização da violência cotidiana que esta ao redor. A aprovação da lei 10.639/03 foi um marco para a produção de novas epistemologias sobre a África e a herança africana no Brasil. Diante dessa nova conjuntura curricular, professores e alunos, em especial evangélicos (neo)pentecostais tem encontrando pontos de diálogo, mas também de resistência aos conteúdos que versam sobre o legado religioso. Contudo, há um histórico de lutas dos movimentos negros por equidade de direitos sociais, políticos e econômicos que não podem ser negligenciados.

Aprendi com o líder da Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau Amílcar Cabral que era preciso ter unidade para lutar contra o sistema que coloniza os corpos e mentes. Procurar consenso para dialogar com os estudantes acerca do racismo nas instituições civis e da cultura afro-brasileira. Todavia o que era unidade para ele? “*Um conjunto diverso de pessoas, num conjunto bem-definido buscando um caminho. [...] Quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto para realizar um dado objetivo*” (CABRAL, 1974: 70). A unidade é um instrumento para alcançar um fim e no caso usar o currículo na batalha antirracista. Ele dizia que a luta fazia parte da vivência de todos os seres humanos no mundo, por isso era necessário amalgamar unidade e luta. Para isso, não basta somente informar sobre o assunto tornar-se necessário ouvir os discentes e estimula-los a agirem a fim de modificar a realidade.

Tomados em conjunto, unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta, não é só contra o colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser. (CABRAL, 1974: 78)

Cabral lutou contra a dominação do corpo e do pensamento que os portugueses estabeleceram em Cabo Verde e em Guiné-Bissau. Libertar-se de opressões que antagonizam os indivíduos por causa da cor da pele e dos interesses econômicos que orientam as condições de trabalho e fortalecem a pobreza. Era ter unidade para investir em educação e batalhar junto com o próximo com o objetivo de construir um futuro melhor. O estratagema para mudar a realidade do racismo estrutural na sociedade brasileira é aprofundar a aplicação das Leis

10.639/03 e 11.645/08. Através da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a ampliação dos temas sobre a África, a América Latina e o legado da população negra e indígena nos livros didáticos e a ênfase da transposição didática sobre esses assuntos são essenciais para promover ampliação do entendimento sobre a cultura e a diversidade étnico-racial no Brasil. O dialogo intercultural e inter-religioso na escola é um caminho para combater a intolerância de cor e de crença. Conhecer as narrativas sobre as experiências religiosas podem agregar uma visão de diminuição dos conflitos religiosos no ambiente escolar. A afirmação de identidades religiosas e raciais suscitam ódios, porém, é preciso expor as mazelas sociais e tratar do assunto apontando soluções coletivas que atenuem as tensões no campo da fé e do ensino de História.

A adoção das políticas de ação afirmativa na educação superior e a criação do Estatuto da Igualdade racial (2010) foi ápice da inclusão promovida pelo Governo Federal. Isso também se refletiu no ambiente evangélico devido ao empoderamento da população negra e parda que em sua maioria é pobre e (neo)pentecostal segundo dados do IBGE de 2010. A política do Bolsa Família atendia as necessidades domésticas dos indivíduos de baixa renda e era um sinal de prosperidade para quem não tinha o que comer. Do ponto de vista eleitoral, líderes religiosos se aproveitavam da biografia de baixa renda e etnia para se eleger. Maria das Dores Campos Machado cita o caso do Deputado e Bispo Geraldo Caetano, membro da Igreja Universal do Reino de Deus que usou a estratégia da fé e da raça negra para alcançar os votos dos afrodescendentes. Ela apresenta o relato deste líder:

A Igreja Universal do Reino de Deus teve muitos problemas com parlamentares que ela indicou para ocupar cargos, e não correspondeu (sic) o que ela defende, a honestidade; e aí, ele então pediu que eu viesse, e de preferência também porque negro não tem muita voz na política, e então disseram: vamos colocar negro e, então, eu vim para ser candidato negro da Igreja e o João Mendes veio ser o candidato negro a deputado federal. Eu, negro estadual, e ele, negro federal. (MACHADO, 2006:107)

A questão da inclusão da população negra evangélica no cenário político nacional é um desafio. Na década de 1980, o pioneirismo da deputada negra e membro da Assembleia de Deus Benedita da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) abriu portas para inserção dos tradicionalmente excluídos. Ela teve atuação histórica na Assembleia Constituinte de 1988 e na ampliação da participação negra e evangélica na política. As Igrejas “são chamadas para fora” a fim de evangelizar, todavia líderes travam a batalha pelo poder temporal e espiritual. Essas

disputas políticas entre evangélicos não promovem responsabilidade e justiça social aos afrodescendentes que estão à mercê da boa vontade alheia. Representatividade é essencial para o fortalecimento da identidade dos alunos, principalmente negros e pardos que historicamente estão à margem das políticas públicas. O acesso ao consumo e inserção do programa de cotas raciais e sociais nas universidades na era Lula e no primeiro governo Dilma Rousseff proporcionaram aos alunos a chance de sonhar e de realizar o sonho de transformação da situação socioeconômica de muitas famílias da periferia. No entanto, a virada conservadora no país desde Agosto de 2016, conduz a nação ao mundo de incertezas. É notória a descontinuidade de tomadas de decisão que promovem a equidade racial do ponto de vista econômico e político. A seguir, vamos ver como a escola pública lida com a questão da laicidade.

2.5 Laicidade e a escola:

A luta pelo divórcio da educação com a religião no Brasil tem um longo e tortuoso caminho. O domínio católico no processo de ensino-aprendizagem tem origem na ocupação portuguesa de formar uma elite da terra para governar a massa de escravizados. Neste processo, as outras crenças eram silenciadas mediante força da lei, da violência ou se ressignificavam através do sincretismo - especialmente dos rituais de matrizes africanas. O auge do amalgama cultural luso-afro-indígena foi no Império. Era necessário criar a nação brasileira com uma origem cristã ocidental a fim de formar o cidadão. As festas religiosas e o folclore auxiliavam na construção da identidade e da memória coletiva ao longo do século XIX e isto teve reflexo na educação. O Colégio de Pedro II à época de sua fundação serviu como modelo para a educação pública do Império. Por outro lado, a disciplina História além de tratar de fatos ligados a cristandade buscava construir uma narrativa romântica sobre o novo país e seus “heróis” sob influência do Positivismo. No início da República foi criada uma disciplina específica na área de História do Brasil.

A História do Brasil como disciplina distinta da história da civilização só surgiu em 1895. Era caracterizada pela cronologia política e pelo estudo da biografia de brasileiros ilustres, além de acontecimentos considerados relevantes para a afirmação da nacionalidade. Cabia à história como disciplina escolar: construir a memória da nação como uma unidade indivisível e fornecer os marcos de referência para pensar o passado, o presente e o futuro do país. (MAGALHÃES, 2003:169)

Até o período regencial (1831-40), a educação e o ensino eram de responsabilidade da Igreja Católica Apostólica Romana que desde o início da colonização implantou mais de duzentos colégios no país. A narrativa histórica valorizava a experiência do Cristianismo através dos tempos. Em 1837, inaugurou-se o Colégio de Pedro II, hoje Colégio Pedro II. Havia uma demanda de elaboração de informações que proporcionassem o pertencimento a uma nova nação que foi inventada e a concessão de uma cidadania censitária que excluía a população negra, inspirada na Constituição de 1824. O saber acadêmico das ciências humanas era valorizado e necessário, pois constituía o instrumento para pensar um projeto de nação, combater os sentimentos regionalistas e de secessão, eram essenciais para a estabilidade política do Império. Nesse sentido, Araújo Lima, em 1838, fundou o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro. Ela agregou a historiografia do país e esteve sob influência, inicialmente do Romantismo e concomitantemente, do Positivismo e do Darwinismo social. A idolatria à nação excludente, a difusão do senso de civilidade e a memorização configurava o ensino de História.

O debate da laicidade do Estado brasileiro se evidenciou na segunda metade do Século XIX durante a chamada questão religiosa que abalou um dos alicerces da Monarquia. A Igreja Católica se opunha ao Liberalismo e a Maçonaria que estava se penetrando nas estruturas eclesiásticas. A contenda entre bispos que obedeceram à autoridade papal em detrimento do Imperador deu início a cisão entre Estado e Igreja no Brasil. A vinda de alguns missionários presbiterianos e batistas de origem inglesa e estadunidense para o Rio de Janeiro questionava o status quo do Catolicismo ser religião oficial do Estado. As demais confissões de fé se manifestavam no âmbito privado, pois sofriam perseguições da polícia e dos padres. A Igreja oficial lutava para manter o domínio simbólico sob o povo e questionava a atuação evangélica, pois considerava uma contradição com a “identidade brasileira”.

A Proclamação da República proporcionou a construção de uma mudança no ambiente religioso. O Artigo 72 da Constituição Federal de 1891, no inciso 3º dizia que “todos os

indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum". O Estado brasileiro adotou o modelo de liberalismo político que protegia a propriedade, que administra a república sem o povo, misturava o público ao privado e a separação das normas da fé e das leis civis, mas isso não significou o fim de símbolos e comportamentos religiosos no universo da política brasileira. Apesar da medida republicana, a Igreja Católica manteve sua influência nos costumes populares, mas não recebiam mais dinheiro do Estado. Chantal Mouffe crê que há uma incompreensão no que tange ao postulado liberal da neutralidade do Estado.

Realmente, um estado liberal democrático, a fim de respeitar a liberdade individual e o pluralismo, tem que ser agonístico quanto aos valores políticos, uma vez que por definição ele postula certos valores éticos políticos que constituem seus princípios de legitimidade. Ademais, a noção liberal de estado secular não apenas implica a distinção entre Igreja e Estado, mas também a concepção da Igreja como associação voluntária. (MOUFFE, 2002: 20)

O conflito de ideias e a síntese *delas conduzem ao progresso da Democracia*. Este modelo de pluralismo agonístico de Mouffe resgata a importância das identidades religiosas como razão legítima para a ação e tomada de decisão de representantes de crença no parlamento. Ou seja, por mais que a constituição respalde que nenhuma religião tenha o domínio do poder estatal, por outro lado, ela não nega que a ação parlamentar possa ser orientada por valores religiosos. A identidade religiosa é construída na interação com o outro. Negar a presença e os princípios do ator religião na arena política é cometer o erro de não entender o comportamento de um importante grupo social em ascensão no Brasil contemporâneo. A instituição Igreja é uma entidade sem fins lucrativos, de livre associação de seus membros e que tem por função promover a divulgação do Evangelho e a promoção da justiça social. O Estado Democrático de Direito deve garantir a tolerância religiosa, a participação e a liberdade de consciência (religiosa) de seus cidadãos. Não há respaldo legal na Constituição Federal de 1988 e nas demais constituições republicanas que nossa nação adotou que proibissem que adeptos de uma religião não pudesse ser representados no parlamento. Entretanto, a modernidade colocou a religião como prática que deve ser exercida no espaço privado.

O que a democracia liberal requer não é a eliminação da religião da esfera pública, como defende a maioria das versões da democracia deliberativa. Na verdade, a visão agonística da democracia que delineei aqui, afirma que há um lugar para as formas religiosas de intervenção dentro do contexto do debate agonístico. O que um regime democrático liberal requer é que aquelas intervenções sejam feitas nos limites constitucionais definidos por seus princípios de legitimidade. Todavia, aqueles limites constitucionais definidos variarão de acordo com a maneira como diferentes sociedades interpretam os princípios ético-políticos que são constitutivos da democracia moderna, e o tipo de articulação hegemônica que se estabeleça entre seus componentes liberal democráticos. (MOUFFE, 2002: 27)

Regatando a ideia do Boaventura de Souza Santos sobre a ecologia de saberes, hoje precisamos promover trocas de experiências e de conhecimentos religiosos para superar as barreiras antidemocráticas que a intolerância tem apresentado dentro do ambiente escolar. Isso é reflexo da sociedade. As contribuições apresentadas pelas igrejas no campo da educação, da saúde e do esporte é o compromisso com a promoção da justiça na sociedade. Não é proibido ter representantes religiosos no parlamento ou em outras esferas de influência coletiva. Contudo, o que não pode ocorrer é a imposição de uma religião sobre as demais. Isto seria um ato de incoerência com o histórico de luta pela laicidade do Estado promovida por evangélicos no final do Império e ao longo da República no Brasil. O princípio de obediência às leis é algo observado pelos cristãos, embora a tentação da corrupção e queda sejam enormes. Caso atual e emblemático era do assembleiano e Deputado federal Eduardo Cunha que dizia “O povo merece respeito”. No entanto, ele estava envolvido com escândalos de corrupção, era membro da ‘Bancada Evangélica’ e ajudou na queda da Ex-Presidente Dilma Rousseff.

Inegavelmente, o poder de barganha eclesiástica que mobiliza votos dos fieis para eleger candidatos a fim de representar os interesses das denominações ao invés de melhoria da vida da população negra do país. Historicamente os pentecostais e neopentecostais tem baixa escolaridade e possuem um rigor maior com costumes e o amor a Bíblia sem entendimento adequado contraditoriamente sobrepõe em alguns casos, a valorização da Constituição. A representação religiosa evangélica na política do Brasil contemporâneo é em grande parte proveniente de ideias fundamentalistas. Segundo Paul Freston (2006:158):

[...] a conversão não leva automaticamente às atitudes e ações corretas em favor das transformações sociais. Mas o mais grave é que,

quando um evangélico brasileiro, tendo recebido um ensino sério na área, tenta agir de acordo, corre o risco de ser marginalizado e até disciplinado por sua igreja.

O Deputado Federal Marco Feliciano venceu a disputa pela presidência da Comissão de Direitos Humanos na Legislatura 2014-2018 fazendo oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2011, ele fez uma tuite expressando o racismo no qual “afirmou que os africanos descendiam de um ancestral de Noé”. A mensagem foi apagada, mas a repercussão foi negativa causando mal estar entre muitos evangélicos. O Estado é e precisa se manter laico, mas não é ateu. O ativismo religioso está presente na esfera da política, mas os caminhos adotados pela maioria dos políticos do segmento evangélico não promovem a equidade racial e econômica. A adoção do neoliberalismo, em especial os valores de livre mercado e empreendedorismo, esconde a realidade sobre as dificuldades de inserção e prosperidade no mundo do trabalho. No próximo capítulo, falarei da tensão religiosa misturada à questão racial em sala de aula. Realizei o estudo de caso no Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

3. ESTUDO DE CASO:

A metodologia usada foi o estudo de caso por meio de questionário discente no período diurno e vespertino, apesar de funcionar em três turnos. A instituição possui uma equipe qualificada de profissionais que compartilham o conhecimento com alunos na faixa dos 14 anos a 20 anos. Dentro das limitações espaciais, existe um grande pátio com refeitório e uma pequena quadra, na qual há uma sociabilidade entre os estudantes e com a comunidade escolar. Uma funcionária com ajuda dos pais, alguns alunos e equipe pedagógica organizam eventos culturais na escola. A cena social é: pessoas paupérrimas e de classe média que estão matriculadas como estudantes, maior parte composta pelo sexo feminino – pardas, negras e brancas. No entanto, o contato que tive com os estudantes foram nos dois primeiros turnos. Setenta e nove estudantes participaram da pesquisa. O tempo para realizar o estudo foi insuficiente para executar outras abordagens possíveis e relevantes.

A minha relação com o Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht (CEBS) começou com o estágio-docência no ano de 2014. A referida unidade pública de educação foi fundada em 1956 na rua dos Prazeres no bairro da Taquara. A instituição faz parte da Coordenadoria Metropolitana X da Secretaria Estadual de Educação. A experiência neste local foi fundamental para a minha entrada e permanência na profissão. Não fiquei somente como um simples observador, mas participei das aulas com algumas intervenções autorizadas durante as aulas. Sentir-se parte relevante do processo educativo do outro e receber a gratidão no final do ano dos discentes foi precioso. O problema de pesquisa abordado neste trabalho surgiu no diálogo com os alunos. A religião cristã e algumas resistências a conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira. Após a minha aprovação no PROFHISTÓRIA, decidi estudar o tema a fim de auxiliar os professores com estratégias pedagógicas para romper a oposição à aplicação da Lei Federal 10.639/03.

Eu tinha outros planos profissionais, pois tenho outra graduação – Ciência Política. No entanto, o meu cenário econômico conduziu-me efetivamente a área do ensino. Eu me encontrei na sala de aula, pois compartilhar conhecimento e aprender com os alunos trouxe-me grande prazer. Durante a licenciatura, tive uma professora que foi essencial para o meu amadurecimento acadêmico e pedagógico – Doutora Alessandra Nicodemos. Ela apresentou aos graduandos a existência do Mestrado Profissional em Ensino de História. Fiquei apaixonado pela possibilidade de ampliar os meus conhecimentos pedagógicos e ter a oportunidade de

desenvolver elocubrações acadêmicas que pudessem auxiliar os professores na pesquisa sobre a raça e a religião cristã evangélica.

No processo de escolha da instituição para fazer o estágio, só existia em Jacarepaguá a opção do Brigadeiro Schorcht para cumprir as horas obrigatórias. A propaganda dela foi muito grande, apesar de muitos estudantes desejarem cumprir as atividades no Colégio Pedro II. A localização da escola no centro do bairro da Taquara facilita o deslocamento de alunos, de funcionários e dos professores. Apesar disso, existem problemas sérios nas instalações e isso dificulta o exercício da docência e do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. O espaço de convivência dos alunos no recreio se resume ao amplo pátio, o refeitório e uma pequena quadra, onde acontecem a aula de educação física e apresentações teatrais.

O acolhimento da equipe pedagógica e o diálogo não-hierarquizado foi fundamental para ampliar o entendimento dos desafios vivenciados pela comunidade escolar. A questão racial e religiosa apareceu nos questionamentos de alguns alunos do segundo e terceiro ano e até mesmo durante a transposição didática das professoras titulares que acompanhei naquele período. Por contraste visual, a maioria dos estudantes era na parte da manhã era do sexo feminino e parda, mas se reconheciam como brancas do ponto de vista racial. A empatia foi a palavra chave para superar as adversidades locais. O resultado da parceria estagiário, professores e alunos gerou a aprovação de alguns estudantes no Vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de 2015. Segundo X¹¹, ex-aluna e atualmente docente do CEBS, nos anos 1970 e 1980 a instituição era uma referência na aprovação para de vestibulandos para o Ensino Superior Público.

Outro desafio relatado pela docente X era a ausência de contato com o Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira na faculdade durante a década de 1980. Apesar da implementação da lei 10.639/03 dez anos antes do meu estágio, poucos materiais didáticos tinham sido elaborados apesar do fomento acadêmico crescente sobre o tema. Luiz Fernandez de Oliveira (2012:130) no trabalho História da África e dos africanos na escola destacou que “as forças das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos aumentaram cada vez mais nos últimos anos. Os ditos “excluídos” começaram a reagir de forma diferente. Esse contexto vem atingindo as escolas, as universidades, o campo do conhecimento e a formação docente.” O tempo passou, returnei à instituição três anos após o término da graduação e o

¹¹ Omiti o nome do profissional, pois foi uma conversa informal para levantamento de dados.

processo de descolonização curricular avançou parcialmente. Atividade pedagógica como roda de conversas, apresentações teatrais sobre a periferia e musicais de origem afro-brasileiras.

A outra dificuldade é a formação docente. Em 2014, eles não sabiam como trabalhar a temática, visto que muitos profissionais não tiveram contato com disciplinas de História da África na faculdade. Hoje o Sindicato Estadual dos Professores (SEPE), faculdades e editoras de livros didáticos oferecem cursos para suprir a demanda curricular. Representatividade na mídia através de programas televisivos, canais no youtube sobre roupas e cabelos afro, a presença e participação de estagiários das licenciaturas nas aulas promovendo debates ajudaram na alteração da cena social do CEBS. É fundamental recordarmos que no início deste século, no âmbito das Universidades Públícas do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) eram as instituições pioneiras na área de ensino da referida temática. Destaco a pesquisa dos Professores Silvio de Carvalho, Monica Lima e Hebe Mattos no fortalecimento deste campo historiográfico.

O terceiro problema era e continua sendo o preconceito cultural no que diz respeito à África e o Brasil africano. O aluno possui uma cultura familiar e quando este tem contato com a narrativa sobre o passado-presente dos costumes da referida origem há dois processos que ocorrem concomitantemente: de um lado há um reconhecimento e do outro resistência que podem levar a tensões no diálogo dentro de sala de aula. Principalmente quando tratamos de alunos evangélicos de origem neopentecostais. Em 2014, por contraste visual em um levantamento informal metade das turmas (6 ao todo) do segundo e terceiro ano da parte da manhã eram evangélicos. Em 2018, havia uma pluralidade religiosa maior – católicos e evangélicos lideram análise, seguido do Candomblé e Umbanda/Espiritismo. Das três dificuldades apontadas por Oliveira e que estavam presentes naquela instituição pública em 2014, somente as duas primeiras foram superadas. A dinâmica escolar mudou e precisamos perceber os sinais que apontam essa mudança parcial.

3.1 Alterações no cenário escolar.

O ambiente escolar do CEBS possui uma “energia potencial” para o desenvolvimento de habilidades e competências cidadãs que norteiam a formação do aluno. Os professores e coordenação pedagógica dentro dos recursos fornecidos pela instituição promovem algumas atividades que auxiliam no dialogo inter-racial e inter-religioso. O projeto político pedagógico

ligado às atividades do Núcleo de Cultura “Somos Todos CEBS” fundado em 1998 auxilia no processo de descolonização da mente no campo da raça e da religião. A produtora cultural Vania juntamente com os professores e estudantes tem resgatado a herança afro-brasileira através de apresentações teatrais, de dança e de música ao longo dos bimestres. Semana da Consciência Negra, apresentações de samba e outros ritmos mostram o envolvimento dos estudantes com as atividades.

A criação de um grêmio estudantil no final de 2014 e da mudança em 2015 da Direção da instituição são fatores que auxiliaram nas transformações da rotina no ambiente escolar. Mas o contexto político de crise na educação pública estadual tornou os alunos mais críticos ao descaso governamental que afeta a formação discente. Problemas salariais dos funcionários atingiu o ano letivo dos estudantes que tiveram aulas em um calendário apertado em 2017. Os anos passam assim como os estudantes que representam os discentes são renovados anualmente mediante eleições. Logo, novas demandas estudantis vão surgindo e não necessariamente são resolvidas. Outro fator de mudança foi à expansão do movimento de células de igrejas evangélicas e manifestações de religiões matrizes afro-brasileiras mediante apresentação teatral. São situações conflituosas, mas que impactam o espaço escolar.

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criei questionários para serem aplicados aos alunos. Inicialmente eu iria entrevistar professores, no entanto tive problemas para conseguir a autorização legal para dar continuidade a pesquisa. O questionário tinha quatorze itens: Nome, o sexo e a idade para traçar o perfil dos estudantes. Como disse anteriormente o recorte do público escolar foi nos períodos matutino e vespertino. Alunos na faixa de 16 a 21 anos, mas no turno noturno a faixa etária tende a ser maior. Pessoas que fazem o NEJA e estudantes que não conseguiram ser alocados nos outros turnos ou com perfil de pessoas que estão no mercado de trabalho compõe o grupo que estuda de 18:30 às 22 horas no CEBS. O indivíduo tinha que autodeclarar qual era a sua etnia/raça. As opções eram: Branco, Amarelo, Indígena, Pardo, Preto e outro. Nesta última opção, busquei observar se tinha alguma variação na percepção racial dos alunos. No entanto, não surgiu nenhuma nova classificação.

Após apresentação dos itens de identificação biográfica. Procurei mostrar os elementos fundamentais para a pesquisa. A pergunta “Sofreu alguma discriminação racial no ambiente escolar?” norteou a segunda etapa. As opções de resposta era “não”, “não me lembro” e “sim”. Quem respondia de acordo com a última opção deveria relatar brevemente a discriminação racial no ambiente escolar. Algumas narrativas aconteceram no Ensino Fundamental e outros

no CEBS. Veremos maiores detalhes mais adiante com as consequências na vida dos estudantes. Outros itens relevantes diziam respeito à religião que seguiam e as crenças dos responsáveis a fim de traçar um perfil. Assim como no aspecto étnico, tratei da discriminação religiosa no ambiente escolar e suas consequências. Para finalizar o documento, havia as seguintes questões: primeiro, " O Colégio possui alguma atividade pedagógica (oficina, palestra, etc.) para tratar de assuntos relacionados a religião e/ raça"? Segundo, Os alunos já organizaram alguma atividade religiosa no Colégio?

Setenta e nove alunos participaram da pesquisa. Trinta e dois meninos e quarenta e seis meninas. A partir dos questionários aplicados nos turnos matutino e vespertino em Novembro de 2018, a maioria se autodeclarava branca ou preta. Possui uma formação cristã ou de religiões de matrizes africanas – Umbanda e Candomblé. A discriminação religiosa foi maior do que racial no ambiente escolar de acordo com a amostra. A instituição trabalha com um público de Ensino Médio na Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Quatro pessoas (duas meninas e dois meninos) sofreram alguma discriminação racial no ambiente escolar, não necessariamente no CEBS. A intimidação verbal foi o principal relato. Xingamentos como “macaco”, “preto” em tom pejorativo foram as palavras que apareceram. O sentimento de tristeza e total desconforto foram as consequências do fato. As citações da fala dos alunos serão apresentadas por abreviações para proteger a identidade dos menores, apesar da autorização escrita. Eis um relato de uma aluna do 3º ano que sofreu os dois tipos de preconceito racial e religioso:

Fiquei muito abalada, bastante triste. Nunca mais quis ir à escola. Eu chorava todo dia, não queria mais viver, não acreditava em mim, etc. [...] Falavam que eu não tinha que estar ali, pois a minha religião (católica) era muito ruim. J. A.

A negação da identidade afetou a autoestima e possivelmente o rendimento escolar desta aluna negra. Hoje ela tem 18 anos está concluindo os estudos, mas a história poderia ser outra com afastamento da escola. A aluna G. R. A. R., adolescente negra, relatou que sofreu perturbação diária de meninas brancas no jardim de infância. “Desde então eu me sinto desconfortável na presença de muitas pessoas brancas, principalmente mulheres”. Lidar com olhar branco opressor não é algo fácil, principalmente para crianças e adolescentes que estão amadurecendo suas emoções. Fanon afirma que *no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente*

uma atividade de negação. (2008:104) No caso masculino, H. A. é um jovem pardo e evangélico neopentecostal que se tornou tímido e sente subjugado por outras pessoas no campo do pensamento ou da ação. Palavras mexem com o inconsciente dos indivíduos e superar a dor é o objetivo deste jogo de xadrez que é a vida humana.

Quando tratamos da dimensão da fé, há uma visão distorcida sobre as identidades evangélicas. A discente Y, do 1º ano afirmou o seguinte sobre a discriminação que sofreu: “Você não pode fazer tal coisa por que você é crente. Como se eu fosse uma condenada e não podia nem cantar um rap com meus amigos”. O comportamento de julgamento advém de uma visão distorcida sobre o que o evangelho e a religião cristã evangélica. O outro relato é de uma aluna da mesma série que é Testemunha de Jeová. A estudante D. A. disse que: “a discriminação ocorreu por um ato que eu fizesse contra a minha religião sobre idolatria. A escola me pedia para cantar o hino, mas para a minha crença é uma forma de idolatria. Outras vezes, os colegas criticavam o que eu acreditava ou pensava”. A falta de conhecimento mínimo sobre a fé alheia pode causar distúrbios no ambiente escolar e disseminação de “pré – conceito” acerca do outro.

Nos exemplos de preconceito religioso, ninguém se declarou seguidor das religiões de matrizes africanas. É possível que o medo direcione o comportamento. É interessante observar que nem sempre a religião dos responsáveis é a mesma dos alunos. No questionário havia seguinte pergunta: O Colégio possui alguma atividade pedagógica (oficina, palestra, etc.) para tratar de assuntos relacionados a religião e/ raça? Sim. Peça e palestra sobre racismo, religião, capoeira, etc. Há a possibilidade implantação do ensino religioso na grade horária. Os alunos já organizaram alguma atividade religiosa no Colégio. O fato que surgiu foi a tentativa de criação de um culto a partir do movimento de células que explicarei adiante. Assim como a peça teatral que remete a experiências das religiões de ancestralidade africana.

O colégio é laico e não tem em sua grade curricular aulas de educação religiosa, porém o assunto está presente no subterrâneo da memória discente. É prudente permitir manifestações religiosas na escola? Quais os objetivos a serem alcançados ao permitirem demonstrações de fé no espaço público escolar? Os alunos que participaram da pesquisa lembraram que no início de 2018 houve a polemica das reuniões discentes na hora do recreio e no contraturno para promover orações e exposição dos valores bíblicos. Estes encontros informais fora do templo são chamados de células – pequenas unidades de cristãos que fazem parte do “corpo de Cristo” fora do ambiente físico da Igreja. Os objetivos são: evangelização, edificação por meio do conhecimento da Bíblia e da oração e desenvolvimento de relacionamentos. O crescimento é

limitado, pois a ideia é que todos compartilhem suas experiências e procurem soluções a partir das histórias do livro sagrado.

Os discentes pleitearam uma sala para fazer os encontros. Era necessário ter alguém supervisionando as atividades dentro do colégio a fim de evitar problemas de intolerância ou qualquer incidente. A Direção proibiu o encontro, após professores não aceitarem esse tipo de manifestação, pois a instituição não coadunava com nenhuma corrente religiosa. A coordenação pedagógica não sabia como reagir diante das consequências do sobrenatural. Espanto, medo ou admiração são possíveis emoções que mobilizaram aqueles evangélicos que desejavam fazer a reunião. Outro fator que influenciou a tomada de decisão foi uma tentativa de distribuição virtual de um convite para culto no CEBS e com personagens que não pertenciam ao universo escolar – poderiam chamar pastores, irmãs de oração, cantores, etc. Não tive acesso a flyer com o conteúdo, mas havia comentários sobre o assunto. Orar e falar com e sobre Deus é permitido no recreio, mas é vedado o uso de salas escolares para práticas religiosas. Não houve intolerância religiosa de fato, mas a resposta negativa foi interpretada por alguns alunos como discriminação. O tempo passou e o assunto foi resolvido.

O discurso religioso pretende fazer com as coisas: transformá-las, de entidades brutas e vazias, em portadoras de sentido, de tal maneira que elas passem a fazer parte do mundo humano, como se fossem extensões de nós mesmos. (ALVES, 2014:15)

A postura foi correta ao proibir a ida de pessoas que não fazem parte da comunidade escolar, pois a finalidade educacional não estaria sendo cumprida. A dimensão da inteligência existencial (espiritual) pode ser desenvolvida com a família ou nos espaços sagrados para cada indivíduo. Se o grupo conseguisse esta autorização, todas as outras crenças poderiam ter espaço para apresentar sua posição. Por outro lado, os alunos de matrizes africanas durante a apresentação da Semana da Consciência Negra trouxeram a religião para teatralizar. Havia um apoio institucional da coordenação pedagógica com no que tange a presença de funcionários, mas esse fato poderia ser considerado por alguns uma fonte de polêmica. A intenção do grupo teatral dos alunos era combater o preconceito, mas poderia ser interpretado como um evento religioso. Os estudantes estavam vestidos de Iabás e representavam Orixás. A quadra foi enfeitada com pinturas e vasos que remetiam a ancestralidade africana.

Havia uma entrega dos atores, no qual a ficção do teatro se confundia com a realidade daqueles alunos. Parafraseando Rubem Alves “o mundo do sagrado não é uma realidade do lado de lá (da morte ou da metafísica), mas a transfiguração daquilo que existe do lado de cá”. Um adolescente estava “em transe” durante a cerimônia, porém em determinado momento voltou ao “estado de normalidade”. Para quem assistia o espetáculo, os olhares demonstravam estranheza para uns e admiração para outros. A presença estudantil acabou sendo esvaziada em virtude do término das provas do 4º bimestre e por causa do horário – 15:30 com atrasos devidos a problemas técnicos. Na abertura do evento uma aluna citou a Lei 10.639/03 que falava sobre o Ensino de História da África para respaldar a atividade. A religião se mistura com a cultura e é uma linha tênue entre sacralizar ou demonizar atos e hábitos que envolvam o sobrenatural de teologias antagônicas. Isso pode abrir um precedente para que outros grupos religiosos possam fazer o mesmo, pois apontaria para um aspecto democrático do ethos dos discentes. Alves (2014:96) crê que “a linguagem religiosa é um espelho em que se reflete aquilo que mais amamos, nossa própria essência”.

O ensino de História auxilia o indivíduo a separar os fatos das opiniões acerca do(s) tema(s) e não deve fazer propaganda de uma crença que parte da população segue. É importante apresentar as contribuições positivas e negativas da religião na sociedade ao longo do tempo. A fé cristã é protagonista no processo descrição dos Direitos Humanos antes da difusão da herança iluminista que gerou a Idade Contemporânea. Mostra, por outro lado, o patrimonialismo religioso sobre os bens estatais e os excessos e desvios teológicos, seja dos cristãos ou outros grupos. Estes são os motivos da defesa da laicidade do Estado. O Cristianismo predomina, pois foi a crença que auxiliou na formação cultural ocidental.

Do século I ao IV, se opôs ao politeísmo greco-romano e dialogou com a cultura. Entre os séculos V ao XVIII, dominou, produziu e divulgou a cultura. O sagrado e a razão partilhavam o conhecimento, mas “as luzes filosóficas” não aceitaram harmonicamente este casamento. Desde 1789, a expansão do secularismo coloca ciência moderna em oposição a fé. No Brasil, estes efeitos se concretizaram com a implantação da República e a criação da Constituição de 1891, apesar da influência católica com o povo e os governantes. Na Nova República (1985-2016), a cada legislatura cresce o poder de grupos evangélicos em diversas áreas da sociedade, principalmente na política e na educação. A Constituição de 1988 no artigo 5º diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos”.

O aluno e o professor podem expressar sua opinião acerca das doutrinas sacrossantas, sem impor nenhum valor a outrem. Todavia, a existência do Movimento Escola Sem Partido tenta silenciar docentes sob a alegação de doutrinação ideológica. O Brasil vive uma acentuada polarização política desde as eleições de 2014 com a vitória eleitoral e posterior Impeachment de Dilma Rousseff (2016). Isto afetou o ambiente da sala de aula. No CEBS, a oposição a política de cotas existe desde os tempos em era estagiário em 2014. Porém, os docentes apontavam os fatos históricos, sociológicos e econômicos para comprovar a necessidade deste programa de governo. Além disso, a realidade de crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e a precarização das condições de ensino e de trabalho docente apontaram as lições aprendidas das desigualdades raciais e sociais no país.

A Educação Religiosa tem respaldo constitucional pelo artigo 210, inciso 1º, que propõe a matrícula facultativa e a disciplina fará parte dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. No entanto, o Governo estadual ampliou a aplicação da lei para o Ensino Médio. Foi um aceno para garantir o apoio das lideranças evangélicas na Assembleia Legislativa (ALERJ) e nas eleições. A LDB nº 9.394/1996(artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apontam epistemologias das diversas confessionalidades que devem ser observadas pelos alunos. O discurso do último documento é não-proselitista, ou seja, diversas manifestações, crenças, identidades e alteridades sagradas serão apresentadas. Todavia a expectativa pode se opor à prática, pois o docente e os alunos poderão dar ênfase a uma religião em detrimento a outra. Um diálogo interdisciplinar com História, Geografia, Ciências e principalmente com a Língua Portuguesa se tornam fundamentais para ampliar o entendimento das diversas filosofias de vida. Além de estabelecer o respeito no ambiente escolar e fora dele.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF)¹² em 2017 aprovou uma decisão que vai na contramão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao autorizar o Ensino Religioso confessional. Isto fortalece interesses católicos que desejam recuperar o rebanho perdido para os evangélicos nos últimos anos. O fato suscita reclamações em cadeia. Cristãos protestantes falam dos privilégios históricos-seculares da Igreja Católica com o Governo brasileiro. Seguidores das religiões de matrizes africanas denunciam a exclusão apesar da existência das Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 que amparam a referida ancestralidade. Voltando a

¹² <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-09/supremo-autoriza-ensino-religioso-confessional-nas-escolas-publicas>

realidade do CEBS, é importante reconhecer a alteridade de crenças sagradas no ambiente escolar. Podemos citar durante a aula de História, mas não dá para negar a relevância na construção da narrativa social para explicar a realidade do mundo.

O professor assim como a direção pedagógica tem três caminhos: primeiro, proibir qualquer manifestação religiosa. Decisão inútil, pois qualquer um pode subverter as regras por meio de símbolos religiosos no material escolar ou atrelado ao uniforme. Podem comentar o assunto intervalo das aulas, recreio e praticar atos de fé ao redor da instituição. O segundo é abrir uma roda de conversas e atividades pedagógicas com professores, alunos e palestrantes convidados para falar sobre os aspectos de cada segmento religioso. Só depois de um longo trabalho de conscientização poderá autorizar atividades de qualquer culto na instituição sob fiscalização de algum profissional da coordenação pedagógica. O terceiro caminho será convocar professores de educação religiosa para a instituição. Parafraseando Maquiavel em “O Príncipe”, a função da religião é ensinar o povo a obedecer. No caso, isto poderia ajudar a amenizar as diversas tensões dentro da instituição que vão desde as questões de identidade racial e de credo até demandas dos alunos quanto a problemas de infraestrutura.

3.2: Estratégias com alguns procedimentos didáticos:

O assunto da África e as heranças da diáspora na América do Sul durante grande parte do Século XX ficou restrito à escravidão e a raça na produção das Ciências Sociais e da História. A religião está presente no cotidiano da maioria das pessoas e o docente pode abordar a questão sobre as ações e as omissões das instituições sagradas no processo de tomada de decisão política em diferentes temporalidades. Aspectos doutrinários ficam restritos a disciplina facultativa de educação religiosa. Quando tratamos dentro de sala de aula com alunos da educação básica sobre temas relacionados às religiosidades de matrizes africanas diferentes experiências pessoais podem emergir nas intervenções que os mesmos realizam seja de reconhecimento ou de negação das consequências dos processos históricos no cotidiano. Somente um tipo de memória tende a ser valorizado pelos alunos devido aos conceitos da cultura familiar vigente principalmente no campo da religião cristã neopentecostal.

(...) Toda construção de interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (de linguagem,

conceituais, materiais etc.) de que dispõem os que a produzem. Essa construção discursiva remete, portanto necessariamente às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social. (CHARTIER, 1994:102)

É essencial pensarmos como moveremos os conteúdos previstos nas Leis Federais 10639/03 e 11.645/08. A referida metáfora simboliza a necessidade de traçar estratégias ao movimentar o conteúdo no tabuleiro espaço escolar. Cada aluno no processo de ensino-aprendizagem resgata a sua cultura familiar e apresentam resistências e/ou brechas a serem identificadas pelo docente. A linguagem usada durante o processo de transposição didática será estratégica a fim de estabelecer uma recepção positiva da informação. É importante pensar a aula como um texto nos quais professores e alunos leem e interpretam as informações a fim de gerar atitudes. Cada grupo discente procura defender sua cosmovisão perante conhecimentos que ameaçam as estruturas de suas ações e convicções religiosas ou políticas. Generalizações nos conduzem a erros quando tratamos de ciências humanas.

Alunos evangélicos com assiduidade na leitura da Bíblia e na Escola dominical tendem a desenvolver uma visão crítica com poder de argumentação que, às vezes, estão embasados nos discursos sagrados. Quando o professor afirma que a cor preta não é a cor do pecado e que a Bíblia apresenta visões positivadas sobre a África e seus habitantes, o aluno, em especial, o neopentecostal tende a se interessar pelo assunto e desmontar defesas. Por que ele tem a possibilidade de reconhecer a sua negritude dentro do ensino de história e de sua experiência religiosa. O uso da história e da imagem do professor, pastor batista e deputado federal negro José de Souza marques dos anos 1940 pode ser um procedimento didático para se aproximar desse aluno.

É muito importante lembrar ao professor que o tema religião desperta paixões variadas em sala. Deve existir uma sensibilização com a classe para fazer uma distinção entre aula de catequese e um estudo sobre as religiões. O professor deve dizer com clareza que, para o historiador, não existe uma religião mais correta do que a outra. As questões devem evitar a apologética e tentar um estudo histórico efetivo. É sempre importante frisar que há locais em que, em nome de uma concepção de Deus, as pessoas matam os adversários de outra concepção. Assim, o estudo comparativo acaba sendo um exercício fundamental da tolerância e de convivência de culturas diversas. (SILVA, 2009:213)

Na minha experiência como professor precisei lidar muitas vezes com o conhecimento superficial do aluno. Estes vivem o paradoxo da cultura escolar versus cultura familiar além de ter um comportamento diplomático no que tange ao saber ensinado e as reações apaixonadas ou de rejeição diante do conteúdo. Segundo Eliane Moura da Silva (2009:213), *como o professor também possui uma convicção pessoal (seja um católico, um evangélico, ateu ou outra) ele deve, igualmente, perguntar se sua visão das outras religiões não é estereotipada ou preconceituosa.* Diante desse perfil discente, é importante usar documentos públicos e notícias de revistas e jornais que estimule a reflexão e combata o incipiente saber sobre os conteúdos descritos na Lei 11.645/08. Contudo, há alunos que não respeitam os limites do debate. Ele é capaz de subverter valores a hermenêutica bíblica usando discursos falaciosos e de forma agressiva. Como diz Lorene dos Santos:

As práticas racistas fazem-se presentes no cotidiano escolar, de forma explícita ou velada, de uma maneira muito frequente do que em geral se supõe em uma sociedade ainda hoje alimentada pelo mito da democracia racial. Suas manifestações acontecem através dos apelidos pejorativos, em que crianças e adolescentes negros e negras ainda são chamados de “macaco”, “carvão”, “negrinho do pastoreio” e outros. [...] da rejeição às bonecas negras ou a temas relacionados à cultura africana e afro-brasileira, entre outras manifestações. (SANTOS, 2016:72-73)

Romper com a colonização mental discente é o desafio permanente do profissional da educação. Pois há no ambiente escolar, atores que resistem ao conhecimento cultural afro-brasileiro e promovem bullying com outros alunos por causa desta herança. Como também existe a possibilidade de docentes por conta da religião emitir preconceitos sobre as tradições africanas no país. Generalizações em Ciências Humanas nos levam a erros de análise. Há indivíduos que não são flexíveis a mudanças e tende a agressividade. É um opositor da política de cotas e do bolsa família. Setores do movimento neopentecostal por desconhecimento ou ascensão social mediante empreendedorismo e maior acesso ao crédito na Era Lula da Silva se colocam contra decisões políticas democratizantes. Opõe-se aos rótulos da era petista, mas não se discutem a essência dos problemas raciais, econômicos e religiosos no país. Isto se deve ao aumento da influência de youtubers, do Movimento Brasil Livre (MBL) ou do Escola sem

Partido que instrumentaliza grande parte dos alunos evangélicos, em especial os neopentecostais. Eliane Moura da Silva afirmou que:

Repensar a Religião e a religiosidade numa perspectiva da História Cultural é, acima de tudo, integrar novos códigos em que gênero, etnia, classe façam parte das formas de expressão espiritual, dos conflitos institucionais e dos novos movimentos religiosos. (SILVA,2009:214)

O método da analogia das práticas religiosas poderá ser um caminho para mudar o entendimento desse tipo de indivíduo. Há uma classe de alunos que capta o conteúdo e estabelece um saber histórico ensinável equilibrado entre o discurso do professor e o dos estudantes. Essa peça poderosa influencia toda a turma. Eles usam o poder carismático para estabilizar ou desestabilizar a turma perante o conteúdo ensinado. A consciência discente pode ser ampliada se houver algum tipo de identificação com a narrativa histórica apresentada em sala. Ele poderá não participar da mudança por motivos egoístas. No que tange ao assunto da escravidão africana e racismo no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, os lugares de memória direcionaram os alunos a pensarem questões do passado e suas consequências no presente: a existência de favelas e a pouca presença de discentes negros naquela sala de aula dentro da escola. “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. (POLLAK, 1992:202)

Segundo Ana Lúcia Araújo (2009:129), “hoje em dia, estudar a memória da escravidão significa trabalhar na ausência da figura da testemunha, aquela que viveu a experiência dos fatos narrados”. A produção historiográfica sobre escravidão e pós-abolição no Brasil tem crescido após a obrigatoriedade da lei que versa sobre o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira. Todavia, a luta para valorizar a ancestralidade africana continua. Lembrar que os descendentes da diáspora africana no Brasil passaram por longo caminho até alcançarem a cidadania, vide a mobilização da Frente Negra Brasileira durante a República Velha e na Era Vargas ou o Teatro Experimental do Negro liderado pelo Abdias Nascimento. Os desafios permanecem, pois constituem a parcela da sociedade que continuam marginalizados e são assassinados nas periferias do país.

A exigência de verdade própria da atividade histórica transformou-se em exigência social de reconhecimento, em políticas de reparação, em discursos de desculpa e de “arrependimento” em relação às vítimas das grandes catástrofes recentes. Foi nesse contexto que se desenvolveu uma nova história do tempo presente, chamada, logo depois de instituída, a responder aos desafios da amnésia de um passado próximo enunciado em sua versão mortífera, às necessidades da reparação que exige muita perícia, às exigências de um discurso onipresente sobre a memória, termo que perdeu pouco a pouco em clareza à medida que o fenômeno ganhava em importância. (ROUSSO, 2016: 30)

Na agenda do ensino de História da África e cultura afro-brasileira, é mister que se aborde o assunto da raça. Ser pessoa negra no Brasil é lutar constantemente contra o preconceito da sociedade, da Polícia e da mídia. A batalha não se limita a cor da pele, mas ultrapassa os limites da linguagem. Geralmente as pessoas ao falarem de algo negativo que aconteceu usam termos como: a coisa está preta; uma nuvem negra (problemas) chegou; ovelha negra (pessoa considerada um outsider/desprezível); o humor negro (uso de palavras de baixo calão); denegrir (enegrecer/manchar/infamar) e o pior de todos: a pessoa é negra, mas é chamada de morena, escurinha ou mulata (cor de mula, como era usado no Século XIX) etc. Essa naturalização linguística sem camuflagem reforça estigmas originados no período colonial. Os educadores têm o dever de ensinar aos alunos que aqueles termos constituem um rebaixamento moral da identidade afro-brasileira. Eis alguns procedimentos didáticos que poderão auxiliar o docente no processo de transposição didática a fim de descolonizar a mente.

3.2.1 PROCEDIMENTO DIDÁTICO 1

Público alvo: 2º ano.

Conteúdo: Escravidão no Brasil – século XIX - comparada aos dias atuais.

Tempo de aplicação: Dois tempos de aula serão suficientes para executar o programa. Organizar as carteiras no formato circular para estabelecer melhor contato visual entre os participantes da atividade que inicialmente será individual. Passar em Datashow um trecho do documentário “Quanto vale ou é Por Quilo”? e Escrever no quadro as questões. Primeiro você já sofreu algum tipo de preconceito? Caso não tenha sido alvo do preconceito, já falou preconceitosamente de alguém? Segundo, identifique o tipo e explique o caso no seu caderno. Terceiro, a partir do vídeo, você observa quais são as permanências e as rupturas na sociedade

brasileira em relação ao racismo e a condição da população negra? Quarto, o que você e a sua turma podem fazer para acabar com as intolerâncias no ambiente escolar? No final, os alunos farão apresentações e debateram o tema relacionado com a atualidade. Como atividade para casa, eles escreverão uma redação para entregar na aula seguinte sobre os conhecimentos adquiridos. O objetivo é coibir práticas racistas presentes na sociedade brasileira.

Em um tempo de aula, o professor poderá usar a matéria de jornal Extra exposta por essas imagens para fazer reflexões com a turma sobre o passado-presente do racismo e da violência no Brasil. Após o debate, os alunos se dividirão em grupos. Eles farão em casa cartazes sobre o assunto indicando possíveis soluções. Eles usarão alguns critérios estabelecidos pela professora Verena Alberti para lidar com a fonte:

- O que é, quando foi produzida e suas intenções?
- O que as imagens dizem sobre os personagens? Quais as permanências e as rupturas podemos inferir acerca do tratamento dado aos indivíduos presentes na imagem?
- Quais são as causas e consequências da manutenção da violência para as relações raciais?
- Qual a relevância da matéria para a educação das relações étnico-raciais?

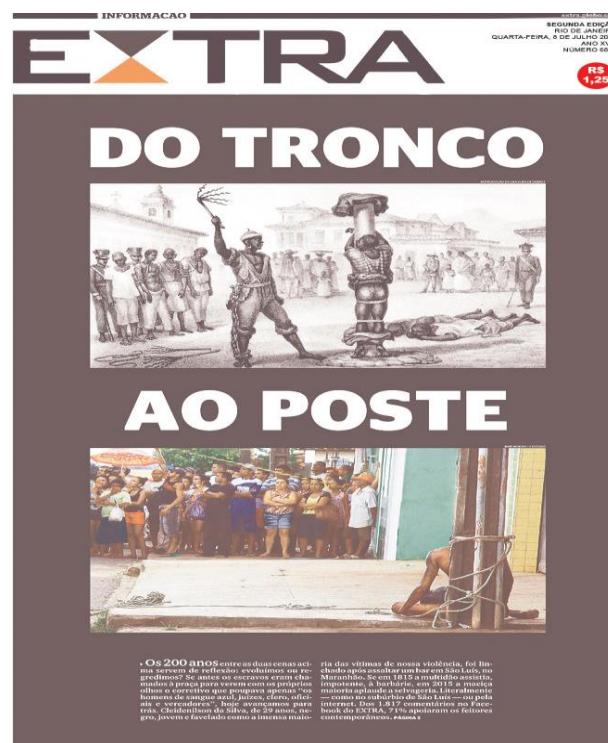


Figura 1:Jornal Extra, 8 de Julho de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/chicoalencar/posts/692232890878965/>. Acesso em: 12/08/2018.

Texto na capa do Jornal Extra: Os 200 anos entre as duas cenas acima servem de reflexão: evoluímos ou regredimos? Se antes os escravos eram chamados à praça para verem com os próprios olhos o corretivo que poupava apenas “os homens de sangue azul, juízes, clero, oficiais e vereadores”, hoje avançamos para trás. Cleidenilson da Silva, de 29 anos, negro, jovem e favelado como a imensa maioria das vítimas de nossa violência, foi linchado após assaltar um bar em São Luís, no Maranhão. Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente - como no subúrbio de São Luís - ou pela internet. Dos 1.817 comentários no Facebook do EXTRA, 71% apoiaram os feitores contemporâneos.

3.2.2 PROCEDIMENTO DIDÁTICO 2

Público alvo: 3º ano.

Conteúdo: Nova República.

Tempo de aplicação: Dois tempos de aula será suficiente para executar o programa.

Organizar as carteiras no formato circular para estabelecer melhor contato visual entre os participantes da atividade que inicialmente será individual.

Avaliação: Criação de vídeo sobre o conteúdo apresentado.

Passar em Datashow a música evangélica de Hip Hop - “Fim Dos Tempos” do DJ Alpiste. O professor deverá fazer uma contextualização histórica da música e dos fatos ocorridos. Abrir o debate para falar do Brasil contemporâneo. Os objetivos são: primeiro, identificar os problemas sociais do Brasil fruto das desigualdades sociais numa perspectiva da periferia e da realidade afro-brasileira, em especial cristã evangélica; segundo, entender a política do Brasil contemporâneo. Terceiro, Mostrar que a religião interage com a cultura. Neste aspecto, o professor deverá que este procedimento didático auxilia na historicidade deles enquanto brasileiros e como o Deus cristão interage com a humanidade. Isso possibilitará uma visão crítica sobre as transformações históricas que o ser humano fez ao longo do tempo. O docente pode fazer uma roda de conversas para ouvir os discentes sobre as narrativas acerca do sofrimento cotidiano e como as religiões influenciam o processo. Quarto, Propor soluções práticas para mudar a realidade no qual os alunos estão inseridos. Eles usarão alguns critérios adaptados e estabelecidos pela professora Verena Alberti para lidar com a fonte.

a) O que é, quando foi produzida e suas intenções?

b) Quais são as causas e consequências da manutenção da violência para as relações raciais? Identificar os problemas sociais brasileiros descritos na música. Entender a historicidade da exclusão social.

c) Qual a relevância da música para a educação das relações étnico-raciais e para o contexto religioso?

Fim Dos Tempos

DJ Alpiste

(Dj Alpiste)

Seja bem vindo a mais um dia da sua vida
Não é fácil pra quem mora na periferia
Se esquivar do mal toda hora todo dia
Perigo é deixar a cabeça vazia
Logo vem um sentimento de revolta
Parece que todo mundo te deu as costas
A falta de grana e o preconceito
Aumenta a rebeldia dentro do peito
Querer ter o que não se pode comprar
Enquanto muitos tem pra ostentar
Emprego ta difícil não ta fácil pra ninguém
Muita gente quer, mas pouca gente tem
Tem mano que estuda e não consegue
terminar A faculdade é cara só playboy
pode pagar
Na rua eu vejo muitos se perdendo
Droga, bebida no crime se envolvendo
Jesus está voltando esse é o sinal dos
tempos
Só vai ficar pior se liga da um tempo
O princípio do fim começo do tormento
Se arrependa antes do julgamento
(refrão)

O clima tá tenso

Nego eu lamento

Pra todo lado é dor e sofrimento

O mundo rodou, mudou e rodou

Uol,aha!

O fim dos tempos chegou!

(Pregador Luo)

Veja só o que virou o paraíso que Deus
criou

Na mão do ser humano o bagulho esfarelou

Morreu o sonho lindo da vida em harmonia

Contagem regressiva para o fim dos dias

Ricos em mansões pobres aos milhões em
periferias

Gambia na viatura te olhando com raiva

Ladrão fazendo plano pra roubar outra casa

Crente de joelho orando pedindo a graça

Politico caô vivendo de trapaça

O país do futebol sonhando com outra taça

Sintetizando tudo

Forma o fim do mundo

Povo surdo não vê a voz da razão

Povo cego não vê a própria destruição

Cala a boca muleque fica quieto engole o
choro

A mãe grita no farol com o filho cheio de
piolho

Não vai ser como medicina a cura desse câncer
Só com interversão divina
Quem vem de cima
O mundo roda mas uma hora vai parar
Eu to contando os dias pro céu abrir e Jesus Cristo voltar
(refrão)
O clima tá tenso
Nego eu lamento
Pra todo lado é dor e sofrimento
O mundo rodou, mudou e rodou
Uol,aha!
O fim dos tempos chegou!
(Dj Alpiste)
Se você acha que o crime não compensa fala sério?
Se o seu nome tivesse na lista do Marcos Valério
Mamãe quando crescer quero ser deputado
Pra roubar e voltar no próximo mandato
Quem é mais bandido decide você
O congresso nacional ou PCC
O povo tá com medo da violência mais voto a favor do armamento
Então pára e pensa
Clinica pra recuperação de dependente
Só recebe ajuda de crente
Cadê a grana da saúde, da habitação, da segurança e da educação
Foi parar em uma de um paraíso fiscal
Graças ao Maluf, o Pita e o Lalau
E você tiver esporte na mão do coiote

E atravessar a frontera da América do Norte
Peça a Deus pra te guiar e não te abandonar
Porque com certeza você vai precisar
Quando uma luz brilhar e o fim se aproximar
Quando Jesus Cristo voltar
(refrão)
O clima tá tenso
Nego eu lamento
Pra todo lado é dor e sofrimento
O mundo rodou, mudou e rodou
Uol, aha!
O fim dos tempos chegou!

Composição: DJ Alpiste / participação Especial Pregador LUO

3.2.3 PROCEDIMENTO DIDÁTICO 3

Público alvo: 3º ano.

Conteúdo: Revolta da Chibata e a questão racial.

Objetivos: Refletir sobre o preconceito racial e social no início do Século XX no Rio de Janeiro e comparar com os dias atuais. Entender como o humor pode ser um instrumento de difusão de intolerâncias. Mas também é uma fonte histórica para compreender os valores de uma sociedade.

Tempo de aplicação: Um tempo de aula será suficiente para executar o programa.

Organizar as carteiras no formato circular para estabelecer melhor contato visual entre os participantes da atividade em grupo.

Avaliação: Criação de vídeo sobre o conteúdo apresentado.

Atividade após exposição da matéria: Analisar a charge identificando quem escreveu, aspectos de classe social, gênero e raça dentro do contexto do Rio de Janeiro do início da década de 1910. Os alunos farão debates visando relacionar com o contexto atual de onde vivem. No final, farão pesquisa por meio de seus smartphones outros exemplos de luta e conquista da população negra no Brasil republicano e montarão cartazes contendo palavras que representem mudança da realidade atual no que tange as características citadas inicialmente.



Figura 2: Charge de Leo, O malho, 03/09/1910. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica/carollina_dantas.pdf Acesso em: 20/09/2018.

3.2.3.1 Arcabouço Teórico do Procedimento Didático 3

A República brasileira buscava modernizar o Estado e embranquecer a nação mestiça na virada do Século XIX para o XX. As elites brancas no poder com apoio de intelectuais ansiavam para apagar a herança escravista através obras públicas de modernização do Rio de Janeiro e criação de novas cidades como, por exemplo, Belo Horizonte. Do ponto de vista jurídico, a negação da cidadania ocorreu por meio da Constituição de 1891. Uma nação majoritariamente negra e sem acesso a escolarização não podia votar, por causa do analfabetismo. A partir do Decreto Federal N.º 528, de 28 de Junho de 1890, inciso 1º, o Presidente e Marechal Deodoro da Fonseca autorizava a entrada de imigrantes fundamentalmente brancos promovendo o racismo institucional.

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á ação criminal do seu país, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

A entrada de mais de quatro milhões de estrangeiros brancos europeus com ou sem a subvenção do Governo visava diluir os traços genéticos africanos e indígenas mediante miscigenação. Essa era a ideia dos intelectuais brasileiros influenciados pelas ideias de Gobineau, como por exemplo, João Batista de Lacerda, representante do Museu Nacional no Rio de Janeiro, que em 1911 em um Congresso Universal das Raças em Londres defendeu a teoria de desaparecimento dos caracteres fenotípicos negroide a partir da mistura racial no qual o branco seria dominante. Entretanto, estudos genéticos atuais comprovam o inverso da ideia por ele defendida. Por outro lado, havia a luta da população negra brasileira por melhores condições de vida. A eleição de Manoel da Motta Monteiro Lopes, o primeiro deputado federal negro, representante dos trabalhadores e apoiador da Revolta da Chibata (1910) foi um marco importante na luta antirracista no início do Século XX. Este personagem sofreu grandes perseguições políticas dos jornais e da comissão eleitoral que negava sua diplomação em eleições anteriores. Além de apoiar a presença estratégica de negros na política do Rio de Janeiro. Segundo Carolina Vianna Dantas,

O deputado decidiu, então, unir em uma só comemoração dois acontecimentos: o aniversário da abolição e a sua posse. Monteiro Lopes compreendeu a sua diplomação, depois de intensa e inesperada mobilização, como parte daquele movimento pela liberdade dos negros iniciado ainda no século XIX, que culminou no dia 13 de maio de 1888. Creio que tenha se esforçado muito para que a sociedade também percebesse os acontecimentos associados dessa forma. Unir a abolição e sua posse em uma só comemoração era estabelecer seu lugar na história da luta liberdade pela liberdade no Brasil. (DANTAS, 2008: 53).

A referida experiência pode ser trabalhada em sala de aula para refletir sobre as dificuldades e os sucessos que o homem negro sofre ao ascender socialmente. O professor poderá estabelecer conexões do Deputado com o líder João Cândido¹³ que era negro e se tornou

¹³Disponível em: www.metodista.org.br/joao-candido .Acesso em: 08/09/2018.

evangélico da Igreja Metodista em São João de Meriti. O processo de comparação das narrativas do passado e do presente ajudará a turma a perceber algumas permanências e rupturas comportamentais promovidos pela mídia da Primeira República e a atual. A hemeroteca digital da Biblioteca Nacional apresenta algumas charges sobre Monteiro Lopes registrados nas Revistas O Malho e Fon Fon. Os alunos terão oportunidade de ter contato com fonte histórica escrita e visual. O procedimento didático poderá ser a promoção de debate com turmas do nono ano do Ensino Fundamental II e/ou do terceiro ano do Ensino Médio problematizando as narrativas pejorativas registradas nos documentos.

3.2.4 PROCEDIMENTO DIDÁTICO 4

Público alvo: 2º ano.

Conteúdo: A escravidão, o Cristianismo e o Segundo Reinado.

Tempo de aplicação: quatro tempos de aula será suficiente para executar o programa.

Organizar as carteiras no formato circular para estabelecer melhor contato visual entre os participantes da atividade em grupo.

Fonte: Versos citados por Mahommah Gardo Baquaqua, um nativo negro de Zoogoo, cuja origem é islâmica. Ele foi escravizado e enviado ao Brasil e posteriormente viveu nos EUA, onde adquiriu sua liberdade com apoio de um Pastor da Igreja Batista em Nova Iorque - Reverendo L. Judd. Além da narrativa sobre o navio negreiro.

Objetivos: Entender como era a vida de uma pessoa escravizada. Conhecer a situação precária na qual os africanos eram submetidos a partir do sequestro na África e seu envio para o continente americano. Analisar a influência da religião na vida do indivíduo e como ela influencia a tomada de decisão.

Avaliação: Criação de vídeo sobre o conteúdo apresentado.

Eles usarão alguns critérios adaptados e estabelecidos pela professora Verena Alberti para lidar com a fonte.

- a) O que é, quando foi produzida e suas intenções?
- b) Quais são as causas e consequências da manutenção da violência para as relações raciais?

c) Qual a relevância dos textos para a educação das relações étnico-raciais e para o contexto religioso?

Fonte 1: Discurso de Baquaqua transscrito pela professora da Faculdade teológica K. King. Qual é a ligação entre a escravidão e a mensagem do Cristianismo presente na fonte? O que representava a África para o Mahommah Baquaqua?

Versos citados por Mahommah

*Você não pode esperar por alguém da minha raça,
Com cabelo de lã e rosto refinado,
E um escasso raio de conhecimento
Para conquistar amigos na faculdade.
Mas farei o melhor que posso,
Provando que anseio ser como um homem.
“É verdade, meus membros foram marcados pelos grilhões”,
Estas marcas em minhas costas são os sinais do verdadeiro flagelo que suportei,
Mas estes não foram o verdadeiro poder do tirano
E que fizeram meu coração se acovardar.
Não! que fosse livre como quando eu julgava,
Sob a sombra das minhas palmeiras nativas.
Oh! África, minha terra natal,
Quando reencontrá-la, humildemente ficarei de pé,
Sob a bandeira do meu Deus,
E conduzido por sua Santa Palavra?

Quando avistarei a vara do opressor
ser arrancada de sua mão, Deus Misericordioso?
Oh! quando hei de ver meus irmãos,
aproveitarem as doçuras da liberdade?

Amigos do escravo esmagado e ensanguentado,
peçam a Deus piedade! Por Deus a sua salvação!!!
Porque toda a ajuda a este homem será vã,
desde que o homem leve o homem a forjar sua cadeia.
Oh! Pai justo, somente tu és justo,
A ti eu volto meus olhos, a ti confio.
Oh! poderá tua unção, seu espírito gracioso
Ouvir os gemidos do africano, as preces do africano,
Até o teu trono impecável que está sobre nós,
Onde tudo é gozo, paz e amor,
Pela graça de Jesus, Oh! salvai os oprimidos,
E deixai que suas almas encontrem descanso no Paraíso.*

Figura 3: BAQUAQUA, Mahommah Gardo. 1824? – 1857? Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África/ tradução Luc ciani M. Furtado. São Paulo: Uirapuru, 2017.

Fonte 2: Visão de Baquaqua sobre a África e a questão da raça e da religião a serem problematizados em aula. Quem ele queria salvar? Quais aspectos de uma mente colonizada podemos verificar nesta fonte escrita?

A África é rica em todos os aspectos (exceto no conhecimento). É necessário o conhecimento do homem branco, mas não os seus vícios. A religião do homem branco é necessária, mas mais do que isso, é preciso mais do espírito da verdadeira religião como a Bíblia nos ensina “o amor a Deus e amor ao homem”.²¹ Quem vai até a África? Quem levará a Bíblia até lá? E quem ensinará aos pobres e ignorantes africanos as artes e as ciências? Quem fará tudo isso? Respondam rapidamente e que esta seja cheia de vida e energia! Permitam que o comando do Salvador seja obedecido. “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho”.²² Salvem todos aqueles que estão perecendo por falta de conhecimento. Você tem o poder de suprir a falta desse conhecimento. Não hesite, pois agora é a hora e o tempo é aceitável “a noite vem, quando ninguém pode trabalhar”²³ e o dia (o nosso dia) está diminuindo rapidamente. Oh, amigos cristãos sigam sempre à frente.

²¹ Referência ao Livro de *João* 4: 16. (N. T.)

²² Referência ao Livro de *Marcos* 16: 15. (N. T.)

²³ Referência ao Livro de *João* 09: 04. (N. T.)

Figura 4: BAQUAQUA, Mahommah Gardo. 1824? – 1857? Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África/ tradução Luc ciani M. Furtado. São Paulo: Uirapuru, 2017.

Fonte 3: Relato de Baquaqua sobre o navio negreiro.

O navio negreiro

Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desafortunado, o mísero infeliz que foi confinado em seus portais. Oh! Amigos da humanidade, coitado do africano, que foi afastado de seus amigos e de sua casa, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro, para aguardar ainda mais horrores e misérias em uma terra distante, entre religiosos e benevolentes. Sim, até mesmo em seu próprio meio. Mas, vamos ao navio! Fomos empurrados para o porão totalmente nus, os homens foram amontoados em um lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos nos levantar, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Dia e noite eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga.

Oh! A repugnância e a sujeira daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não; enquanto memória mantiver seu assento neste cérebro distraído, eu vou me lembrar daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto.

Que aqueles “indivíduos humanitários”, que são a favor da escravidão, permitem a tomar o lugar do escravo no porão pernicioso de um navio negreiro apenas por uma viagem da África à América, sem experimentarem mais que isso dos horrores da escravidão; se não saírem abolicionistas convictos, então não tenho mais a dizer a favor da abolição. Mas, acho que suas opiniões e sentimentos relativos à escravidão serão alterados de algum modo. Se não, deixem-nos continuar no curso da escravidão, e cumprir seu tempo trabalhando em um campo de algodão, arroz ou outra plantação. E então, se não disserem pare, basta! acho que devem ser feitos de ferro, sequer possuindo corações ou almas. Imagino que, em toda a criação, haja apenas um lugar mais horrível que o porão de um navio negreiro, e esse lugar é aquele onde os proprietários de escravos e seus desprezíveis bajuladores são os mais propensos a se encontrarem algum dia quando, infelizmente, será tarde demais, demais, tarde demais!

A única comida que tivemos durante a viagem foi milho encharcado e cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados, mas pareceu ser um longo tempo. Sofrímos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho²⁵ por dia era tudo que nos permitiam e nada mais. Um grande número de escravos morreu durante o percurso. Houve um pobre homem que ficou tão desesperado pela sede que tentou roubar a faca do homem que nos trazia água. Foi levado ao convés e eu nunca mais soube o que lhe aconteceu. Suponho que foi jogado ao mar.

²⁵ O “quartilho”, “pinto” ou “pinta” (*pint* em língua inglesa), é uma unidade de medida pré-métrica de volume, que equivaleria cerca de 0,665 litros, e que foi usada tanto na Europa continental (inclusive em Portugal), como no sistema inglês ou imperial de medidas. (N. T.)

3.2.5 PROCEDIMENTO DIDÁTICO 5

Público alvo: 3º ano.

Conteúdo: Abolição da Escravidão no Brasil e os evangélicos.

Objetivos: Discutir o papel da religião cristã em relação a escravidão – Igreja Católica legitimava em oposição as poucas Igrejas históricas (especialmente Presbiterana) que se estabeleceram no país e fizeram oposição à escravidão. Identificar os discursos religiosos a favor e contra a escravidão. Registrar como a questão racial era tratado nas Igrejas no passado e no presente.

Tempo de aplicação: Um tempo de aula será suficiente para executar o programa.

Organizar as carteiras no formato circular para estabelecer melhor contato visual entre os participantes da atividade que inicialmente será individual.

Avaliação: Redação sobre o assunto de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

Eles usarão alguns critérios adaptados e estabelecidos pela professora Verena Alberti para lidar com a fonte.

- a) O que é, quando foi produzida e suas intenções?
- b) Quais são as causas e consequências da manutenção da violência para as relações raciais?
- c) Qual a relevância dos textos para a educação das relações étnico-raciais e para o contexto religioso?
- d) Qual é o papel das Igrejas Evangélicas no final do século XIX no que tange a escravidão?

Fonte 1: PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã e suas relações com a escravidão. Sociedade brasileira de tratados evangélicos. São Paulo, 1886. Páginas 7 e 36.

E' mister que a imprensa clame e não cesse, que levante como trombeta a sua voz e denuncie ao povo a monstruosidade deste peccado nacional, que já não tem para o attenuar a ignorancia dos seculos de trevas.

E' mister que se diga com franqueza aos senhores de escravos o quanto ha de offensivo ás leis de Deus e da humanidade, o quanto ha de vil na vergonhosa exploração de uma raça que tem tanto direito, como qualquer outra, á liberdade que Deus lhe deu.

Clama rei e denunciarei aos novos filhos de Israel esse crime que mancha ainda o seio das egrejas evangelicas do Brazil, com grandissimo detimento do Evangelho.

E emquanto a justiça falar por minha bocca, minha voz terá a mesma auctoridade que a do Propheta, porque a voz da justiça é a voz de Jehovah.

Figura 6: PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã e suas relações com a escravidão. Sociedade brasileira de tratados evangélicos.

Ouve-me, pois, com paciencia, prezado irmão, se é que possues escravos. Impelle-me o desejo de teu proprio bem, tanto quanto a compaixão pela raça expoliada.

I.^o Tu professas ser christão, por conseqüente respeitador das leis de Deus, quer sejam elles escriptas nas paginas das Escripturas, quer gravadas nas taboas de teu coração.

Pois bem, nunca attendeste á *manifesta incompatibilidade que ha entre essa profissão de fé e o captiveiro que mancha tua casa?*

Se ate aqui procuravas confusamente adormecer tua consciencia em algum texto isolado da Escriptura, creio que já te convenceste do absurdo e sacrilegio de semelhante tentativa. Não ousarás mais invocar S. Paulo como advogado da escravidão.

Se a religião, portanto, que professas, condemna o captiveiro, *escolhe* entre ella e os escravos que possues. Ou guarda teus escravos, e continua aproveitar do suor do rosto do teu proximo, e, neste caso, imitando o exemplo dos^{*}gadarenos, pede a Jesus que se retire de tua casa; ou então, restitue a teus escravos a liberdade roubada e declara por esse acto que não és um mero hypocrita.

Figura 6 (continuação): PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã e suas relações com a escravidão. Sociedade brasileira de tratados evangélicos.

CONCLUSÃO

Estimular o respeito a fé alheia sem distinção de raça e de sexo é o desafio que os professores de História e de outras áreas enfrentam ante ao crescimento da população evangélica no país. A sala de aula é um espaço social onde lidamos com as demandas da sociedade e legitimar ou não o discurso neopentecostal é a encruzilhada na qual o profissional da educação se encontra hoje. Inegavelmente o legado das obras sociais nas favelas através do esporte, da música e reforço escolar são aspectos positivos dessa crença. No entanto, a demonização de outras interpretações sagradas e em certa medida a desvalorização cultural da África são características a serem debatidas na escola com o apoio dos pais e de uma equipe interdisciplinar. A finalidade é promover a tolerância religiosa e uma educação para as relações étnico-raciais. A consequência será a descolonização mental. A negritude e a ancestralidade africana possuem uma diversidade que promove a riqueza das tradições e dos fenótipos no Brasil. Apresentar novas epistemologias na referida disciplina escolar em diálogo com diversas correntes religiosas promoverá a valorização democrática da pluralidade de crenças existentes na sala de aula. Inegavelmente a religião está presente na escola pública, mas ela não pode dirigir a instituição sob pena de ferir a laicidade do Estado.

Após a década de 60, os evangélicos brasileiros já não eram os mesmos. As graves crises internas haviam deixado marcas profundas. O espírito de cooperação intereclesiástica, como manifestação de unidade cristã, descera aos mais baixos níveis. O mesmo acontecerá no que se refere à produção intelectual. Os evangélicos já não se viam como uma comunidade alternativa capaz de mudar o curso da História. Aderir às propostas seculares (à direita ou à esquerda) tornava-se a norma. Em ambos os lados perdera-se a crença na democracia liberal (antigo apanágio protestante), substituída pela preferência por modelos autoritários. Percebe-se um ranço de preconceito em relação à atividade política. (CAVALCANTI, 2002:217)

A Ditadura Civil Militar Empresarial (1964-85) e a conjuntura política internacional da Guerra Fria influenciaram diretamente no pensamento dos evangélicos brasileiros. Perseguição aos membros e líderes que faziam oposição ao governo constituem um dos capítulos tristes da narrativa desse grupo religioso. A demonização da política e do discurso da falta de ética nortearam o posicionamento dos (neo)pentecostais, no entanto a representação parlamentar

cresce em cada legislatura desse grupo no Congresso Nacional desde 1986. O escaneamento da situação racial no ambiente religioso reflete na sala de aula. O discurso da maldição de Cam associado a mentalidade de embranquecimento é reproduzido por parte dos alunos evangélicos que hoje ocupam a classe média e a pobre nacional. O perfil narrativo deste grupo segue a valorização dos elementos culturais dos países europeus e dos EUA. O centenário da Abolição da Escravidão no Brasil em 1988 trouxe a tona questões de acesso ao processo de tomada de decisão da população negra dentro do ambiente eclesiástico e o seu papel na História nacional. Igrejas Históricas, a saber Metodistas, Luteranos e Anglicanos, criaram o setor para tratar das desigualdades étnicas dentro das denominações. A emergência da Teologia Negra valoriza as reivindicações raciais e sociais dos mais desfavorecidos economicamente. Paralelamente a disciplina História voltou para o currículo escolar em substituição às matérias de Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil.

A Constituição de 1988 é a carta magna que vigora no país e garante a preservação da memória ancestral africana e indígena. Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil registrado no artigo 3º é promover o bem de todos sem preconceitos de cor, raça, entre outros. Além disso, no artigo 4º mostra o compromisso internacional com os Direitos Humanos e o repúdio ao racismo. Nos artigos 215 e 216, a proteção dos bens culturais afro-brasileiras é uma obrigação legal do Estado. A criação de políticas públicas para extinguir as desigualdades étnicas e valorizar as diferenças culturais. Este avanço legislativo é consequência da atuação dos Movimentos Negros no país, pois identificaram demandas que questionavam o mito da democracia racial. Registrar, examinar e organizar os múltiplos conhecimentos sobre o passado e o presente da herança africana é um desafio para os docentes e alunos em sala de aula. Resgatando o pensamento de Boaventura de Souza Santos é essencial criar uma epistemologia do Sul. Ou seja, saberes adquiridos pela experiência social dos países que outrora foram dominados pelo colonialismo europeu. Entender que a pobreza no Brasil tem aspectos ligados à raça fruto da escravidão.

Universidades, pareceres técnicos do Governo, movimentos sociais validam os conhecimentos multiculturais que resistiram com êxito à influência europeia. Ao longo da década de 1990, o avanço neoliberal influenciou a educação pública na construção curricular voltada para o trabalho e o ambiente neopentecostal com a “teologia da prosperidade”. Apesar disso, a lógica da reparação social e racial era uma pauta presente na agenda política nacional. Durante o Primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), uma Marcha foi organizada para denunciar o racismo estrutural no país. Era necessário enunciar leis que

orientassem a promoção e o bem estar dos afrodescendentes. Em 2001, o Itamaraty enviou representantes para a Conferência de Durban na África do Sul para pensar a governança e a conduta necessária de combate à xenofobia e a discriminação étnica. Encontrar caminhos convergentes que promovessem estratégias antirracistas principalmente na educação e inserção no mercado de trabalho. A criação da política de ações afirmativas na Era Lula da Silva e aprovação de Leis federais – 10.639/03 e 11.645/08 – é considerado uma conquista curricular e política importante para a promoção do respeito à diversidade cultural e religiosa. Entretanto, aplicação dos conteúdos de ancestralidade africana esbaram no preconceito e na resistência de setores conservadores na mídia, no Congresso Nacional e principalmente no campo da fé. Diante disso nos cabe pensar o papel da memória neste processo.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vívido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993: 9).

O trabalho de investigação histórica buscou mostrar um panorama da questão religiosa e racial na sala de aula do Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Taquara, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Refleti sobre a relação do Cristianismo Evangélico Pentecostal com o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira em sala de aula. Além de verificar como a memória do legado africano se faz presente no cotidiano dos alunos. Apesar do Estado ser oficialmente laico, a presença religiosa na educação é respaldada pela Constituição, LDB e BNCC. A memória retém, renova e reelabora conhecimentos adquiridos pela mente humana ao longo do tempo. Ela se mantém viva, por causa da fala recorrente sobre o assunto escolhido. Consequentemente a informação fica gravada no pensamento.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992:204). Os alunos no espaço escolar tem a oportunidade de tomar

consciência sobre quem são e saber qual a sua relevância e tarefa dentro da sociedade. Nesse sentido, o ensino de História, em especial da África e Cultura Afro-brasileira ajudam os discentes nesse processo de entendimento das suas práticas sociais e como indivíduos pertencentes à nação brasileira. Infelizmente o professor e o historiador não possuem uma máquina do tempo para visitar diferentes temporalidades e tentar construir a narrativa dos fatos efetivamente como ocorreram. Talvez isso, não seria possível, pois outros discursos alternativos poderiam aparecer. A riqueza esta na dinâmica cultural.

No primeiro capítulo, procurei mostrar um panorama dos Evangélicos brasileiros com relação à raça e a educação na República. A presença evangélica na educação foi fundamental para a laicização do Estado brasileiro. Neste processo temporal apontei a chegada e estabelecimento dos missionários pentecostais no país e a atuação política e social. Apresentei como os neopentecostais e a teologia da prosperidade influenciam no pensamento social dos alunos que seguem a referida crença. A consequência da evangelização foi se tornar a religião que contem a maior parcela da população negra de acordo com os dados do IBGE de 2010. Destaquei que na Nova República efetivamente surge o Movimento Negro Evangélico que tem ajudado a pensar o tema da fé e da etnicidade seja no ambiente eclesiástico ou na escola. Além disso, tracei breve um percurso até a aprovação da lei 10.639/03 que inclui História da África e Cultura afro-brasileira no currículo.

No segundo capítulo, tratei da Raça, Neopentecostalismo e laicidade na sala de aula. Fiz um resgate historiográfico sobre as produções que tratava do assunto, além de fazer um debate conceitual aplicado a realidade do Ensino de História. A mobilização de um arcabouço teórico decolonial para compreender como a questão racial e religiosa interferem na cultura familiar e na escolar, em especial dos alunos neopentecostais, foi a ênfase da pesquisa. Entender quem são, o que fazem e como vivem estes evangélicos é essencial para tratar assuntos ligados a ancestralidade africana. Achille Mbembe refletiu que em tempos de “racismo sem raça”, a cultura e a religião se tornaram os focos de intolerâncias sociais. Para isto é necessário uma educação antirracista em diálogo com a teologia negra para transformar a realidade. A religião está presente no cotidiano escolar, apesar de ser um ambiente secularizado. Tentamos responder as seguintes questões. Qual é o limite da laicidade dentro da sala? Como lidar estrategicamente com o fundamentalismo cristão e combater o preconceito a partir do currículo escolar?

O discurso religioso pretende fazer com as coisas: transformá-las, de entidades brutas e vazias, em portadoras de sentido, de tal maneira que elas passem a fazer parte do mundo humano, como se fossem extensões de nós mesmos. (ALVES, 2014:29)

A questão da laicidade do Estado brasileiro foi resgatada para pensar o papel da religião e do Ensino de História na formação do aluno da rede pública estadual do Rio de Janeiro. A fé está presente na escola, porém ela não rege a gestão escolar. Os alunos e outros atores escolares podem manifestar suas crenças, desde que respeitem a Constituição. Se não fere a moralidade, a legalidade e a publicidade que rege a Administração Pública, pode ter eventos inter-religiosos no colégio. Para isto, é necessário um trabalho prévio e constante da Coordenação pedagógica e professores com os alunos. Ajudar os discentes, em especial evangélicos neopentecostais, que cada religião pode combater o racismo e a intolerância. Relembrar a mensagem de amor, de justiça e de paz do Jesus histórico é o caminho pedagógico para estimular os alunos a respeitarem as alteridades na sala e na sociedade. Partilho da opinião de Marco Davi de Oliveira (2016:96) que “a igreja evangélica brasileira precisa agir em direção a uma reparação histórica”. Isto quer dizer combater os discursos racistas de maldição sob os afrodescendentes e das culturas de matrizes africanas, pois isto é pecado. Na história da República Federativa do Brasil, os evangélicos trouxeram benefícios para a educação, a saber: alfabetização, reforço escolar, bolsas de estudos para os mais pobres. A promoção dos valores éticos da fé cristã em respeito e diálogo com outras filosofias de vida valorizará a dimensão existencial das múltiplas identidades presentes em sala.

O leitor observou a construção de um arcabouço teórico decolonial para compreender como a questão racial e religiosa interferem na cultura familiar e na escolar, em especial dos alunos neopentecostais. Entenderá quem são os neopentecostais, como vivem e enxergam a realidade. Além de traçar um percurso da lei 10.639/03 que inclui História da África e Cultura afro-brasileira no currículo. Desnaturalizar as práticas sociais e estabelecer conversas com atividades pedagógicas sobre múltiplos saberes promove no dia a dia uma educação intercultural e interracial. Sonho, trabalho e compartilho a missão da luta antirracista dentro e fora da escola. Para isto, é essencial promover a unidade estando sempre pronto para ouvir, atento e paciente para responder pacificamente. Martin Luther King inspirado na Bíblia acreditava que “o perfeito amor divinal lançava fora todo medo”. Para resolver os problemas raciais, King acredita em duas abordagens necessárias.

Pela educação, buscamos mudar atitudes e sentimentos internos (preconceitos, ódio, etc.); pela legislação e por determinações dos tribunais, buscamos regulamentar o comportamento. Qualquer um que parta da convicção de que o caminho para a justiça social tem uma única via inevitavelmente criara um congestionamento e tornara a viagem infinitamente mais demorada. (KING, 2014:68)

Concordo com a necessidade de estabelecer o caminho da lei e da educação para transformar a realidade do “racismo e intolerância nossa de cada dia”. Enfrentar corajosamente a linguagem da violência daqueles que espoliam e exploram as alteridades para dominar e aprofundar as desigualdades faz parte do ofício do historiador e professor dentro da escola. Avanços em alguns aspectos na primeira década do século XXI na questão do acesso ao ensino técnico, superior e nos concursos públicos com as políticas de cotas ou ações afirmativas. No entanto, ainda há outras necessidades a serem supridas. Currículo escolar é uma disputa de poder. Após anos de lutas do Movimento Negro, os livros didáticos têm sido reformulados. Conteúdos do pós-Abolição da Escravidão e da República tem resgatado personagens negros e pardos que escrevem diariamente mais uma página da História do Brasil.

No terceiro capítulo é um estudo de caso a partir da experiência carioca do Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht na Zona Oeste. Produzir uma epistemologia do ponto de vista da periferia do Capitalismo que procure respostas às demandas contemporâneas da educação. Mostrei as alterações no cenário escolar de 2014 a 2018 na citada instituição. O conflito de interesses religiosos coadunou com a questão da identidade racial na relação entre os alunos. Traumas que afetaram o desempenho dos discentes em certa medida. A fé faz parte da dimensão da identidade das pessoas da escola. O aluno pode desenvolver a sua identidade de crença no espaço público, desde que respeite as regras do colégio e principalmente outras opiniões. Um diálogo inter-religioso e interdisciplinar com educação religiosa, História, entre outras ajudará a mudar a realidade escolar. O espaço educacional não deve ser “cristão” exclusivamente, pois constituiria uma terrível ruptura da tradição evangélica brasileira de defesa da laicidade. A participação de diversas correntes filosóficas de vida atende o requisito constitucional da pluralidade ideológica na formação do indivíduo. Na parte final, criei algumas estratégias com alguns procedimentos didáticos para ajudar professores e estudantes a descolonizarem o currículo e o cotidiano. Além de ajudar a população evangélica se enxergar na História nacional e valorizar o “ethos” e a herança afro-brasileira.

Creio que os resultados desta pesquisa auxiliarão outros pesquisadores e professores na produção e promoção do respeito aos direitos humanos, em especial no que diz respeito à raça e a religião. O reconhecimento desses dois elementos, que dão significado à vida, poderão ajudar docentes e discentes na construção de uma sociedade mais justa, coerente e solidária no presente. O diálogo da escola com as famílias e diferentes entidades religiosas poderá proporcionar um ambiente mais democrático no país. Uma educação intercultural e inter-racial que inspire a todos na transformação nacional da luta antirracista, contra a pobreza e a intolerância que assolam o Brasil contemporâneo. O sonho de construir uma sociedade livre da colonialidade do pensamento, justa e solidária como inspira a Constituição Federal de 1988 é a bússola para promovermos o bem estar coletivo. Conhecer e entender o passado e valorizar as diversas origens étnicas e de crenças fazem parte da prática de ensino-aprendizagem em História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA BRASIL. Supremo autoriza ensino religioso confessional nas escolas públicas. Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-09/supremo-autoriza-ensino-religioso-confessional-nas-escolas-publicas> Acessado em: 03/01/2019.

APPIAH, Kwane Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ALENCAR, Gedeon Freire de. Pentecostalismo Clássico: Congregação Cristã no Brasil e Assembleias de Deus. In: Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais: história, teologia, igrejas e perspectivas. / Org. Zwinglio Mota Dias, Rodrigo Portella e Elisa Rodrigues. 2ª ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

ALVES, Rubem. O que é religião? 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ARAÚJO, Ana Lúcia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos escravos. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.25, nº41: p.129-148, jan./jun.2009.

ASSEMBLEIA DE DEUS NO BELÉM DO PARÁ. Nossa História. Disponível em: <http://adbelem.org.br/portal/nossa-historia/>. Acesso em 09/01/19.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930/ Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 4ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. – (O Brasil Republicano; vol.1).

Baía, Paulo. Pensamento Social e Político de José de Souza Marques: Análise da Trajetória de vida de um Afro-descendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 5, núm. 1, enero abril, 2013, pp. 102-125 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. 1824? – 1857? Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África/ tradução Luc ciani M. Furtado. São Paulo: Uirapuru, 2017.

Bíblia Sagrada. Nova Versão Internacional/comissão de tradução. São Paulo: Editora Vida, 2004.

BOECKEL, Cristina; MACAU. Autor de 'Olhos coloridos' conta que música surgiu de caso de racismo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/autor-de-olhos-coloridos-conta-que-musica-surgiu-de-caso-de-racismo.html>. Acessado em: 08/12/2018

BURDICK, John. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil. Raça como retórica: a construção da diferença. ORG. Yvonne Maggie e Claudia Barcellos Rezende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BURITY, Joanildo A. Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos? A cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares/Joanildo A. Burity (org.). Rio de Janeiro: DP&A editora.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1891. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Decreto Federal N.º 528, de 28 de Junho de 1890. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei Federal 10.639/03. Disponível em: Lei Federal 10.639/03. Disponível em:
BRASIL. Lei Federal 11.645/08. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192

CABRAL, Amilcar. PAIGC: Unida e Luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. A favor dos ‘morenos’. Escravidão: casos surpreendentes ontem e hoje. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Março de 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania e política no Brasil: o longo caminho. – 17^a edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAVALCANTI, Robinson. Cristianismo e política; teoria e prática bíblica. Viçosa: Ultimato, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ensino Religioso nas Escolas.<
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/ensino-religioso-nas-escolas> > Acesso em: 15 jun.2017.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.7, n.13.1994.p.97-113.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS (CLAI). No Centenário da Abolição uma denuncia: a escravidão ainda é uma prática. Aconteceu no mundo evangélico. N°64, São Paulo, Março de 1988. Ano 7. Disponível em:
http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Aconteceu-no-Mundo-Evangelico_064.pdf

CRABTREE, A.R. História dos Batistas do Brasil. Até o ano de 1906. Volume I. Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1962.

DANTAS, Caroline Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica/carollina_dantas.pdf

DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder. 1^a edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DREHER, Martin N. História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

----- Protestantes - Evangélicos: buscando entender. In: Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais: história, teologia, igrejas e perspectivas. / Org. Zwinglio Mota Dias, Rodrigo Portella e Elisa Rodrigues. 2^a ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador:EDUFBA,2008.

FRESTON, Paul. Religião e política, sim. Igreja e Estado, não. Os evangélicos e a participação política. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51^aed. São Paulo: global, 2003.

----- O mundo que o português criou. Editora Realizações. Fundação Gilberto Freyre copyright 2010.Recife - Pernambuco.

GERTZ, René E. A Alemanha é aqui? Dossiê Integralismo. Ameaça fascista? O integralismo ontem e hoje. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 6, n 61, Rio de Janeiro: outubro 2010

GOMES, Flávio. Negros e Política- 1888-1937. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. / Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 2^a ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JORGE, Cecilia. Primeira Marcha Zumbi, há 10 anos, reuniu 30 mil pessoas. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>. Acesso em 20/11/2018.

JÚNIOR, Henrique Cunha. As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial / organizador Kabenguele Munanga. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

JÚNIOR, Orivaldo Pimentel Lopes. Multiplicação sem milagre. Evangélicos: a fé que seduz o Brasil. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 8, nº87, Dezembro de 2012.

KING, Martin Luther. A autobiografia de Martin Luther King. Org. Clayborne Carson; Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2014.

LOPES, Augustus Nicodemus. Os Desigrejados. Disponível em:
<https://www.ipb.org.br/informativo/os-desigrejados-1495>. Acesso em 20/05/2019.

LOUDE, Jean-Yves. Pepitas brasileiras: Do Rio de Janeiro ao Maranhão, uma viagem de 5000 quilômetros em busca dos heróis negros do país./ Jean-Yves Loude; narrativas com a colaboração de Viviane Lièvre; ilustrações de Dirat; tradução de Fernando Scheibe. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUCAS, Kleber. ZUAZO, Pedro. Cantor gospel Kleber Lucas é chamado de 'endemoniado' após evento em terreiro. Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cantor-gospel-kleber-lucas-chamado-de-endemoniado-apos-evento-em-terreiro-22147168.html>
Acessado em: 17/08/2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACIEL, Lysaneas. Perfis Parlamentares 53. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara, Brasília – 2008.

MAGALHÃES, Marcelo de S. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, v. 1, p. 168-184.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. Intolerância religiosa. Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. Org. Vagner Gonçalves da Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

-----Neopentecostais sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo, ed. Loyola, 1999.

M'BOKOLO, Elikia. África negra: História e Civilizações / tradução de Alfredo Margarido; revisão para a edição brasileira: Daniela Moreau e Valdemir Zamparoni; assistentes: Bruno Pessoti e Mônica Santos. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MBEMBE, Achille. A crítica da razão negra. Tradução Marta Lança. Revisão L. Baptista Coelho. Lisboa: Antígona, 2014.

MCALISTER, Walter. Neopentecostalismo - A História não contada: Quem foi Roberto Mcalister, conhecido como o pai desse movimento. Rio de Janeiro: Anno Domini, 2012.

MOUFFE, Chantal. Religião, democracia liberal e cidadania. In: BURITY, J. & MACHADO, M. (org.). Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil, Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editorial Massangana, 2006. In: BURITY, J. & MACHADO, M. (org.). Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil, Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editorial Massangana, 2006.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Educadores & Alunos Negros na Primeira República. Brasília, DF; Ludens; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.” IN: Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1. Pp. 7 a 15 (Tradução na Revista Projeto História. Nº 10 História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dezembro de 1993. Pp 7 a 26.)

OLIVEIRA, Luiz Fernando. História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

OLIVEIRA, Marco Davi de. A religião mais negra do Brasil – Por que os negros fazem opção pelo neopentecostalismo?1. Ed. Viçosa, Minas Gerais: Ultimato, 2015.

----- A Bíblia e as cotas: reflexões pastorais sobre políticas de ação afirmativas. – 1 ed. Publicação reflexus – São Paulo, 2016.

OLSON. Mancur. A Lógica da ação coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais I Mancur Olson; Tradução: Fabio Fernandez. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PADILHA, Rene. 10 perguntas sobre missão integral. Viçosa: Editora Ultimato, 2014. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/10-perguntas-fundamentais-sobre-missao-integral>. Acesso: 20/11/2018.

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Amílcar Araújo. “O mundo negro”: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã e suas relações com a escravidão. Sociedade brasileira de tratados evangélicos. São Paulo, 1886.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, n. 10, 1992, pp 200- 215.

PONTES, Felipe. Supremo autoriza ensino religioso confessional nas escolas públicas. Agencia Brasil. Publicado em 27/09/2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-09/supremo-autoriza-ensino-religioso-confessional-nas-escolas-publicas>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula Da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Palácio do Planalto, 21 de março de 2003.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 13/04/2018.

RAMOS, Ariovaldo; ZACARIAS, Nilza Valéria. Candidatos em nome de Deus. *Le monde Diplomatique*. Edição 38, setembro, 2010. (artigo). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/candidatos-em-nome-de-deus/>

RAWLS, John. Uma Teoria de Justiça. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. - São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, Nina. Africanos no Brasil. Revisão e prefácio de Homero Pires; notas bibliográficas de Fernando Sales. 5ª ed. São Paulo, Ed. Nacional.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2013.

Epistemologias do Sul. Maria Paula Meneses. (org.). São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais: um olhar para os saberes e práticas escolares e docentes. Histórias da escravidão e do Pós-Abolição para as escolas. Organizado por Giovana Xavier. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SANTOS, Milton Silva dos. Afinal, o que são as religiões afro-brasileiras? Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula. Saberes para os professores, fazeres para os alunos. Religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Editora Fino Traço, Belo Horizonte, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Eliane Moura. Estudos de Religião para um novo milênio. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas / Leandro Karnal (org.) – 5 ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.

SODRÉ, Muniz. “Raça” é sempre o outro. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. Ano 10 – Número 114 – Janeiro 2017.

TOLIPAN, Heloisa. Famosos criticam declarações polêmicas de Edir Macedo sobre casamento. Disponível em: <http://www.jb.com.br/hebedo-tolipan/noticias/2012/07/18/famosos-criticam-declaracoes-polemicas-de-edir-macedo-sobre-casamento/> Acessado em 17/01/2016.

TUTU, Desmond. Deus não é cristão e outras provocações. Tradução: Lilian Jenkino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.